



**Lêda Ventura Carneiro**

**Diálogo ecumênico sobre Maria:  
Um estudo teológico sobre a contribuição do Grupo  
de Dombes em aproximação com a *Lumen Gentium***

**Dissertação de Mestrado**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-graduação em Teologia da PUC-Rio como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Teologia.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Maria Teresa de Freitas Cardoso

Rio de Janeiro  
Fevereiro de 2019

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, da autora e da orientadora.

### **Lêda Ventura Carneiro**

Graduou-se em Biblioteconomia e Documentação pela Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado da Guanabara (UNI-RIO), em 1972. Concluiu o Curso de Treinamento para Professor de Inglês do IBEU, em 1980, obtendo licenciatura para o magistério nesse idioma pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, em 1982. Coursou Especialização em Documentação e Informação na Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 1990. Obteve o Bacharelado Eclesiástico em Ciências Religiosas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, em 2005. É professora de Teologia nas Escolas Diaconal Santo Efrém e Mater Ecclesiae, da Arquidiocese do Rio de Janeiro.

### Ficha Catalográfica

Carneiro, Lêda Ventura

Diálogo ecumênico sobre Maria : um estudo teológico sobre a contribuição do Grupo de Dombes em aproximação com a Lumen Gentium / Lêda Ventura Carneiro ; orientadora: Maria Teresa de Freitas Cardoso. – 2019.

141 f. ; 30 cm

Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Teologia, 2019.

Inclui bibliografia

1. Teologia – Teses. 2. Diálogo ecumênico. 3. Maria. 4. Grupo de Dombes. 5. Lumen Gentium. I. Freitas Cardoso, Maria Teresa de. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Teologia. III. Título.

CDD: 200

À minha mãe  
(In memoriam)

## Agradecimentos

A Deus, que nos chamou à comunhão em seu Filho, Jesus Cristo, pelo dom do Espírito Santo.

Ao nosso pastor, Cardeal Orani João Tempesta, O.Cist., Arcebispo de São Sebastião do Rio de Janeiro, de quem aprendi a importância do diálogo para a construção da unidade, pelo apoio aos meus estudos.

À minha orientadora, Prof<sup>a</sup> Maria Teresa de Freitas Cardoso, pelo estímulo e pela constante dedicação ao desenvolvimento da minha pesquisa.

À CAPES e à PUC-Rio, pelos auxílios concedidos. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Aos professores que participaram da Comissão Examinadora.

A todos os professores e funcionários do Departamento de Teologia pelos ensinamentos e pela ajuda.

A todos os amigos que me incentivaram e me ajudaram a empreender este trabalho.

Aos meus colegas da PUC-Rio pelas esperanças e esforços compartilhados.

## Resumo

Carneiro, Lêda Ventura; Freitas Cardoso, Maria Teresa de. **Diálogo ecumênico sobre Maria:** um estudo teológico sobre a contribuição do Grupo de Dombes em aproximação com a *Lumen Gentium*. Rio de Janeiro, 2019. 141 p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Teologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

A presente dissertação trata da questão de Maria dentro do Cristianismo, no âmbito do diálogo entre a Igreja Católica e as Igrejas protestantes. Partimos de uma abordagem sobre o ecumenismo na atualidade, com ênfase no ecumenismo espiritual, para situarmos um contexto no qual se pode aprofundar o tema de Maria. A perspectiva que adotamos foi a aproximação do ensinamento do Magistério da Igreja, conforme o Capítulo VIII da Constituição *Lumen Gentium*, com o qual confrontamos o livro do Grupo de Dombes *Maria no desígnio de Deus e a Comunhão dos Santos*, que tomamos com ponto central desta dissertação. Esse livro foi vivamente investigado e apresentamos um resumo do seu conteúdo com suas propostas de interesse ecumênico. Do mesmo livro levantamos as ideias que são tratadas nas seções finais da explanação. Nestas seções, iniciamos por enfatizar aspectos do diálogo com a Comissão Internacional Anglicano-Católica Romana (ARCIC) e a Federação Luterana Mundial. A seguir, identificamos pontos de contato do livro de Dombes e da Constituição *Lumen Gentium* com a Exortação *Marialis Cultus*, como chave para aproximações sobre uma visão da figura de Maria, tendo também em conta a ótica de alguns outros autores, em contribuições atuais. Desenvolvemos, no final, alguns aspectos teológicos e pastorais do tema, ainda em perspectiva ecumênica, e apontamos, em especial, para os elementos promotores de consenso entre as Igrejas verificados na pesquisa. Foram priorizadas metodologias e propostas que pudessem servir de base para o desenvolvimento do diálogo ecumênico sobre Maria.

## Palavras-chave

Diálogo ecumênico; Maria; Grupo de Dombes; Lumen Gentium.

## Abstract

Carneiro, Lêda Ventura; Freitas Cardoso, Maria Teresa de (Advisor). **Ecumenical dialogue on Mary:** a theological study on the contribution of the Dombes Group in approach to the *Lumen Gentium*. Rio de Janeiro, 2019. 141 p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Teologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

This dissertation deals with the question of Mary within Christianity, in the context of the dialogue between the Catholic Church and the Protestant Churches. We started with an approach to ecumenism today, with an emphasis on spiritual ecumenism, to situate a context in which the theme of Mary can be deepened. The perspective that we adopted was the approach of the teaching of the Magisterium of the Church, according to Chapter VIII of the Constitution *Lumen Gentium*, with which we confronted the book of the Dombes Group *Mary in the design of God and the Communion of Saints*, that we took as the central point for this dissertation. This book was thoroughly investigated and we presented a summary of its content with its proposals of ecumenical interest. From the same book we raised the ideas that are dealt with in the final sections of the explanation. In these sections, we started by emphasizing aspects of the dialogue with the Anglican Roman Catholic International Commission (ARCIC) and the Lutheran World Federation. Next, we identified points of contact from the book of Dombes and from the Constitution *Lumen Gentium* with the Exhortation *Marialis Cultus*, as key to approximations on a vision of the figure of Mary, also taking into account the perspective of some other authors, in current contributions. We developed, in the end, some theological and pastoral aspects of the theme, still in an ecumenical perspective, and we pointed, in particular, to the elements that promote consensus among the Churches verified in the research. Methodologies and proposals that could serve as a basis for the development of ecumenical dialogue on Mary were prioritized.

## Keywords

Ecumenical dialogue; Mary; Dombes Group; Lumen Gentium.

## Sumário

1. Introdução	11
2. O diálogo ecumênico e Maria	17
2.1. O diálogo ecumênico e o ecumenismo espiritual	17
2.1.1. O diálogo ecumênico	18
2.1.2. O ecumenismo espiritual	23
2.2. Maria como tema de diálogo ecumênico	31
2.2.1. A questão do diálogo ecumênico sobre Maria	32
2.2.2. Perspectivas para um diálogo mariológico ecumênico	38
2.3. A importância da <i>Lumen Gentium</i> para o diálogo ecumênico sobre Maria	45
2.3.1. A índole ecumênica da <i>Lumen Gentium</i>	46
2.3.2. A mariologia em articulação com a cristologia e a eclesiologia	50
3. O diálogo sobre Maria no Grupo de Dombes	55
3.1. O Grupo de Dombes e o livro <i>Maria no desígnio de Deus e a Comunhão dos Santos</i>	55
3.1.1. O método geral do Grupo de Dombes	58
3.1.2. Aplicação dos princípios do consenso diferenciado e da hierarquia das verdades	62
3.2. A primeira parte do livro de Dombes – sobre “Uma leitura ecumênica da história e da Escritura”	65
3.2.1. Observações sobre “As lições da história”	68
3.2.2. Ligações percebidas entre “O Testemunho da Escritura e a Confissão da Fé”	74
3.3. A segunda parte do livro de Dombes – sobre “As questões controversas e a conversão das Igrejas”	77
3.3.1. Levantamento sobre “As questões controversas”	79
3.3.2. Propostas do Grupo de Dombes “Para a conversão das Igrejas”	88

4. Aproximações para o livro de Dombes	95
4.1. Comparação entre o livro de Dombes e o capítulo VIII da <i>Lumen Gentium</i>	95
4.1.1. Na relação entre Maria e Cristo	97
4.1.2. Na relação entre Maria e a Igreja	100
4.2. Convergências teológico-pastorais em outras perspectivas	107
4.2.1. As questões históricas no livro de Dombes e no livro da ARCIC	107
4.2.2. A doutrina da justificação no livro de Dombes e na Declaração Conjunta de católicos e luteranos	113
4.3. Algumas contribuições em chave pastoral para o diálogo ecumênico sobre Maria	118
4.3.1. Propostas pastorais da <i>Lumen Gentium</i> em relação com a <i>Marialis Cultus</i>	119
4.3.2. Propostas pastorais do livro de Dombes em relação com a <i>Marialis Cultus</i> e outras contribuições	123
5. Conclusão	131
6. Referências bibliográficas	135

## Abreviaturas e siglas

ARCIC	Anglican Roman Catholic International Commission (Comissão Internacional Anglicano-Católica Romana)
ARCJPC	Anglican-Roman Catholic Joint Preparatory Commission
CELAM	Conselho Episcopal Latino-Americano
CLCRU	Comissão Luterana Católico-Romana para a Unidade
CPPUC	Conselho Pontifício para a Promoção da Unidade dos Cristãos
DAp	Documento de Aparecida
DC	Declaração Conjunta sobre a Doutrina da Justificação
GD	Grupo de Dombes
LG	Lumen Gentium
MC	Marialis Cultus
MV	Misericordiae Vultus
RM	Redemptoris Mater
UR	Unitatis Redintegratio
UUS	Ut Unum Sint

*“Que a mãe de Deus e dos homens constitua não um ponto de divisão, mas de convergência e de unidade de todos os irmãos em Cristo.”*

(Salvatore Meo)

# 1

## Introdução

A proposta desta dissertação partiu da coincidência de duas datas históricas comemoradas em 2017: os 500 anos da Reforma Protestante e os 300 anos do encontro da imagem de Nossa Senhora Aparecida, no rio Paraíba do Sul. A primeira data tem relevância para as Igrejas protestantes e para a Igreja Católica, sobretudo nos tempos atuais, quando nos voltamos em conjunto para a história com uma visão de diálogo e busca de unidade. A segunda comemoração, muito importante para os católicos, não poderia passar despercebida pelas Igrejas nascidas da Reforma, porém como um possível ponto de controvérsia.

Nessa circunstância, a Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Teresa de Freitas Cardoso viu a oportunidade para o desenvolvimento do Projeto “Diálogo ecumênico e inter-religioso em seus movimentos e seus documentos”. Trata-se de um projeto ligado às suas pesquisas na linha de Religião e Modernidade, dentro da área de concentração Teologia Sistemático-Pastoral, do Programa de Pós-Graduação em Teologia, da PUC-Rio. A pesquisadora levantou um estudo específico do diálogo sobre Maria na disciplina “Questões de Ecumenismo”.

A presente pesquisa nasceu dessa disciplina e está relacionada com o referido projeto. Esta nova contribuição diz respeito a documentos eclesiais estabelecidos em relação com uma postura ecumênica, os quais tomam em consideração novos passos de reflexão teológica e de caminhada ecumênica, e textos estabelecidos como resultado direto de diálogo ecumênico, feitos por comissão ou grupo ecumênico. Destaca-se nesta dissertação, de um modo especial, o diálogo do Grupo de Dombes (GD).

Tais textos visam a alimentar o diálogo, a mostrar seus resultados e a ajudar nos passos pastorais que levem em conta questões teológicas e pastorais relacionadas com o diálogo ecumênico sobre Maria. Ingressamos no projeto da orientadora como um desafio de aprofundar o diálogo ecumênico nessa área. Tivemos em vista a sugestão apontada por Serra de que, como presença ativa na história da salvação, “Maria não é o centro do cristianismo, mas é central”.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> SERRA, A. Bíblia. In: DE FIORES, S.; MEO, S. (Dir.). **Dicionário de Mariologia**. São Paulo: Paulus, 1995, p. 254.

Nossa pesquisa voltou-se para o diálogo com os protestantes, não sendo incluídas as questões do diálogo com a Ortodoxia nem os aspectos históricos do surgimento do ecumenismo. Tampouco fizemos diferenciações doutrinárias entre as denominações protestantes, mas tomamos a doutrina reformada conforme exposta pelo Grupo de Dombes e segundo alguns aspectos do diálogo com a Comissão Internacional Anglicano-Católica Romana (ARCIC) e a Federação Luterana Mundial.

O projeto inicial da dissertação teve como ponto de partida o trabalho do grupo interconfessional ecumênico, que reúne católicos e protestantes, e que se tornou conhecido como “Grupo de Dombes”. A partir de um dos temas tratados pelo GD, fundamentamos o nosso objeto material como estudo do diálogo ecumênico sobre Maria. As reflexões do GD ligadas a Maria foram reunidas em dois livros, posteriormente publicados como uma única obra. Este livro tornou-se o eixo da nossa pesquisa, cujo objeto formal é, principalmente, uma abordagem do diálogo ecumênico sobre Maria na comparação entre o livro do Grupo de Dombes, *Maria no desígnio de Deus e a Comunhão dos Santos* e a reflexão teológico-pastoral do Capítulo VIII da Constituição *Lumen Gentium*, “A Bem-aventurada Virgem Maria Mãe de Deus no mistério de Cristo e da Igreja”. De um modo mais secundário, mas ainda importante, tomamos os traços principais desses documentos para olhar algumas outras contribuições de diálogos teológicos ecumênicos sobre Maria e reflexões teológicas propostas por outros autores.

Nosso objetivo principal foi identificar o consenso das propostas do Grupo de Dombes e dos ensinamentos do Capítulo VIII da LG com a literatura pesquisada, observando pontos convergentes que favoreçam o diálogo ecumênico e a unidade entre os cristãos católicos e protestantes, no que se refere a Maria. Dentro deste objetivo principal, discriminamos os objetivos específicos de cada capítulo, a começar pelo capítulo segundo, onde procuramos definir o ecumenismo e o diálogo ecumênico, e descrever o seu contexto atual, para nele situar a questão sobre Maria. No capítulo terceiro, buscamos discernir os caminhos que essa questão tem trilhado no diálogo ecumênico do nosso tempo, a partir da experiência concreta do ecumenismo espiritual no GD, que percebemos na sua história, metodologia, propostas e no próprio conteúdo do livro. O capítulo quarto expressa o nosso objetivo de mostrar como a temática mariana, segundo os

enfoques de Dombes e da LG, pode se expandir para outras perspectivas dedicadas a responder às solicitações do mundo contemporâneo.

Consideramos relevante a proposta desse tema por situar-se no âmbito do diálogo com as outras Igrejas, neste momento da caminhada ecumênica no qual se manifesta a necessidade de refletir sobre a importância da presença de Maria junto aos cristãos, tanto dentro do Catolicismo como em Igrejas da Reforma. Podemos distinguir três aspectos dessa relevância. O primeiro relaciona-se com a proposta do ecumenismo espiritual, que anima a experiência da oração e da espiritualidade renovada, como fontes para o crescimento da unidade. O segundo aspecto é o desenvolvimento do diálogo teológico, que colabora para o aprofundamento da reflexão cristã em conjunto, a busca de solucionar divergências e o equilíbrio da expressão da fé, concretizada na pastoral. O terceiro e último aspecto mostra-se relevante sobretudo para a compreensão do papel da mariologia no âmbito da teologia sistemático-pastoral, em vista de sua relação com a cristologia e a eclesiologia, e também para orientar perspectivas devocionais e pastorais.

Justifica-se, portanto, a elaboração de uma pesquisa que possa ir ao encontro dessas demandas em âmbito teológico-pastoral e ecumênico e oferecer subsídios para o aprofundamento delas, a partir dos ensinamentos do Magistério da Igreja, e tendo em conta contribuições do diálogo ecumênico e de vários teólogos. À luz dos documentos do Magistério, observamos alguns exemplos de progressos no diálogo ecumênico, tanto de cunho institucional como de livre associação de participantes, e suas respectivas contribuições, e também agregamos as reflexões convergentes de diversos autores, conforme identificadas na literatura pesquisada.

A metodologia adotada neste trabalho caracteriza-se por uma pesquisa predominantemente bibliográfica e método de análise e aprofundamento teóricos, pela reflexão e pela apreciação dos conteúdos dos textos estudados. A pesquisa também abre espaço para uma reflexão de interesse prático de iluminação e orientação pastoral, uma vez que os aspectos sistemático e pastoral estão presentes nos textos primários escolhidos – o referido livro de Dombes e o Capítulo VIII da LG.

Em nossa pesquisa, identificamos também outras aproximações que ajudariam a observar ângulos diferenciados da temática. Essas aproximações se compuseram de documentos que são frutos de diálogos ecumênicos e de outras obras escritas por diversos autores interessados no assunto. Dentre os diálogos

ecumênicos referentes a Maria, tiveram um lugar proeminente em nossa pesquisa dois diálogos, que escolhemos pela importância de seu cunho institucional e pelo estágio mais avançado em que se encontram, dentre os diálogos da Igreja Católica com outras Igrejas oriundas da Reforma. Tratamos, primeiramente, do diálogo com a ARCIC, conforme o conteúdo do livro de autoria da Comissão, *Maria: graça e esperança em Cristo*. Em uma etapa posterior, abordamos o diálogo com a Federação Luterana Mundial, o qual deu origem à *Declaração Conjunta sobre a Doutrina da Justificação*.

No que se refere aos textos complementares de maior relevância para o fundamento e posterior desenvolvimento da nossa pesquisa, destacamos os seguintes documentos do Magistério da Igreja: o Decreto *Unitatis Redintegratio* sobre o Ecumenismo, do Concílio Vaticano II, e o Diretório para a aplicação dos princípios e normas sobre ecumenismo, do Conselho Pontifício para a Promoção da Unidade dos Cristãos. Ambos nos forneceram os conteúdos introdutórios essenciais sobre o ecumenismo e o diálogo ecumênico. Além desses documentos, a Exortação Apostólica *Marialis Cultus* (MC), de Paulo VI, foi uma inclusão pertinente em nosso trabalho pela continuidade e o enriquecimento que trouxe ao Capítulo VIII da LG, bem como pelos temas em comum com o livro de Dombes.

Ouros textos que acrescentaram reflexões relevantes de cunho hermenêutico e metodológico, contribuindo para o embasamento teórico desta dissertação, foram os livros de Bernard Sesboué (*Pour une théologie oecumenique*), Giancarlo Bruni (*Mariologia ecumenica*), Salvatore Perrella (*Maria vergine e madre*) e Walter Kasper (*Que todas sejam uma*); e os verbetes de Salvatore Meo (*Concílio Vaticano II* e *Mediadora no Dicionário de Mariologia*). A pesquisa nessas e nas demais obras enumeradas nas referências bibliográficas abriu outras perspectivas que ampliaram nossa proposta inicial, a partir das convergências encontradas entre elas e os documentos primários – o livro de Dombes e o Capítulo VIII da LG.

Para a compilação desse material norteamos nossa pesquisa segundo um critério que podemos definir como uma “dinâmica em círculos concêntricos”. O ponto de partida dessa dinâmica foi o livro do GD, *Maria no desígnio de Deus e a Comunhão dos Santos*. Ele representa o centro, a ideia primitiva, a partir da qual esta dissertação foi estruturada. A expansão temática seguinte viria com o cotejo entre o livro e o Capítulo VIII da LG, de modo a identificar as inúmeras

semelhanças de temas e enfoques existentes, e para construirmos um alicerce da nossa reflexão fundamentado no Magistério da Igreja.

O próximo passo foi identificar o contexto no qual o livro foi escrito, abrindo-se para uma perspectiva introdutória da situação atual do ecumenismo e as suas implicações para o diálogo ecumênico sobre Maria. Finalmente, a última fase de compilação da literatura voltou-se para um círculo mais periférico ao tema, permanecendo, no entanto, ligado a ele. Nessa fase, foram incluídas contribuições de autores cujas temáticas estavam relacionadas ao livro de Dombes e à LG, trazendo-as para a realidade contemporânea. A chave de pesquisa desse terceiro círculo, que se abriu de novo a partir do ponto inicial, foi o documento do Magistério, a *Marialis Cultus*, que nos forneceu o fundamento doutrinário para desenvolver as questões marianas ligadas ao período posterior ao Concílio Vaticano II até os nossos dias.

Essa dinâmica de condução da pesquisa não corresponde à estrutura final da explanação, pois optamos por dar ao texto uma feição que partisse do geral para o particular, do teológico para o pastoral, do teórico para o prático, facilitando, assim, a sua compreensão. Todavia, acreditamos que a índole circular do tema se manifesta no decorrer do trabalho, e foi esse o nosso desejo, pois se coaduna, inclusive, com a estrutura do próprio livro de Dombes. Com essa finalidade, procuramos remeter o leitor a conteúdos anteriormente apresentados, de forma a mostrar como eles têm continuidade nas novas citações, as quais acrescentam dados complementares ao conjunto, formando a unidade geral da pesquisa, conforme a proposta que o título confere à dissertação.

O conteúdo da dissertação, depois deste capítulo introdutório, consta de mais três capítulos de desenvolvimento do estudo e um de conclusão. No capítulo segundo, tratamos da questão do ecumenismo, mencionando algumas dificuldades surgidas meio século depois do Concílio Vaticano II, no qual a Igreja Católica oficialmente assumiu o diálogo com outras denominações cristãs. Destacamos a importância do ecumenismo espiritual e descrevemos suas características em confronto com os problemas que surgem na modernidade. Verificamos que, apesar da permanência de contenciosos ligados à figura de Maria como empecilhos à unidade dos cristãos, têm surgido, a partir do período pós-conciliar, tentativas de melhor compreender o papel dela na Igreja. Procuramos abordar essa

questão à luz das suas vertentes mais contrastantes, ou seja, a visão das Igrejas da Reforma e a visão da Igreja Católica.

Dedicamos o terceiro capítulo desta dissertação ao GD e ao livro de autoria do Grupo, *Maria no desígnio de Deus e a Comunhão dos Santos*, que é o ponto de partida da nossa pesquisa. O capítulo se inicia com um breve histórico do GD, a descrição do método por ele desenvolvido e dos princípios aplicados na obra. Nas demais seções do capítulo desenvolvemos o resumo das duas partes do livro, que se compõem, ao todo, de quatro capítulos. Desse conteúdo, selecionamos três títulos que atuam como conexões para os temas desenvolvidos no capítulo seguinte da nossa dissertação.

No nosso quarto capítulo, as temáticas se desdobram a partir das “Lições da História” referidas no livro de Dombes, que se abrem para uma abordagem do diálogo com a ARCIC, no livro *Maria: graça e esperança em Cristo*. A próxima seção do capítulo quarto nasce da reflexão de Dombes sobre “As questões controversas”. Nessa seção, tratamos de aspectos do diálogo com os luteranos na *Declaração Conjunta sobre a Doutrina da Justificação*. Finalmente, a última seção relaciona-se com a figura de Maria, tomando por base o enfoque do livro de Dombes em que ela é descrita como mulher, filha de Israel, esposa e mãe, no âmbito do “Testemunho da Escritura e a Confissão de Fé”. Aqui compilamos, tendo por base a MC, textos de alguns autores que contribuem para o desdobramento dessa abordagem bastante atual sobre Maria, que tem forte cunho ecumênico.

O propósito do presente trabalho está sugerido no texto que já colocamos em epígrafe: “Que a mãe de Deus e dos homens constitua não um ponto de divisão, mas de convergência e de unidade de todos os irmãos em Cristo.”<sup>2</sup> As palavras do Prof. Salvatore Meo, grande estudioso da Mariologia, expressam uma aspiração, compartilhada por muitos cristãos, que esperamos se torne um dia realidade. O diálogo ecumênico já proporciona algumas vivências deste ideal definitivo, para o qual desejamos contribuir com a pesquisa apresentada nesta dissertação.

---

<sup>2</sup> MEO, S. Concílio Vaticano II. In: DE FIORES, S.; MEO, S. (Dir.). **Dicionário de Mariologia**. São Paulo: Paulus, 1995, p. 300.

## 2 O diálogo ecumênico e Maria

Este capítulo é dedicado a analisar a presença e o papel de Maria no diálogo entre a Igreja Católica e as Igrejas da Reforma. Uma abordagem preliminar é apresentada, na qual tratamos da questão ecumênica desde o processo iniciado com o Concílio Vaticano II até a atualidade. Destacamos a importância do ecumenismo espiritual, que permanece o fundamento do diálogo entre os cristãos.

Neste contexto, situamos a figura de Maria, considerada um tema polêmico dentro do ecumenismo, devido às posições divergentes, e até mesmo antagônicas, que católicos e protestantes têm a respeito dela. Esta polêmica foi o ponto de partida para a nossa busca de posicionamentos sobre a questão, o que deu origem a um levantamento de pontos de vista convergentes, que podem servir como base para o diálogo. Encontramos também divergências ainda não superadas. Em relação a essas divergências, elencamos propostas de aproximação, conforme encontramos na literatura pesquisada, e segundo a tradição ecumênica que se desenvolveu no contexto das denominações cristãs nas décadas pós-conciliares.

Concluindo o desenvolvimento do tema, detivemo-nos, também, na visão do Capítulo VIII da Constituição *Lumen Gentium* (LG). Esse texto conciliar faz uma síntese da Mariologia católica, ao mesmo tempo que redescobre a fundamentação bíblica sobre Maria e a insere na dimensão histórico-salvífica do desígnio divino para a humanidade.<sup>3</sup>

### 2.1. O diálogo ecumênico e o ecumenismo espiritual

O desenvolvimento desta seção evolui em duas partes, a começar por uma visão sobre as questões atuais envolvendo o ecumenismo e o diálogo ecumênico. Uma primeira abordagem que se faz necessária é esclarecer os conceitos, o que podemos encontrar no Decreto *Unitatis Redintegratio*: “Por ‘Movimento ecumênico’ se entendem as atividades e iniciativas suscitadas e ordenadas em favor das várias necessidades da Igreja e oportunidades dos tempos, no sentido de favorecer a unidade dos Cristãos.” A seguir, esse documento conciliar sobre o

---

<sup>3</sup> CONCÍLIO VATICANO II. Constituição dogmática *Lumen Gentium* sobre a Igreja. In: VIER, F. (Coord.). **Compêndio do Vaticano II**: constituições, decretos e declarações. Petrópolis: Vozes, 1986. p. 39-113, n. 55.

ecumenismo distingue quais são essas atividades e iniciativas, que passamos a enumerar: os esforços, que estejam dentro da equidade e da verdade, destinados a eliminar tudo o que possa dificultar as relações com os irmãos separados; o “diálogo” entre peritos das diversas Igrejas, com a finalidade de explicar as respectivas doutrinas e apresentar suas características; a colaboração segundo a consciência cristã em vista do bem comum; a oração unânime.<sup>4</sup>

Vemos, portanto, que o ecumenismo é mais abrangente, pois o diálogo ecumênico se encontra entre uma das modalidades de promovê-lo. Consideramos como um relevante complemento ao que o Concílio coloca como “diálogo”, citar o Diretório sobre o ecumenismo, quando afirma que “o diálogo ecumênico não tem um caráter puramente privado entre pessoas ou grupos particulares, mas se insere no empenho de toda a Igreja e por isso deve ser conduzido de forma coerente com o ensino e as orientações dos seus Pastores.”<sup>5</sup>

Embora não tenhamos em vista uma delimitação rígida entre abordagens sobre ecumenismo e diálogo ecumênico neste nosso trabalho, a proposta é o aprofundamento do diálogo ecumênico, tendo Maria como tema, conforme este capítulo promete. Todavia, iniciaremos por situar o nosso enfoque a partir de algumas colocações sobre questões atuais do ecumenismo, passando para o diálogo ecumênico como expressão do pluralismo na unidade e finalizando com o ecumenismo espiritual, que é de fundamental importância para o desenvolvimento dos temas que se seguirão.

### 2.1.1. O diálogo ecumênico

A relevância do ecumenismo para o nosso tempo tem sido muito questionada, diante da secularização do mundo contemporâneo. Meio século depois do Concílio Vaticano II, que inaugurou a abertura da Igreja Católica ao diálogo com as outras denominações cristãs, “não se pode negar que o ecumenismo encontra-se diante de um momento crítico. Há uma convicção

---

<sup>4</sup> CONCÍLIO VATICANO II. Decreto *Unitatis Redintegratio* sobre o ecumenismo. In: VIER, F. (Coord.). **Compêndio do Vaticano II**: constituições, decretos e declarações. Petrópolis: Vozes, 1986, n. 4.

<sup>5</sup> CONSELHO PONTIFÍCIO PARA A PROMOÇÃO DA UNIDADE DOS CRISTÃOS (CPPUC). **Diretório para a aplicação dos princípios e normas sobre ecumenismo**. São Paulo: Paulinas, 1994, n. 87.

amplamente difundida de que as diferenças tradicionais são irrelevantes para a maioria das pessoas de hoje em dia, podendo simplesmente ser desconsideradas.”<sup>6</sup>

Realmente, as grandes discussões de cunho teológico, candentes na Idade Média e motivadoras de polêmicas no início da Idade Moderna, a ponto de se situarem entre as causas da Reforma Protestante, já não inflamam as opiniões contemporâneas, sobretudo fora do âmbito eclesial. Entretanto, existem outras causas para um certo arrefecimento atual do diálogo ecumênico, as quais têm origem nas próprias Igrejas e transcendem as questões doutrinárias do passado, segundo o ponto de vista de Marchiori & Maçaneiro:

Se o ecumenismo tem sofrido recuos, não parece que seja por falta de fundamento bíblico-teológico, mas por fatores que interferem negativamente no caminho da reconciliação. Entre estes, verificamos o surgimento de movimentos religiosos de estilo esotérico-gnóstico; a proliferação de “igrejas livres” (free churches) desvinculadas da herança da Reforma; a postura mercadológica de várias denominações; o subjetivismo religioso.<sup>7</sup>

Apesar das dificuldades apontadas, o ecumenismo se apresenta às Igrejas cristãs como o único caminho viável para testemunhar o nosso acolhimento ao dom do Espírito, enviado pelo Pai, através do Filho, para realizar nossa unidade.

Segundo o pensamento de Andresen, nós vivemos o tempo do ecumenismo. No seu manual de história dos dogmas e da teologia, este estudioso evangélico dividiu o desenvolvimento da doutrina cristã em três períodos: “o período da catolicidade (patrística e Idade Média), o período do confessionalismo e o período do ecumenismo.”<sup>8</sup> A nosso ver, trata-se de uma abordagem bastante simplificada, pelo menos da forma como é citada por Walter Kasper, mas que serve ao nosso propósito de situar a questão do ecumenismo na atualidade. É importante notar que as etapas propostas por Andresen não se sucedem, mas se acrescentam, conforme a fé cristã vem percorrendo os caminhos da história, inclusive com suas dolorosas divisões. Coexistem, portanto, essas fases, embora com ênfases diferentes nas diversas Igrejas cristãs.

O que poderíamos, então, classificar sob a ótica cristã de “período do ecumenismo” é a contemporaneidade, para a qual “o pluralismo é um valor. Nossa

<sup>6</sup> KASPER, W. **Que todas sejam uma:** o chamado à unidade hoje. São Paulo: Loyola, 2008, p. 8.

<sup>7</sup> MARCHIORI, O.; MAÇANEIRO, M. O diálogo inter-confessional às vésperas da V Conferência. **Revista Eletrônica Espaço Teológico**, n. 1, p. 40-44, 2007. Disponível em: <[https://revistas.pucsp.br/index.php/reveleteo/article/view/6733#?>](https://revistas.pucsp.br/index.php/reveleteo/article/view/6733#?). Acesso em: 16 jun. 2018, p. 41.

<sup>8</sup> ANDRESEN, C. (Ed.). **Handbuch der Dogmen und Theologiegeschichte**. Göttingen, 1982-1984. 3 v. apud KASPER, W. **Martín Lutero: una perspectiva ecuménica**. 2.ed. Bilbao: Sal Terrae, 2016, p. 55.

mentalidade sócio-cultural ‘descobriu’ a diferença, a alteridade, ligadas ao respeito pela riqueza original de cada pessoa e de cada grupo humano”.<sup>9</sup> Isto não significa, necessariamente, uma busca pela unidade. Pode-se buscar a unidade de uma forma que leve em conta a alteridade; pode-se também falar em alteridade e não buscar a unidade. Temos aqui apenas um ângulo da questão, que de forma alguma delinea seu perfil pleno, pois este nosso tempo também abriga contrastes muitas vezes profundos e contraditórios. Um deles refere-se, justamente, à busca da unidade.

Longe de ser considerado uma solução, hoje qualquer empenho neste sentido provoca o receio de “recusar a realidade dos conflitos”, impor ao outro uma “uniformidade” ou de reduzi-lo a uma “identidade abstrata”, o que levaria a um mero “equilíbrio inofensivo”.<sup>10</sup> Diante disso, “o movimento ecumênico tem sido apontado como o responsável pelo desenvolvimento do relativismo e da indiferença no que se refere a questões de fé”, quando, na verdade, “é a vítima, e não a causa, dessa apatia geral.”<sup>11</sup>

Mesmo que ainda existam preconceitos e resistências quanto à busca da unidade pelos cristãos, esse empenho é declarado por João Paulo II como irreversível, pois fundamentado no desígnio de Deus.<sup>12</sup> A primeira urgência para a unidade é o contra-testemunho que a divisão oferece ao mundo. Recordando as palavras de Jesus, destacamos o seu desejo de que todos sejam um para que o mundo creia que o Pai o enviou (cf. Jo 17,21). Uma segunda urgência não nasceu de um reconhecimento pelas Igrejas, mas está sendo imposta aos cristãos pelas perseguições nos dias de hoje. É o que o Papa Francisco chama de “ecumenismo do sangue”:

A divisão entre os cristãos é uma ferida no corpo da Igreja de Cristo. Não queremos que ela permaneça. Aquele que persegue hoje os cristãos, nos unge com o martírio, sabe que os cristãos são discípulos de Cristo, que são um, que são irmãos. A ele não importa se somos evangélicos, ortodoxos, luteranos, católicos e apostólicos. São cristãos. Esse sangue nos une. Estamos vivendo o ecumenismo do

<sup>9</sup> SESBOÜÉ, B. **Pour une théologie oecumenique**: église et sacrements, eucharistie et ministères, la Vierge Marie. Paris: Du Cerf, 1990, p. 405.

<sup>10</sup> SESBOÜÉ, B. **Pour une théologie oecumenique**, p. 406.

<sup>11</sup> KASPER, W. **Que todas sejam uma**, p. 8.

<sup>12</sup> JOÃO PAULO II, Papa. **Carta encíclica *Ut Unum Sint* sobre o empenho ecumênico**. São Paulo: Paulus, 1995, n. 5.

sangue. Isso deve nos motivar a rezar, dialogar, abater as distâncias e ser cada vez mais irmãos.<sup>13</sup>

O Papa cita aqui várias iniciativas para o aprofundamento do diálogo ecumênico, dentre elas “abater as distâncias”, o que só pode ser feito através de uma abordagem séria, a partir daquilo que une os irmãos ainda não totalmente em comunhão, assim como dos pontos discordantes por solucionar.

Bernard Sesboüé alerta para a tentação de considerar a unidade como algo fácil de ser atingido, o que leva os cristãos ao erro, pois “na medida em que o Evangelho é mistério interminável e objeto de incansável pesquisa, sua unidade é também objeto de um mistério e de uma pesquisa. Da mesma forma a unidade da Igreja.”<sup>14</sup>

O Diretório sobre o ecumenismo também manifesta preocupação com a aparente facilidade de um diálogo superficial, pois existem muitas “oposições ou impedimentos por atitudes sectárias”, sobretudo entre as chamadas “jovens Igrejas”. Como se pode conferir, o documento adverte os católicos para uma atuação condizente com os desafios do diálogo ecumênico:

Os católicos devem atuar com honestidade, prudência e conhecimento dos fatos em todos os contatos com membros de outras Igrejas e Comunidades Eclesiais. Esta forma de proceder, gradual e cautelosa, sem iludir as dificuldades, é também uma garantia para não sucumbir à tentação do indiferentismo e proselitismo, o que seria a ruína do verdadeiro espírito ecumênico.<sup>15</sup>

Estas reflexões se aplicam de modo exemplar às tentativas de promover uma unidade que poderíamos considerar concebida por “justaposição” de doutrinas e interpretações dos critérios da fé, sem levar em conta diferenças ou mesmo contradições, na qual cada comunidade eclesial manteria sua individualidade e sua independência doutrinária.

Um exemplo deste pensamento está no livro de González, que propõe oferecer algumas diretrizes para o *ecumenismo* e procura redefinir a própria *catolicidade*.<sup>16</sup> González observa que existem quatro evangelhos diferentes, que refletem circunstâncias, perspectivas, preocupações particulares da igreja onde

<sup>13</sup> FRANCISCO, Papa. **Alocução no Dia pela Unidade Cristã**, Phoenix Convention Center (USA), 25 maio 2015. Disponível em: <[http://www.radiovaticana.va/proxy/portuguese/noticiario/2015\\_05\\_24.html#Art\\_1146427](http://www.radiovaticana.va/proxy/portuguese/noticiario/2015_05_24.html#Art_1146427)>. Acesso em: 06 jul. 2018.

<sup>14</sup> SESBOÜÉ, B. **Pour une théologie oecumenique**, p. 412.

<sup>15</sup> CPPUC. **Diretório**, n. 23.

<sup>16</sup> GONZÁLEZ, J. **Desafios do século 21 para o pensamento cristão: esboços teológicos**. São Paulo: Hagnos, 2014, p. 11.

foram escritos, e nenhum deles contém o testemunho completo do Evangelho de Jesus Cristo. Os respectivos relatos paralelos concordam no essencial, mas diferem nos detalhes, e o mesmo acontece em toda a Bíblia, quando diferentes livros descrevem os mesmos eventos.<sup>17</sup>

Ele considera que essa multiplicidade também se reflete na catolicidade plenamente manifesta de uma igreja no século XXI, o que significa “reconhecer a contextualização, o fato de que lemos o Evangelho a partir da própria perspectiva”, mas em mútua contribuição de visão e experiência com outras tradições.<sup>18</sup> Assim, González afirma que, “se ‘católico’ quer dizer ‘segundo o todo’, enquanto houver uma parte do todo que não tenha representação na igreja, ou que forme parte dela sem que lhe seja permitido contribuir a partir da própria perspectiva, a própria catolicidade da igreja parece incompleta.”<sup>19</sup>

Afirmar que dentro do ecumenismo um ponto de vista pode não ser suficiente, necessitando ser completado por outras perspectivas para dimensões desconhecidas de uma mesma realidade, obscurece a diferença entre diversidade legítima e contradição, levando ao relativismo dogmático, ao indiferentismo e ao puro pragmatismo. Substitui-se, então, a unidade visível pela coexistência pacífica e pela cooperação amigável.<sup>20</sup>

No desenvolvimento do tema, o princípio que queremos demonstrar, com base nos diversos enfoques convergentes encontrados na literatura, é que pode não ocorrer conflito entre pluralidade e unidade. Este é um pressuposto que fundamenta o diálogo ecumênico, resguardadas as metodologias próprias de cada Igreja. Sesboüé propõe uma teoria que pode pacificar as dúvidas quanto a essa aparente contradição:

Unidade designa um todo formado por elementos diferenciados [...]; a unidade supõe, então, a diferença, ao menos a da pluralidade. Reciprocamente, falar de pluralismo supõe um fundo de unidade. O pluralismo não visa a multiplicidade pura de elementos completamente independentes entre si. Supõe termos comparáveis e associáveis e os situa em uma certa comunidade. A diferença não pode ser percebida como tal a não ser em referência a um conjunto unificado onde ela encontra seu lugar. A solidariedade dos dois termos é, então, inevitável.<sup>21</sup>

<sup>17</sup> GONZÁLEZ, J. *Desafios do século 21*, p. 105-108.

<sup>18</sup> GONZÁLEZ, J. *Desafios do século 21*, p. 121-122.

<sup>19</sup> GONZÁLEZ, J. *Desafios do século 21*, p. 144.

<sup>20</sup> KASPER, W. *Que todas sejam uma*, p. 10-11, 13.

<sup>21</sup> SESBOÜÉ, B. *Pour une théologie oecumenique*, p. 408.

Esta “inevitabilidade” apresentada de forma teórica deve necessariamente suscitar no diálogo ecumênico a atitude concreta de situar dentro de princípios comuns questões que não configuram divergências e de buscar uma solução compartilhada para elas. Assim, uma Igreja “é enriquecida pelos dons das outras Igrejas e as enriquece com o seu próprio dom.” Trata-se de um processo, segundo o pensamento de Ratzinger, aqui lembrado por Kasper, “no qual as Igrejas devem permanecer Igrejas, certamente, mas devem progressivamente, tornar-se uma Igreja”. Disto Kasper conclui que a identidade ecumênica da Igreja não pode ser uma Igreja nova ou diferente, mas a “única Igreja” de Jesus Cristo renovada pela ação do Espírito Santo.<sup>22</sup>

Wolff também acentua esse conceito de uma única Igreja, com a ressalva de que dentro dela subsiste o “pluralismo eclesial”. Daí a importância fundamental da relação entre Igreja e ecumenismo, pois é por amor a essa Igreja que buscamos caminhos de diálogo, que possibilitem restaurar “a visibilidade histórica da sua unidade”. O ecumenismo “contribui para fortalecer a força profética da Igreja, devolvendo-lhe a capacidade de testemunhar a unidade, a comunhão e a solidariedade no mundo”.<sup>23</sup>

O Espírito é o dom de Deus para promover essa unidade. Referindo-nos novamente à chamada “Oração de Jesus”, anteriormente citada, acrescentamos: “Eu lhes dei a glória que me deste para que sejam um: eu neles e tu em mim, para que sejam perfeitos na unidade e para que o mundo reconheça que me enviaste e os amaste como amaste a mim.” (Jo 17,22-23). Destacamos no texto dois aspectos importantes: a origem divina da obra, que tem sua fonte na própria Trindade; e a insistência de Jesus no testemunho da unidade. Ambos os aspectos são critérios para o anúncio credível do Evangelho e fundamentos do ecumenismo espiritual.

### 2.1.2. O ecumenismo espiritual

Como “a alma do movimento ecumênico”, o ecumenismo espiritual constitui o alicerce do empenho dos cristãos pela unidade. O Decreto *Unitatis*

<sup>22</sup> KASPER, W. **Que todas sejam uma**, p. 11-12.

<sup>23</sup> WOLFF, E. Igrejas e ecumenismo: uma relação identitária. **Estudos teológicos**, v. 45, n. 2, p. 18-30, 2005. Disponível em: <[http://www3.est.edu.br/publicacoes/estudos\\_teologicos/vol4502\\_2005/et2005-2b\\_ewolff.pdf](http://www3.est.edu.br/publicacoes/estudos_teologicos/vol4502_2005/et2005-2b_ewolff.pdf)>. Acesso em: 22 jul. 2017, p. 19.

*Redintegratio* enumera as iniciativas pessoais e comunitárias que promovem o ecumenismo espiritual:

Lembrem-se todos os fiéis de Cristo que tanto melhor promovem e até exercem a união dos Cristãos quanto mais se esforçarem por levar uma vida mais pura conforme o Evangelho. Quanto mais unidos estiverem em comunhão estreita com o Pai, o Verbo e o Espírito tanto mais íntima e facilmente conseguirão aumentar a mútua fraternidade. Esta conversão do coração e santidade de vida, juntamente com as preces particulares e públicas pela unidade dos Cristãos, devem ser tidas como a alma de todo o movimento ecumênico, e com razão, podem ser chamadas de ecumenismo espiritual.<sup>24</sup>

Cientes de que a iniciativa é sempre de Deus, confiam que Ele também a levará a termo. No entanto, o apelo à “conversão do coração” e à “santidade de vida” nos exorta a fazermos a nossa parte para o crescimento do diálogo com as outras Igrejas, pois “nenhum cristão ou cristã pode contentar-se com estas formas imperfeitas de comunhão que não correspondem à vontade de Cristo e enfraquecem a Igreja no exercício da sua missão.”<sup>25</sup>

O êxito deste empenho exige um acolhimento pelos membros das Igrejas que não se restringe a um posicionamento institucional. Pelo contrário, o ecumenismo espiritual foi o primeiro passo para iniciativas posteriores no diálogo ecumênico, inclusive os aprofundamentos teológicos e doutrinários nos quais se engajaram diversas Igrejas. Sesboüé discerne três fases do movimento ecumênico: a primeira, o tempo da “conversão do coração”, abrindo o ecumenismo da caridade; depois, a “conversão da inteligência” permitindo o diálogo doutrinal; enfim, o tempo que se aproxima, da “conversão confessional”, que deve levar um dia à conversão das Igrejas.<sup>26</sup>

Ainda em nossos dias, a conversão e a oração sustentam e promovem as possibilidades de aproximação entre os cristãos, de modo a não cairmos em um “ativismo desapiedado” nem na indiferença, conforme vemos no texto de Kasper:

Sem tal tipo de alma, o ecumenismo torna-se um ativismo desapiedado ou apenas um exercício acadêmico no qual a maior parte dos fiéis não pode tomar parte, já que, sem condições de entender o que está em jogo no diálogo ecumênico, eles se tornam alheios e indiferentes a todo conceito, ou até mesmo o rejeitam, de tal modo que uma real aceitação dos resultados no corpo da Igreja não acontece.<sup>27</sup>

A seriedade do compromisso com o ecumenismo espiritual nos coloca diante de uma questão de cunho moral, cujos critérios são definidos de forma

<sup>24</sup> UR, n. 7-8.

<sup>25</sup> CPPUC. **Diretório**, n. 19.

<sup>26</sup> SESBOÜÉ, B. **Pour une théologie oecumenique**, p. 417.

<sup>27</sup> KASPER, W. **Que todas sejam uma**, p. 30.

incisiva como opções entre santidade ou pecado. O Diretório sobre o ecumenismo aponta o arrependimento e o pedido recíproco de perdão como atitudes necessárias, suscitadas pela graça divina:

A graça de Deus incitou membros de muitas Igrejas e Comunidades eclesiais, muito especialmente no nosso século, a esforçarem-se por ultrapassar as divisões herdadas do passado e por construir de novo uma comunhão de amor pela oração, pelo arrependimento e pelo pedido recíproco de perdão pelos pecados de desunião do passado e do presente, por encontros de ações de cooperação e diálogo teológico.<sup>28</sup>

Outros documentos do Magistério da Igreja também aludem à divisão entre as Igrejas cristãs como “pecado da separação”<sup>29</sup> e “pecados dos cristãos” cometidos contra a unidade da Igreja.<sup>30</sup> Evidentemente, esta situação institucional histórica, como se apresenta em nosso tempo, não pode ser assumida como um pecado pessoal dos membros das Igrejas. No entanto, é uma condição que a Palavra de Jesus no Evangelho exige que superemos.

Também na perspectiva do GD, o problema da divisão entre as Igrejas cristãs se configura como um pecado contra a unidade. Por isso, o GD desenvolveu o método denominado “Para a Conversão das Igrejas” para orientar o diálogo ecumênico. Seu fundamento é o ecumenismo espiritual, pois “nossas identidades confessionais são uma herança dentro da qual devemos fazer um discernimento evangélico, a fim de recolher todos os valores positivos a serviço da rica pluriformidade da Igreja, e de renunciar à dimensão pecadora delas [ou nelas]. Elas precisam ser convertidas.”<sup>31</sup>

O *Relatório de Malta*, documento da Comissão conjunta preparatória que deu origem à Comissão Internacional Anglicano-Católica Romana, conhecida como ARCIC, destaca, dentre os pontos que caracterizaram as reuniões preparatórias, “um crescente senso [...] de penitência, na convicção de nossa responsabilidade compartilhada em alimentar animosidades e preconceitos que por quatrocentos anos nos mantiveram afastados, e impediram nossa tentativa de entender ou resolver nossas diferenças.”<sup>32</sup>

<sup>28</sup> CPPUC. **Directório**, n. 19.

<sup>29</sup> UR, n. 3.

<sup>30</sup> UUS, n. 34.

<sup>31</sup> GROUPE DES DOMBES. **Pour la conversion des Eglises: Identité et changement dans la dynamique de communion**. Paris: Le Centurion, 1991, n. 46 apud GROUPE DES DOMBES. **Site officiel**. Méthode. Disponível em: <<http://groupedesdombes.eu/49-2/>>. Acesso em: 07 abr. 2018.

<sup>32</sup> ANGLICAN-ROMAN CATHOLIC JOINT PREPARATORY COMMISSION (ARCJPC). **The Malta Report**. Malta, 1968. Disponível em:

A prioridade da perspectiva espiritual no diálogo ecumênico não nos isenta do compromisso com a missão que, se realizada em conjunto, tem uma força muito maior de confissão da fé perante o mundo. As iniciativas compartilhadas complementam o “ecumenismo do amor” e o “ecumenismo da verdade”, concretizando-os com o “ecumenismo da vida”.<sup>33</sup> Da cooperação que se empenha em superar os obstáculos à plena comunhão nasce o serviço aos irmãos e o testemunho comum diante dos questionamentos do mundo atual. Estes exigem uma resposta que os cristãos podem e devem dar, de acordo com a sua fé em Jesus Cristo redentor e salvador da humanidade. O Diretório sobre o ecumenismo destaca tanto o testemunho, quanto uma avaliação das posturas da sociedade secularizada, como iniciativas que necessitam de um posicionamento em comum por parte dos cristãos:

O testemunho comum dos cristãos, em torno das verdades centrais do Evangelho, pode constituir um forte incentivo a uma confiança renovada na fé cristã no meio de uma sociedade secularizada. Uma avaliação comum das formas de ateísmo, secularização e materialismo difundidas no mundo atual e uma forma comum de atuação nesse campo podem ser extremamente proveitosas na evangelização cristã no mundo contemporâneo.<sup>34</sup>

Pouco mais de uma década depois do Diretório, foi publicado o Documento de Aparecida, que traz uma breve, porém profunda, referência ao ecumenismo. Destacamos que o trecho a seguir faz um evidente retorno ao ensinamento conciliar e também considera as questões sociais. Coloca, inclusive, uma forte ênfase no batismo, como elemento primordial de unidade entre os cristãos, e no processo de conversão e reconciliação, chaves do ecumenismo espiritual:

O ecumenismo não se justifica por uma exigência simplesmente sociológica mas evangélica, trinitária e batismal: expressa a comunhão real, ainda que imperfeita que já existe entre os que foram regenerados pelo batismo e o testemunho concreto de fraternidade. O Magistério insiste no caráter trinitário e batismal do esforço ecumênico, onde o diálogo emerge como atitude espiritual e prática, em um caminho de conversão e reconciliação.<sup>35</sup>

No seu artigo sobre o Documento de Aparecida, Freitas Cardoso aponta que o interesse pelo ecumenismo perpassa o texto do documento, refletindo-se no seu propósito geral como uma das solitudes pastorais da V Conferência do CELAM.

---

<[http://www.vatican.va/roman\\_curia/pontifical\\_councils/chrstuni/angl-comm-docs/rc\\_pc\\_chrstuni\\_doc\\_19680102\\_malta-report\\_en.html](http://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_councils/chrstuni/angl-comm-docs/rc_pc_chrstuni_doc_19680102_malta-report_en.html)>. Acesso em: 03 mar. 2018, n. 1.

<sup>33</sup> KASPER, W. **Que todas sejam uma**, p. 104-105.

<sup>34</sup> CPPUC. **Diretório**, n. 208.

<sup>35</sup> CELAM. **Documento de Aparecida**: Texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe, 2007, Aparecida. Brasília: Edições CNBB; São Paulo: Paulinas; Paulus, 2007, n. 228.

No mesmo artigo, a autora confirma o cunho espiritual que o documento dá ao ecumenismo e percebe a relação na comunhão que se busca viver e comunicar:

A proposta de Aparecida – de sermos hoje discípulos e missionários, por um lado, e os caminhos e objetivos do ecumenismo, por outro lado, se encontram e se implicam mutuamente. Na contribuição mútua aparece mais a comunhão. O cristão vai viver na comunhão e é também chamado a servir pela comunhão e a comunicá-la.<sup>36</sup>

Por ocasião de sua viagem ao Brasil para a V Conferência do CELAM, à qual nos referimos, e que deu origem ao Documento de Aparecida, o Papa Bento XVI confirmou para o episcopado brasileiro, dentre outros temas, a sua visão sobre a importância do ecumenismo. Durante o discurso no encontro com os bispos, ele fez uma clara defesa do empenho pela unidade dos cristãos, partindo, inclusive, da menção ao Diretório elaborado pelo CPPUC. Tal alocação do Papa se coloca em continuidade com esse documento e, portanto, na linha do Concílio Vaticano II. Percebemos como Bento XVI deseja não apenas enfatizar a importância do ecumenismo para o nosso tempo, mas, também, alertar para os novos desafios, conforme este trecho de seu discurso:

O Ecumenismo, ou seja, a busca da unidade dos cristãos torna-se nesse nosso tempo, no qual se verifica o encontro das culturas e o desafio do secularismo, uma tarefa sempre mais urgente da Igreja católica. Com a multiplicação, porém, de sempre novas denominações cristãs e, sobretudo diante de certas formas de proselitismo, frequentemente agressivo, o empenho ecumênico torna-se uma tarefa complexa. Em tal contexto é indispensável uma boa formação histórica e doutrinal, que habilite ao necessário discernimento e ajude a entender a identidade específica de cada uma das comunidades, os elementos que dividem e aqueles que ajudam no caminho de construção da unidade.<sup>37</sup>

O Papa Francisco prossegue nessa linha de pensamento. É amplamente reconhecida a influência do Documento de Aparecida na Exortação programática do seu pontificado, a *Evangelii Gaudium*. Ao tratar da questão ecumênica nessa Exortação, ele confirma o perfil pastoral do seu pontificado, voltado para uma atividade missionária “em saída”, na qual “o esforço por uma unidade que facilite a recepção de Jesus Cristo deixa de ser mera diplomacia ou um dever forçado para se transformar num caminho imprescindível da evangelização.” Francisco também

<sup>36</sup> FREITAS CARDOSO, M. T. de. A perspectiva ecumênica do Documento de Aparecida. **Encontros Teológicos**, n. 57, a. 25 (n. 3), p. 67-80, 2010, p. 68, 74.

<sup>37</sup> BENTO XVI, Papa. **Discurso no Encontro e celebração das vésperas com os bispos do Brasil**, por ocasião da V Conferência Geral do Episcopado da América Latina e do Caribe, 11 maio 2007. Disponível em: <[https://w2.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/speeches/2007/may/documents/hf\\_ben-xvi\\_spe\\_20070511\\_bishops-brazil.html](https://w2.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/speeches/2007/may/documents/hf_ben-xvi_spe_20070511_bishops-brazil.html)>. Acesso em: 19 nov. 2018, n. 6.

alinha seu pensamento com o ensino anterior do Magistério da Igreja sobre o ecumenismo, ao frisar a “ação livre do Espírito”, mediante a qual “quantas coisas podemos aprender uns dos outros!” E conclui o parágrafo no clima do ecumenismo espiritual, quando afirma que “através de um intercâmbio de dons, o Espírito pode conduzir-nos cada vez mais para a verdade e o bem.”<sup>38</sup>

É significativo destacar também, dentro do tema que nosso trabalho se propõe estudar, a menção que o Papa Francisco faz, no parágrafo acima citado, sobre a hierarquia das verdades: “Se nos concentrarmos nas convicções que nos unem e recordarmos o princípio da hierarquia das verdades, poderemos caminhar decididamente para formas comuns de anúncio, de serviço e de testemunho.”<sup>39</sup> A hierarquia das verdades é um ponto fundamental no diálogo ecumênico. Ele também se aplica à questão de Maria, que ainda iremos aprofundar. Ilustra de forma exemplar a busca de solução para as doutrinas que as Igrejas consideram como suas próprias verdades de fé, possíveis de convergir em muitos pontos, mas também de ter formulações diferentes, ou mesmo opostas, que podemos resumir neste princípio: “Pelas semelhanças, o diálogo é possível; pelas diferenças, é necessário.”<sup>40</sup>

No documento *Do conflito à comunhão*, publicado por ocasião dos quinhentos anos da Reforma e dos cinquenta anos do diálogo luterano-católico, a Comissão em diálogo afirma que o reconhecimento das semelhanças deve preceder o reconhecimento das diferenças, de modo a favorecer o prosseguimento do diálogo ecumênico:

O diálogo ecumênico significa afastar-se de modelos de pensamentos que surgiram das diferenças confessionais e as enfatizam. Em vez disso, no diálogo os parceiros olham primeiro o que têm em comum e somente então avaliam o significado de suas diferenças. Essas diferenças, porém, não são desconsideradas ou tratadas casualmente, pois o diálogo ecumênico é a busca comum da verdade da fé cristã.<sup>41</sup>

A fase de florescimento para o ecumenismo, que se seguiu ao Concílio Vaticano II, já não ocorre no novo milênio. Todavia, Kasper analisa o fato a partir de uma perspectiva otimista:

<sup>38</sup> FRANCISCO, Papa. **Exortação apostólica *Evangelii Gaudium* sobre o anúncio do evangelho no mundo atual**. São Paulo: Paulinas, 2013, n. 246.

<sup>39</sup> A expressão “hierarquia das verdades” significa para a doutrina católica que as verdades têm nexos diferentes com o fundamento da fé cristã (cf. UR n. 11).

<sup>40</sup> COMISSÃO LUTERANA CATÓLICO-ROMANA PARA A UNIDADE (CLCRU). **Do conflito à comunhão**: comemoração conjunta católico-luterana da Reforma em 2017. Brasília: CNBB; São Leopoldo: Editora Sinodal, 2015, n. 32.

<sup>41</sup> CLCRU. **Do conflito à comunhão**, n. 34.

Em certa extensão, uma situação desse tipo é sinal e prova do feito do movimento ecumênico. Quanto mais os cristãos de diferentes Igrejas e comunidades eclesiais se aproximem uns dos outros, mais poderão sentir as diferenças que ainda existem e as dificuldades com que se confrontarão para superá-las, e mais sofrerão ainda por não poderem participar ainda da mesa única do Senhor. Desse modo, a frustração pode ser apreendida de uma forma positiva.<sup>42</sup>

O autor considera que, no centro da questão que alguns apontam como uma “crise” ou um novo “inverno ecumênico”, está o “tópico da nova identidade”. Diante da globalização que caracteriza o mundo atual, é comum o medo de “ser absorvido em um todo anônimo e sem rosto”, marcado pelo “relativismo e pelo indiferentismo”. No entanto, esta seria uma visão equivocada do ecumenismo que, na sua manifestação autêntica, só pode se fundamentar no diálogo entre parceiros com uma identidade definida e que, por isso mesmo, não temem perdê-la.<sup>43</sup> Não se trata, assim, de traçar simplesmente um caminho de retorno à Igreja Católica, mas de se engajar em um processo recíproco de aprendizado e de conversão a Jesus Cristo.

João Paulo II considera que “para além dos limites da Comunidade Católica, não existe o vazio eclesial.” Ele relembra, de acordo com o documento UR (n. 17), que “muitos elementos de grande valor (*eximia*), que estão integrados na Igreja Católica na plenitude dos meios de salvação e dos dons de graça que a edificam, acham-se também nas outras Comunidades cristãs”.<sup>44</sup> Este processo exige “exame de consciência, para a autocrítica e para o arrependimento” a fim de melhor nos aproximarmos do Senhor e, através dele, construirmos a unidade.<sup>45</sup> João Paulo II enfatiza a “purificação da memória histórica” como ponto determinante para este processo de conversão em comum:

O empenho ecumênico deve fundar-se na conversão dos corações e na oração, ambas induzindo depois à *necessária purificação da memória histórica*. Os discípulos do Senhor, animados pelo amor, pela coragem da verdade e pela vontade sincera de se perdoarem mutuamente e reconciliarem, são chamados, com a graça do Espírito Santo, a *reconsiderarem juntos o seu doloroso passado* e aquelas feridas que este, infelizmente, continua ainda hoje a provocar. São convidados pela força sempre jovem do Evangelho a reconhecerem juntos, com sincera e total objetividade, os erros cometidos e os fatores contingentes que estiveram na origem das suas deploráveis separações.<sup>46</sup>

<sup>42</sup> KASPER, W. **Que todas sejam uma**, p. 26.

<sup>43</sup> KASPER, W. **Que todas sejam uma**, p. 26-27.

<sup>44</sup> UUS, n. 13.

<sup>45</sup> KASPER, W. **Que todas sejam uma**, p. 29.

<sup>46</sup> UUS, n. 2.

Foi justamente nesse espírito ecumênico de mútuo perdão e de reconciliação que foram comemorados os 500 anos da Reforma Protestante, em 2017. Trata-se de um importante marco no diálogo entre católicos e luteranos e pode representar, também, o sinal de uma efetiva retomada da aproximação entre as Igrejas cristãs. Escrevendo em 2017, às vésperas do evento, Wolff afirmava:

A comemoração da Reforma acontece em tom de esperança e em tom penitencial. Esperança, porque é uma ocasião para aprofundar a consciência de que católicos e luteranos mesmo divididos pertencem a um mesmo corpo. Essa consciência, fundamentada no batismo comum, impele às iniciativas de superação da divisão e à busca da plena catolicidade da Igreja. Vivendo em um novo contexto, não se trata mais de um combate de uns contra os outros, mas de uma luta comum contra o que impede viver na unidade plena.<sup>47</sup>

Já o texto resultante do recente diálogo luterano-católico tendo em vista essas comemorações mostra ser fundamental prosseguirmos neste percurso, que a celebração conjunta do cinquentenário da Reforma marcou como um símbolo de cura da memória histórica, pois “enquanto o passado em si é inalterável, a presença do passado no presente é alterável. Na perspectiva de 2017, não se trata de contar uma história diferente, mas de contar a história diferentemente.”<sup>48</sup>

Conscientes de que a unidade é um dom do Espírito que nos compete sempre pedir e esperar, precisamos continuamente retornar às raízes espirituais do ecumenismo. Nelas se encontra a fonte que renova nosso acolhimento ao mandato do Senhor e a garantia de nossa fidelidade a ele no futuro. “Não podemos resignar-nos com a divisão e o distanciamento que a separação gerou entre nós. Temos a possibilidade de reparar um momento crucial da nossa história, superando controvérsias e mal-entendidos que impediram frequentemente de nos compreendermos uns aos outros.”<sup>49</sup>

É nessa direção de buscar refletir sobre o que temos em comum, compreendermos uns aos outros onde surgem as diferenças e superar controvérsias, que retomamos vários temas, antes colocados como pontos de

<sup>47</sup> WOLFF, E. A Reforma de Lutero: uma releitura ecumênica. *Theologica Xaveriana*, v. 67, n. 183, p. 237-268, jan-jun. 2017. Disponível em: <[http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0120-36492017000100237&lng=en&tlng=en#?>](http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0120-36492017000100237&lng=en&tlng=en#?>). Acesso em: 18 fev. 2018, p. 257.

<sup>48</sup> CLCR. **Do conflito à comunhão**, n. 16.

<sup>49</sup> FRANCISCO, Papa. **Homilia durante a oração ecumênica na catedral luterana de Lund** (viagem apostólica à Suécia). Lund: Conselho Pontifício para a Promoção da Unidade dos Cristãos; Federação Luterana Mundial, 31 out. 2016. Disponível em: <[http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/homilies/2016/documents/papa-francesco\\_20161031\\_omelia-svezia-lund.html](http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/homilies/2016/documents/papa-francesco_20161031_omelia-svezia-lund.html)>. Acesso em: 28 ago. 2017.

controvérsias, procurando o caminho do diálogo. Esta pesquisa se propõe focalizar a questão de Maria como tema importante para o diálogo ecumênico.

## 2.2. Maria como tema de diálogo ecumênico

Podemos considerar que novas perspectivas se apresentam para o diálogo ecumênico sobre Maria, na atualidade. Entretanto, é preciso reconhecer que os contenciosos sobre ela foram adquirindo uma relevância cada vez maior, levando a uma situação de confronto que perdurou até meados do século passado, sobretudo com os protestantes. O teólogo franciscano polonês Napiórkowski, a respeito da Mariologia enquanto problema ecumênico, aponta como principais elementos de controvérsia: “A mariologia e o culto mariano constituem, ao lado do papado e dos ministérios na igreja, a dificuldade mais importante no caminho da unificação da cristandade.”<sup>50</sup>

Leahy reconhece justamente estes dois elementos na Igreja Católica – a mariologia e o papado – como dons divinos que lhe garantem a unidade e a santificação dos seus membros, no acolhimento à própria vocação e missão. Inspirado na teoria de von Balthasar, Leahy destaca, dentre os princípios citados pelo autor, “o princípio petrino”, que se refere à “dimensão hierárquica e institucional da Igreja”; e “o princípio mariano”, “aquela dimensão da Igreja que continua e ressoa o sim de Maria a Deus. É um sim repetido por todo o povo de Deus e ecoa por meio dele.”<sup>51</sup> Podemos, portanto, concordar com Amato em que Maria é para os católicos um “símbolo de unidade eclesial”, que se expressa no cântico do *Magnificat* como “profecia de unidade”: “As gerações todas me chamarão de bem-aventurada” (cf. Lc 1,48).<sup>52</sup>

Por outro lado, aqui nos encontramos diante de impasses ainda não resolvidos no diálogo ecumênico. Turner propõe esta problemática na forma de uma pergunta que resume as preocupações do ecumenismo a esse respeito: “Maria é causa de divisão ou uma oportunidade para reconciliação? Ela foi certamente a

<sup>50</sup> NAPIÓRKOWSKI. Ecumenismo. In: DE FIORES, S.; MEO, S. (Dir.). **Dicionário de Mariologia**. São Paulo: Paulus, 1995, p. 433.

<sup>51</sup> LEAHY, B. **O princípio mariano na Igreja**. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 2010, p. 13-14.

<sup>52</sup> AMATO, A. La Donna dal cuore ecumenico. **Maria Ausiliatrice**, n.1, 2001. Disponível em: <<http://www.latheotokos.it/modules.php?name=News&file=article&sid=236>>. Acesso em: 22 jul. 2017.

mãe do Salvador e está portanto, ao menos fisicamente, no centro da Cristandade. Pensar sobre essa relação levanta importantes questões que precisam ser discutidas.”<sup>53</sup>

A respeito disso, podemos encontrar uma motivação positiva no pensamento do teólogo protestante Bertalot, que reconhece um progresso histórico na aproximação das Igrejas:

As reflexões de cada uma das confissões sobre a figura de Maria se desenvolveram nos quatro últimos séculos, sem se preocuparem com fazer emergir um consenso. [...] Somente depois do Vat. II é que foi possível passar da contraposição mais áspera e dura para o confronto franco e sem tensão.<sup>54</sup>

Conforme o escopo do nosso trabalho, vamos nos concentrar na questão de Maria e desenvolver os aspectos que consideramos relevantes sobre ela como tema desse diálogo.

### 2.2.1. A questão do diálogo ecumênico sobre Maria

São muitos os fatores envolvidos na figura de Maria que ultrapassam as dimensões teológicas, doutrinárias e culturais. Existem “ainda barreiras não apenas doutrinárias, mas também emocionais”<sup>55</sup> que é preciso admitir e procurar resolver para o avanço do diálogo ecumênico. Giancarlo Bruni também considera que diversos fatores tornam Maria uma “questão ecumênica”:

Nesta ótica, Maria e a mariologia tornaram-se ilustração da *quaestio oecumenica*, daquilo que já une, do seu contencioso, do seu desenvolvimento, e do seu envolvimento não só doutrinário-conceitual, mas afetivo-emocional-passional porque entram em jogo a “piedade”, a “devoção” e a “cultura”.<sup>56</sup>

A devoção popular mariana possui características próprias em muitas culturas, que influenciam a própria identidade nacional. C. Boff afirma esse princípio, chamando Maria de “‘chave antropológica’ para se entender o coração de um povo”, o qual, por sua vez, pode “desvelar dimensões escondidas da identidade do mistério inexaurível da *Theotokos*, tal como se manifesta nas diferentes inculturações de sua figura.”<sup>57</sup>

<sup>53</sup> TURNER, R. C. Mary in the ecumenical movement. In: LOSSKY, N. et al. (Ed.). **Dictionary of the Ecumenical Movement**. Geneva: WCC Publications; Grand Rapids: W.B. Eerdmans Publ. Co., 1991, p. 665.

<sup>54</sup> BERTALOT, R. Protestantes. In: DE FIORES, S.; MEO, S. (Dir.). **Dicionário de Mariologia**. São Paulo: Paulus, 1995, p. 1088.

<sup>55</sup> KASPER, W. **Que todas sejam uma**, p. 222.

<sup>56</sup> BRUNI, G. **Mariologia ecumenica: approcci, documenti, prospettive**. Bologna: EDB, 2009, p. 6.

<sup>57</sup> BOFF, C. **Mariologia social**. São Paulo: Paulus, 2006, p. 45.

Além disso, não se pode esquecer a relação pessoal que os católicos, sobretudo nos países latino-americanos, mantêm com aquela que chamam de Mãe e Senhora, dentre diversos outros títulos, como afirma Bingemer:

Tem um rosto coletivo essa Maria e não apenas individual. Seu rosto é o rosto do povo. [...] E para ela o povo clama e grita seus desejos insatisfeitos, suas orações, seus medos, suas inseguranças. E a presença da Mãe se faz sentir ao seu lado. Na relação com a mãe está presente a busca pela proteção das origens. [...] Este retorno às origens é repetido inúmeras vezes na existência humana e especialmente dentro da estrutura religiosa.<sup>58</sup>

Murad também analisa este “transbordamento” devocional seguindo a mesma linha de Bingemer, no que se refere à busca dos fiéis pela proteção materna de Maria. Ele acrescenta o componente da dificuldade para o diálogo ecumênico que isto acarreta, uma vez que a visão dos protestantes sobre Maria está mais voltada para o perfil humano daquela que eles consideram principalmente uma de nós, embora agraciada por Deus para ser a mãe de seu Filho:

A proximidade de Maria em relação ao fiel [católico] não se explica pela sua semelhança conosco, mas sim pela sua capacidade de, enquanto alguém da esfera do divino, vir em auxílio de seus filhos. A grande parte das manifestações devocionais marianas gira em torno da oração de súplica, da fé como entrega confiante nas mãos da “Mãe de Deus”, do pedido de socorro, em situações extremas de necessidade e angústia.<sup>59</sup>

Como característica de nossa tradição, não apenas religiosa, mas também cultural, “o discurso do devoto sobre Maria é fruto do afeto, da admiração, do entusiasmo e da exaltação. Ele quer mais é celebrá-la e magnificá-la.”<sup>60</sup> De Fiores julga com bastante indulgência até os exageros, ao afirmar que “todo amor intenso foge do controle da razão e parece atribuir aos santos o amor reservado a Deus.”<sup>61</sup>

Neste ponto, confrontamo-nos com mais uma divergência em relação aos protestantes – a invocação de Maria. O pastor e teólogo luterano Schmidt trata da questão no seu artigo, a partir da lembrança da piedade medieval, quando floresceu a devoção aos santos e a esperança no seu poder de intercessão. O autor resume as posições de Lutero, Zwínglio e Calvino a respeito, reconhecendo que

<sup>58</sup> BINGEMER, M. C. L. O mês de Maria. **Jornal do Brasil**, 04 maio 2017. Disponível em: <<http://www.jb.com.br/sociedade-aberta/noticias/2017/05/04/o-mes-de-maria/>>. Acesso em: 24 set. 2017.

<sup>59</sup> MURAD, A. **Maria, toda de Deus e tão humana**: compêndio de mariologia. São Paulo: Paulinas: Santuário, 2012, p. 15.

<sup>60</sup> BOFF, C. **Introdução à Mariologia**. Petrópolis: Vozes, 2012, p. 23.

<sup>61</sup> DE FIORES, S. Figura bíblica de Maria e sua inculturação popular. **Atualidade Teológica**, a. 14, n. 36, p. 321-347, set./dez. 2010, p. 329.

“os Reformadores viam aí Deus relegado a um plano secundário.”<sup>62</sup> Sabemos que a recusa da invocação aos santos inclui Maria, e representa uma das divergências ainda não resolvidas no diálogo com os católicos. Apesar disso, Schmidt não deixa de registrar uma abertura, bastante amistosa até, no sentido de que a questão não representa empecilho à unidade:

Os reformadores são unânimes em se voltar contra a invocação dos santos. Mas, é importante notar que, no fundo, há uma concepção positiva dos santos. Numa lindíssima interpretação do Magnificat (1521) Lutero não se cansa de ressaltar o quanto podemos aprender em termos de espiritualidade, da oração de Maria. Aliás, a primeira edição dessa obra no Brasil foi promovida pela Igreja Católica Apostólica Romana. É um sinal visível de ecumenismo.<sup>63</sup>

Outro aspecto da devoção católica rejeitado pelas Igrejas protestantes está relacionado às aparições e mensagens marianas. Encontramo-nos aqui em um campo controverso, pois tais ocorrências podem ser aceitas pelos católicos, e de fato o são em muitos casos, desde que sua veracidade seja reconhecida pela Igreja. No entanto, elas não os obrigam à fé, uma vez que estão no âmbito das revelações privadas. Na citação a seguir, Ratzinger aponta esta diferença essencial, que consideramos importante ser ressaltada no diálogo com os protestantes:

A autoridade das revelações privadas é essencialmente diversa da única revelação pública: esta exige a nossa fé; de fato, nela, é o próprio Deus que nos fala por meio de palavras humanas e da mediação da comunidade viva da Igreja. A fé em Deus e na sua Palavra é distinta de qualquer outra fé, crença, opinião humana. A certeza de que é Deus que fala, cria em mim a segurança de encontrar a própria verdade; uma certeza assim não se pode verificar em mais nenhuma forma humana de conhecimento. É sobre tal certeza que edifico a minha vida e me entrego ao morrer.<sup>64</sup>

O Papa Francisco também nos faz uma grave exortação a respeito de formas devocionais que desviam Maria de sua referência a Cristo e se baseiam muito mais no sentimentalismo do que numa fé madura:

Peregrinos com Maria... Qual Maria? Uma “Mestra de vida espiritual”, a primeira que seguiu Cristo pelo caminho “estreito” da cruz dando-nos o exemplo, ou então uma Senhora “inatingível” e, conseqüentemente, inimitável? A “Bendita por ter acreditado” (cf. Lc 1, 42.45) sempre e em todas as circunstâncias nas palavras divinas, ou então uma “Santinha” a quem se recorre para obter favores a baixo

<sup>62</sup> SCHMIDT, E. Maria no ecumenismo (2). A polêmica da veneração a Maria. In: GRZYWACZ, J. **Mariologia Popular:** curso básico de mariologia. Disponível em: <<https://mariologiapopular.blogspot.com.br/2015/04/maria-no-ecumenismo-2-polemica-da.html>>. Acesso em: 22 jul. 2017.

<sup>63</sup> SCHMIDT, E. Maria no ecumenismo.

<sup>64</sup> RATZINGER, J. Comentário teológico. In: CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ. **A mensagem de Fátima.** Disponível em: <[http://www.vatican.va/roman\\_curia/congregations/cfaith/documents/rc\\_con\\_cfaith\\_doc\\_2000062\\_6\\_message-fatima\\_po.html](http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_con_cfaith_doc_2000062_6_message-fatima_po.html)>. Acesso em: 26 jul. 2017.

preço? A Virgem Maria do Evangelho venerada pela Igreja orante, ou uma esboçada por sensibilidades subjetivas que A veem segurando o braço justiceiro de Deus pronto a castigar: uma Maria melhor do que Cristo, visto como Juiz impiedoso; mais misericordiosa que o Cordeiro imolado por nós?<sup>65</sup>

Percebemos nesta alocução do Papa a memória do ensinamento do Concílio Vaticano II sobre Maria, conservando a índole ecumênica do Capítulo VIII da LG, do qual transcrevemos o trecho a seguir:

Saibam os fiéis que a verdadeira devoção não consiste num estéril e transitório afeto, nem numa certa vã credulidade, mas procede da fé verdadeira pela qual somos levados a reconhecer a excelência da Mãe de Deus, excitados a um amor filial para com nossa Mãe e à imitação das suas virtudes.<sup>66</sup>

Os problemas decorrentes dos exageros de certa piedade popular evidentemente entram em conflito com o chamado “minimalismo” protestante em relação a Maria, que chega a ser silêncio e ocultamento. “O ocultamento de Maria torna-se assim um sinal distintivo da Igreja reformada”, como uma “versão rigorosamente não mariana do cristianismo, em resposta e contraposição não apenas à dogmática, mas também à doutrina, ao culto e ao simbolismo marianos do catolicismo.”<sup>67</sup>

Selecionamos textos de dois autores protestantes modernos que ilustram este tipo de postura, próprio de Igrejas que surgiram depois da Reforma. Citamos, em primeiro lugar Araújo, cuja obra tem como preocupação o surgimento de um sistema teológico “caracteristicamente brasileiro”, para o qual “é necessária a análise da história, cultura, literatura e igreja brasileiras”.<sup>68</sup> O autor propõe realizar este empreendimento ignorando completamente a figura de Maria, que somente é citada segundo antigos clichês como “a perspectiva católica de Maria divinizada”<sup>69</sup>, a quem se dedica “uma prática litúrgico-devocional supersticiosa”.<sup>70</sup>

O outro autor protestante que citamos é Connelly, que escreveu um livro sobre Maria, no qual afirma: “Tento pintar o verdadeiro retrato de Maria – um retrato baseado nas Escrituras, sem o revestimento da tradição e sem a poeira da

<sup>65</sup> FRANCISCO, Papa. **Alocução introdutória à procissão das velas na peregrinação a Fátima**, 13 maio 2017. Disponível em: <<http://www.papa2017.fatima.pt/pt/news/papa-diz-que-cristaos-devem-ser-marianos>>. Acesso em: 07 ago. 2017.

<sup>66</sup> LG, n. 67.

<sup>67</sup> BRUNI, G. **Mariologia ecumenica**, p. 36, 38.

<sup>68</sup> ARAUJO, H. R. **História da Teologia no Brasil**. Rio de Janeiro: Teologia Contemporânea Editora, 2016, p. 25.

<sup>69</sup> ARAUJO, H. R. **História da Teologia no Brasil**, p. 35.

<sup>70</sup> ARAUJO, H. R. **História da teologia no Brasil**, p. 65.

negligência”.<sup>71</sup> Aqui ele se refere claramente à “tradição” católica e à “negligência” protestante, pretendendo superar ambas por meio da interpretação que propõe da Sagrada Escritura. Porém, seu intuito fica comprometido pela insistência nos preconceitos contra a figura de Maria, desconsiderando o modo como era descrita pela Igreja primitiva. Dentro dessa linha de pensamento, Connelly defende que Jesus teve irmãos:

O ensinamento bíblico sobre a concepção virginal de Jesus pressupõe obrigatoriamente que Maria era virgem quando ficou grávida de maneira milagrosa, mas não que ela continuaria virgem eternamente. Em toda a Bíblia, Deus abençoa o casamento e a relação sexual dentro dessa união. José e Maria foram abençoados por Deus com pelo menos seis filhos além de Jesus.<sup>72</sup>

Este parágrafo é referencial em relação a outras colocações do autor, no qual observamos uma rejeição às próprias raízes, pela recusa de princípios aceitos pelos pais da Reforma. No caso da virgindade perpétua, que tomamos como exemplo, eles a reconheciam como sinal de que Jesus Cristo é Deus e homem verdadeiro. Para comprovarmos a afirmação da virgindade perpétua de Maria pelos pais da Reforma, selecionamos três textos de Gesteira, que citam passagens de Lutero, Calvino e Zwinglio sobre o assunto. A primeira citação trata do pensamento de Lutero:

No atinente à virgindade, coincide também no fundamental a teologia dos reformadores. Porém foi M. Lutero quem prestou singular atenção à virgindade de Maria, já que sua maternidade é absolutamente indissociável da maternidade virginal. Pois é a virgindade que faz da maternidade “um milagre”, vale dizer, não uma obra humana, mas uma obra que é toda e unicamente de Deus, tal como dirá Lutero no fim de sua vida: “Virgem antes, no, e depois do parto, que está grávida e dá à luz. Este artigo (da fé) é milagre divino” (*Sermão Natal* 1540: WA 49, 182).<sup>73</sup>

Gesteira prossegue seu verbete, referindo-se a Calvino sobre o mesmo tema, conforme o trecho que transcrevemos a seguir:

Na obra *In. Is. 7* (CR 36, 157) [Calvino] insiste, em face do judaísmo, que *almah* não significa *adolescente*, mas *virgem*. E baseia neste dado a virgindade perpétua de Maria pela força do Espírito: “Assim consta suficientemente que se fala de uma virgem que havia de conceber não segundo a ordem ordinária da natureza, mas pela graça do Espírito Santo”. Também fundamenta a virgindade depois do parto pela decisão de Maria de permanecer sempre assim “Quando ouve que dela nascerá o Filho de Deus e que conceberá alguém não vulgar: esta é a razão por que excluiu

<sup>71</sup> CONNELLY, D. **Maria**: um modelo bíblico de espiritualidade. Viçosa: Ultimato; São Paulo: Editorial Press, 2002, p. 13.

<sup>72</sup> CONNELLY, D. **Maria**, p. 98.

<sup>73</sup> GESTEIRA, M. Reforma. In: DE FIORES, S.; MEO, S. (Dir.). **Dicionário de Mariologia**. São Paulo: Paulus, 1995, p. 1122.

toda união com o varão. Por isso o apelativo de primogênito (referido a Jesus) não demonstra que tivesse outros filhos”.<sup>74</sup>

O terceiro reformador citado é Zuínglio, sobre o qual vamos nos deter em um trecho mais longo, pois consideramos sua argumentação fundamental para o ponto de vista que defendemos:

H. Zuínglio [grafia do texto original] afirma igualmente a maternidade virginal de Maria, ressaltando com Calvino a intervenção do Espírito, que faz que Maria, para ser mãe do Salvador “portasse em seu corpo casto e intacto, Cristo o Filho de Deus, e assim fosse mãe sem detrimento de sua virgindade” (Op. 6/I, 204). Como Lutero e Calvino, Zuínglio interpreta Is 7,14 em relação com a virgindade perpétua de Maria, de modo que os *irmãos* de Jesus devem ser entendidos como parentes (Op. 14, 182). Entretanto, Zuínglio, diferentemente dos demais reformadores, reconhece que a afirmação da virgindade perpétua de Maria enfrenta-se com o princípio fundamental da *sola Scriptura*, pois a virgindade no parto e depois do parto não se encontram na Escritura. Não obstante, Zuínglio responde a esta objeção com afirmação surpreendente: “Se provém do Espírito que (Maria) seja sempre virgem, provém já do autor mesmo (da Escritura: e isso é muito mais importante do que aquilo que provenha) da Escritura. Maria ainda, se provém do Espírito Santo, há de ser adscrito também – queiramo-lo ou não – à letra, ainda que os que estão vazios do Espírito não o deduzam da letra [da Escritura]” (*Apol. Compl. Is 7*). Este princípio hermenêutico aproxima-se muito do utilizado pela igreja católica.<sup>75</sup>

A partir daí, impõe-se a interrogação sobre as causas do progressivo afastamento das Igrejas protestantes em relação à figura de Maria e ao discurso sobre ela, inclusive quanto ao ensino dos pais da Reforma, conforme já citado.

Sobre o assunto, valemo-nos dos critérios apontados por Bruni, os quais passamos a resumir. O autor parte do ponto de vista protestante para enumerar as três razões para o que ele chama de “jejum mariológico”, as quais ele apresenta como:

- “razões externas ao protestantismo”, atribuídas ao “uso contra-reformista da mariologia da parte católica”;
- “razões internas ao protestantismo”, de cunho psicológico, relacionadas à “remoção do arquétipo feminino, na obra do puritanismo protestante, com a consequente marginalização da figura de Maria”;
- “razões inerentes ao ambiente cultural”, “com particular referência à época iluminista e aos seus parâmetros hermenêuticos – o primado da razão e do verificável na leitura da realidade”.<sup>76</sup>

Com isto concorda Sesboüé, quando ressalta que “as posições anti-marianas do protestantismo moderno representam um desvio em relação ao

<sup>74</sup> GESTEIRA, M. Reforma, p. 1124.

<sup>75</sup> GESTEIRA, M. Reforma, p. 1124-1125.

<sup>76</sup> BRUNI, G. *Mariologia ecumenica*, p. 41-42.

pensamento dos reformadores e são consequência do racionalismo do século das Luzes.”<sup>77</sup>

Por outro lado, segundo a opinião de Bertalot, não se pode esperar que as Igrejas protestantes de hoje voltem às mesmas posições dos reformadores sobre Maria. O futuro do ecumenismo não se pautará por uma repetição do passado. Assim, o autor reconhece que o espaço para o diálogo ecumênico se encontra na discussão de temas relevantes para o momento presente:

Certamente é possível retomar o passado para questioná-lo e verificar sua eventual relevância com base em uma renovada reflexão bíblica. [...] Será necessário retomá-lo sem sufocar o novo que por toda parte surge no horizonte e que será uma vitória, de Deus e não nossa, sobre nossas divisões e nosso isolamento.<sup>78</sup>

### 2.2.2. Perspectivas para um diálogo mariológico ecumênico

No capítulo anterior, fundamentamo-nos no pensamento de Kasper quanto ao ecumenismo em nossos dias. Apesar da sua postura predominantemente otimista, o autor aponta para a existência de uma crise a ser superada, no que é acompanhado por Marchiori & Maçaneiro (conforme nota de rodapé n. 7). Sesboüé, por outro lado, tem uma perspectiva bastante positiva quanto ao atual “momento favorável para a entrada de Maria no diálogo ecumênico”. Ele defende que, a partir de uma nova abordagem da Mariologia “de maneira integrada em ligação com os pontos mais cruciais da fé”, abre-se uma promissora possibilidade de consenso, mediante a qual “católicos e protestantes poderiam entrar em acordo para pensar sobre o mistério de Maria à luz do *sola gratia*, do *sola fide* e do *solli Deo gloria*.”<sup>79</sup>

Müller expressa a mesma opinião, embora não a aplique diretamente ao ecumenismo: “A Mariologia é um tratado recente no seio da Teologia e, por isso, deve integrar-se dentro das verdades que desde muito nos foram teologicamente transmitidas e confirmadas, porque nelas se encontra um fator de sua verdade e de

<sup>77</sup> SESBOÜÉ, B. *Pour une théologie oecumenique*, p. 398-399.

<sup>78</sup> BERTALOT, R. Ecumenismo in Italia: Protestantismo e Maria. In: BERTALOT, R. *Ecco la Serva del Signore. Una voce protestante*. Roma: Edizioni Marianum, 2002. p. 55-66. Disponível em: <<http://www.latheotokos.it/modules.php?name=News&file=article&sid=452>>. Acesso em: 22 jul. 2017.

<sup>79</sup> SESBOÜÉ, B. *Pour une théologie oecumenique*, p. 403-404.

sua credibilidade.”<sup>80</sup> Compreende-se a afirmação do autor de que “a Mariologia é um tratado recente”, pela data de publicação do texto citado (1974).

Selecionamos esta citação justamente porque a sua proximidade com o Concílio Vaticano II manifesta a grande influência daquele evento em uma nova concepção da Mariologia, que perdura e se desenvolve até os nossos dias. A nosso ver, Müller é um dos expoentes dessa transição, ao defender que a Mariologia não se mantenha apenas como um tratado de especulação e sistematização teológica isoladas, mas que esteja vinculado ao patrimônio da fé e aos “tratados teológicos que ocupam um grau superior”.<sup>81</sup>

Assim como Müller, Bruni também defende a importância de uma “Mariologia integrada”, que ele entrevê como positiva para o diálogo ecumênico, a exemplo de Sesboüé. Em relação à Igreja Católica, que tem uma Mariologia amplamente desenvolvida, ele afirma que “o critério ecumênico postula como primeira tarefa uma revisão rigorosa da própria perspectiva mariológica, seja no plano doutrinário como no cultural, ao qual deve seguir um conhecimento atento e apropriado da abordagem protestante e ortodoxa.”<sup>82</sup>

Os rumos que o autor propõe para uma “perspectiva teológica compartilhada” passam pelos três critérios que resumimos a seguir:

- a) Da superficialidade à profundidade – [...] É superficial todo enfoque de Maria e da mariologia como figura e tratado em si mesmos, autônomos. [...] Uma mariologia ecumênica exige urgentemente [...] ser colocada em profundidade, no próprio coração do mistério cristão para encontrar novamente uma substancial linha comum.
- b) Do evento à exemplaridade – Reconduzir Maria e a mariologia à fonte da experiência cristã [...] permite à Igreja encontrá-la novamente em concordância à luz de tal experiência, como ícone evidente da livre, gratuita e benévola automanifestação de Deus no Filho. [...] Essa perspectiva que coloca Maria [...] no coração da *historia salutis*, como figura exemplar, [...] continua a favorecer uma re-recepção dela e da reflexão sobre ela em âmbito sempre mais vasto das confissões cristãs.
- c) Da exemplaridade à sua especificação – A categoria da exemplaridade tipológica coloca a Mãe do Senhor no coração do evento e na companhia da Igreja.<sup>83</sup>

No que se refere à “revisitação rigorosa da própria perspectiva mariológica”, postulada por Bruni para a Igreja Católica (cf. nota de rodapé n. 82), existem dois

<sup>80</sup> MÜLLER, A. O lugar de Maria e sua cooperação no evento Cristo. In: FEINER, J.; LOEHNER, M. (Ed.). *Mysterium Salutis*: compêndio de dogmática histórico-salvífica. Petrópolis: Vozes, 1974. (v. III/7 – O evento Cristo – Atuação salvífica de Deus em Cristo), p. 87.

<sup>81</sup> MÜLLER, A. O lugar de Maria e sua cooperação no evento Cristo, p. 86.

<sup>82</sup> BRUNI, G. *Mariologia ecumenica*, p. 31.

<sup>83</sup> BRUNI, G. *Mariologia ecumenica*, p. 561-564.

aspectos da metodologia ecumênica, citados por Kasper, que podemos propor como contribuições para a correta interpretação da Mariologia católica: a hierarquia das verdades e o princípio hermenêutico da distinção entre o conteúdo da fé e sua expressão.<sup>84</sup>

Embora o autor não se refira diretamente às questões mariológicas, sabemos que estes princípios também se aplicam a elas, pois a Mariologia deve ser interpretada à luz da Cristologia e da Eclesiologia. Naquela encontra-se a origem da eleição e da missão de Maria, totalmente voltadas para a maternidade do Filho de Deus; nesta, a proximidade de Maria conosco, como membro e figura exemplar da Igreja. Portanto, julgamos pertinente a abordagem, neste item, dos dois aspectos citados por Kasper, que passaremos a desenvolver com a complementação do pensamento de outros autores.

Começaremos pela hierarquia das verdades, um princípio formulado pelo Concílio Vaticano II como recomendação aos teólogos católicos, justamente para favorecer o diálogo ecumênico, e que o Decreto *Unitatis Redintegratio* assim apresenta:

Comparando as doutrinas, lembrem-se que existe uma ordem ou “hierarquia” de verdades na doutrina católica, já que o nexos delas com o fundamento da fé cristã é diverso. Assim se abrirá o caminho pelo qual, mediante esta fraterna emulação, todos se sintam incitados a um conhecimento mais profundo e manifestação mais clara das investigáveis riquezas de Cristo.<sup>85</sup>

Izquierdo, no seu artigo sobre o assunto, propõe duas abordagens para o diálogo ecumênico fundamentadas na hierarquia das verdades: a primeira, que parte do essencial (Deus revelado, a pessoa e a obra de Cristo), e a segunda, que aproveita alguma base já comum ao diálogo, para a qual ele toma como exemplo o ensinamento dos concílios dos cinco primeiros séculos da Igreja.<sup>86</sup> No entanto, o autor adverte contra uma interpretação radical da hierarquia das verdades:

A aceitação de um núcleo fundamental de verdades [...] assinala que sempre se há de voltar a elas para compreender adequadamente as demais. Ao mesmo tempo, é necessário examinar cuidadosamente outras verdades para evitar que sejam desprezadas por motivos inconsistentes. [...] Atuar dessa maneira não significa esconder ou negar o resto. Para um católico, a ideia de hierarquia de verdades não pode ser uma desculpa para renunciar a certas verdades da fé. Não se trata de dar

<sup>84</sup> KASPER, W. **Que todas sejam uma**, p. 67-68.

<sup>85</sup> UR, n. 11.

<sup>86</sup> IZQUIERDO, C. La jerarquia de verdades: su recepcion en el ecumenismo y en la teologia.(Cincuenta anos de concilio Vaticano II). **Scripta Theologica**, v. 44, n. 2, p.433(29), Aug. 2012. Disponível em: <<https://www.unav.edu/publicaciones/revistas/index.php/scripta-theologica/article/view/1304>>. Acesso em: 14 fev. 2018, p. 457.

menos importância ao resto, mas de apontar o núcleo em que estão provavelmente as raízes de acordos e desacordos posteriores.<sup>87</sup>

Estes critérios se aplicam ao tratado da Mariologia, sobretudo no que se refere aos dois últimos dogmas formulados pela Igreja Católica, nos séculos XIX e XX: a Imaculada Conceição e a Assunção Gloriosa. Ainda no âmbito dos dogmas marianos, Temporelli os identifica como “exemplificação tipológica” das verdades cristológicas fundamentais da fé, às quais, evidentemente, nada acrescentam. A autora observa que, dentro da “profunda e íntima interconexão” entre todos os dogmas, eles “se relacionam e se iluminam mutuamente”. Por isso, ela também postula o princípio fundamental da hierarquia das verdades, que é chave para manter os passos trilhados até agora e continuar promovendo a unidade entre as Igrejas: “Na compreensão da revelação, os últimos dogmas marianos não ocupam um lugar central dentro da fé e dos dogmas da Igreja, mas seu mistério está em relação com as verdades cristológicas que já haviam sido promulgadas nos primeiros séculos da Igreja.”<sup>88</sup>

A esta afirmação, acrescentamos que “nos dogmas marianos há uma inegável capacidade catalizadora de correção doutrinal na formulação da fé em Cristo, a graça e a vida eterna.”<sup>89</sup> Nesta frase, Izquierdo demonstra que uma interpretação correta dos dogmas marianos conduz necessariamente à melhor compreensão do mistério de Cristo, do tratado da Graça, na sua sutil e fundamental relação com a liberdade humana e, finalmente, da dimensão escatológica da Igreja, antecipada na figura exemplar de Maria. “A mariologia é um sintoma para percebermos até que ponto o peso do elemento cristológico está sendo colocado de forma justa ou não.”<sup>90</sup>

Portanto, consideramos válido destacar que os mistérios da Virgem Maria são sempre inseparáveis dos mistérios de seu Filho, não apenas no âmbito da teologia, mas também do culto que prestamos a ela. Essa preocupação aparece muito clara no documento do Papa Paulo VI destinado a orientar e revigorar o culto mariano no pós-concílio, a Exortação *Marialis Cultus*, da qual transcrevemos o seguinte trecho:

<sup>87</sup> IZQUIERDO, C. La jerarquia de verdades, p. 456-457.

<sup>88</sup> TEMPORELLI, C. **Maria, mulher de Deus e dos pobres**: releitura dos dogmas marianos. São Paulo: Paulus, 2009, p. 261-262.

<sup>89</sup> IZQUIERDO, C. La jerarquia de verdades, p. 457.

<sup>90</sup> RATZINGER, J. **A Filha de Sião**. São Paulo: Paulus, 2013, p. 25.

A Bíblia, ao apresentar de modo admirável o desígnio de Deus relativamente à salvação dos homens, acha-se toda ela impregnada do mistério do Salvador e encerra também, sem dúvida, desde o Gênesis até o Apocalipse, referências àquela que foi mãe e cooperadora do mesmo Salvador. [...] Essa característica [...] exige, sobretudo, que o culto à Virgem Santíssima seja permeado pelos grandes temas da mensagem cristã, a fim de que os féis, ao mesmo tempo que veneram aquela que é a Sede da Sabedoria, sejam também eles iluminados pela luz da Palavra divina e levados a agir segundo os ditames do Verbo encarnado.<sup>91</sup>

Além da hierarquia das verdades, o segundo aspecto da metodologia ecumênica, já enumerado, é o princípio hermenêutico da distinção entre o conteúdo da fé e sua expressão, conforme Kasper. Seguindo este autor, assumimos que todo conteúdo sempre terá sua expressão por meio da linguagem, “mas pode haver diferentes formulações ou aproximações linguísticas de um mesmo conteúdo. [...] Em uma unidade de comunhão na diversidade deve haver também formulações diversas da mesma fé concernentes a outros aspectos menos centrais da fé cristã.”<sup>92</sup>

Temporelli segue a mesma linha de defesa dessa diversidade na expressão dos conteúdos da fé, diversidade que ela aplica aos dogmas marianos, objeto de um livro de sua autoria. Consideramos que ela complementa a ideia antes apresentada por nós de diferentes formulações linguísticas, ao destacar o fundamento destas na investigação sobre os conteúdos, de modo a elaborar uma segura argumentação:

A teologia foi compreendendo que, mesmo que tenha se pronunciado a mais alta instância doutrinal da Igreja, isso não impede a continuidade da investigação, da busca de argumentos e das discussões, pois a formulação dogmática é algo vivo e real, como parte integrante, não apenas de um corpo doutrinal estabelecido de uma vez por todas, mas sim da própria vida eclesial, dinâmica e sempre em movimento.<sup>93</sup>

Diante do que foi exposto até aqui, é possível verificar na literatura consultada uma forte convergência de posições favoráveis a uma revisão dos estudos e das expressões da Mariologia. Os pontos apontados referem-se à sintonia com outros tratados teológicos e a uma abordagem da figura de Maria que expresse sua relevância para os tempos atuais, inclusive no que se refere ao diálogo com as outras Igrejas cristãs.

---

<sup>91</sup> PAULO VI, Papa. **Exortação apostólica *Marialis Cultus* para a reta ordenação e desenvolvimento do culto à bem-aventurada Virgem Maria** (MC). Brasília: CNBB, 2016, n. 30.

<sup>92</sup> KASPER, W. **Que todas sejam uma**, p. 68.

<sup>93</sup> TEMPORELLI, C. **Maria, mulher de Deus e dos pobres**, p. 244.

Murad não apenas concorda com as ideias acima, mas as sintetiza, ao selecionar, dentre os desafios e tarefas da mariologia<sup>94</sup> contemporânea, os cinco pontos seguintes: “a) Descobrir o lugar apropriado de Maria na história da salvação; b) Reinterpretar os dogmas; c) Fornecer critérios pastorais para orientar a devoção; d) Discernir sobre as aparições; e) Colaborar no diálogo ecumênico e inter-religioso.”<sup>95</sup> Embora o autor não se refira diretamente à formulação de uma Mariologia ecumênica, fica evidente esta índole nas suas propostas.

Prosseguindo no âmbito de propostas para uma Mariologia renovada, observamos que os temas até aqui apresentados se tornam objeto de uma sistematização ampla e acurada por parte de Bruni, na sua obra clássica sobre a Mariologia ecumênica. Consideramos os princípios que ele formula imprescindíveis a uma compreensão mais profunda da temática que nosso trabalho aborda. Por este motivo, embora reconhecendo que se trata de um trecho longo, procederemos à sua citação, de forma resumida.

Partindo do percurso metodológico que os documentos ecumênicos sobre Maria seguem, o autor propõe as indicações que deles emergem como princípios, que “podem constituir uma ‘carta magna’ da metodologia ecumênica mariológica”. Transcrevemos os trechos principais desses princípios:

- a) O princípio da realidade e da correção – [...] Favorecer a solução dos nós mariológicos não resolvidos.
- b) O princípio da confluência – [...] Trabalhar juntos sobre o ‘caso mariano’ [...] para uma solução positiva de problemas doutrinários e culturais.
- c) O princípio da colocação – [...] Todo discurso sério sobre Maria [...] se fundamenta na sua colocação dentro da história da salvação, [...] na cristologia, na pneumatologia, na soteriologia, na eclesiologia, no judaísmo, na antropologia e na própria cosmologia.
- d) O princípio da Escritura – [...] A recuperação da Maria dos Evangelhos [...] produziu dois efeitos positivos:
  - 1º) [...] A restituição de Maria à categoria da normalidade. [...] A demanda de uma ‘mariologia de baixo’ corresponde [...] à demanda [...] de uma ‘cristologia de baixo’.
  - 2º) [...] A demanda séria da urgência de uma re-recepção ecumênica do testemunho da Escritura e do princípio da hierarquia das verdades.
- e) O princípio da história e os critérios epistemológicos – [...] O testemunho normativo da Escritura, revelado desde o princípio e transmitido na história das

<sup>94</sup> O autor expressa no livro a sua preferência por este termo, em substituição ao termo clássico “mariologia”.

<sup>95</sup> MURAD, A. **Maria, toda de Deus e tão humana**, p. 28-29.

Igrejas concretas, chamadas a repensá-lo e a re-dizê-lo dentro de seus próprios contextos.

f) o princípio da contemporaneidade e da eloquência – [...] A novidade de uma mariologia eloquente [...] a propósito das questões da mulher, da feminilidade, dos pobres, de Israel e do seu serviço à unidade da Igreja.<sup>96</sup>

A conclusão que podemos tirar dos argumentos expostos aponta para um caminho ainda longo a ser trilhado na questão de Maria dentro do ecumenismo. No entanto, já temos um critério capaz de sinalizar esse caminho, como a convicção de que “a mariologia terá que ser de agora em diante ecumênica”.<sup>97</sup> As implicações deste princípio necessitam, em primeiro lugar, que as Igrejas acolham o desenvolvimento de um discurso próprio sobre Maria. Isto “exige não apenas atenção ao outro e ao seu discurso, mas também a apresentação reta e correta do próprio pensamento e celebração mariológicos. Uma elaboração clarificadora nos confrontos próprios e com os outros.”<sup>98</sup>

O ecumenismo espiritual é lugar teológico privilegiado para o reconhecimento da presença e atuação de Maria na Igreja. Sirchia afirma que “podemos chamar a bem-aventurada Virgem, a Unidade, por excelência”. Ele se baseia nas dimensões de unidade que ela vive consigo mesma, do ponto de vista psico-físico, e com Deus, do ponto de vista espiritual. Por isso, ousa afirmar que ela “se torna não apenas modelo, mas também causa de unidade”, pois tem a fé do discípulo, que reconhece e anuncia aos cristãos a necessidade de fazer tudo o que o Senhor nos disser (cf. Jo 2,5). Para Sirchia, Maria manifesta que “a via para a unidade passa por uma comum e plena adesão às exigências do evangelho”.<sup>99</sup>

Como consequência, “a oração com Maria não está separada do contexto celebrativo pela unidade dos cristãos”,<sup>100</sup> tanto que o Papa João Paulo II lhe atribuiu o título de “Mãe da Unidade” dos cristãos, o que foi acentuado por Venturini.<sup>101</sup> João Paulo II assim se dirige a Maria:

<sup>96</sup> BRUNI, G. *Mariologia ecumenica*, p. 557-561.

<sup>97</sup> BRUNI, G. *Mariologia ecumenica*, p. 25.

<sup>98</sup> BRUNI, G. *Mariologia ecumenica*, p. 25.

<sup>99</sup> SIRCHIA, M. Pregare con Maria Theotòkos per l'unità dei cristiani. In: GRASSO, A. (Ed.). *La Theotokos: Portale di Mariologia*. 2008. Disponível em: <<http://www.latheotokos.it/modules.php?name=News&file=article&sid=360>>. Acesso em: 22 jul. 2017.

<sup>100</sup> SIRCHIA, M. Pregare con Maria Theotòkos.

<sup>101</sup> VENTURINI, N. Maria, madre d'unità. *Popoli*, maio 2008. Disponível em: <<http://www.latheotokos.it/modules.php?name=News&file=article&sid=359>>. Acesso em: 22 jul. 2017.

Mãe da Unidade e da Paz, fortalece o vínculo de comunhão na Igreja do teu Filho, reaviva os esforços ecumênicos, a fim de que todos os cristãos, em virtude do Espírito Santo, se tornem uma família de irmãs e de irmãos de Jesus Cristo, único Salvador do mundo, ontem, hoje e sempre (cf.Hb 13, 8).<sup>102</sup>

Esta prece de João Paulo II se insere na perspectiva de unidade inaugurada pelo Concílio Vaticano II, e que encontra a sua feição mariana no Capítulo VIII da LG, do qual passamos a tratar.

### 2.3. A importância da *Lumen Gentium* para o diálogo ecumênico sobre Maria

Introduzimos esta seção com uma breve abordagem do Concílio Vaticano II, nos aspectos que julgamos pertinentes para melhor situarmos no clima ecumênico daquele evento a LG e a importância do seu capítulo dedicado à Virgem Maria.

O Papa João XXIII convocou o Concílio Vaticano II para conduzir a Igreja a um tempo de “aggiornamento” e de renovação, a partir de um influxo de volta às fontes eclesiais primitivas e mediante um processo de conversão das estruturas e membros da Igreja. Garrapucho & Maçaneiro consideram que podemos associar às propostas de “aggiornamento” e de renovação, anunciadas pelo Papa, o conceito de ecumenismo, “pois estas três ideias conversão – reforma – ecumenismo já estavam unidas na mente de João XXIII.”<sup>103</sup>

De fato, o documento sobre o ecumenismo, o Decreto *Unitatis Redintegratio*, confirma que a aproximação entre as Igrejas cristãs foi uma das intenções para a convocação do Vaticano II.<sup>104</sup> No trecho a seguir, extraído do documento, a abertura ao ecumenismo espiritual confirma-se pela convicção de que a unidade é obra do Espírito Santo:

O Espírito Santo, que habita nos crentes, que enche e governa toda a Igreja, é quem realiza aquela maravilhosa comunhão dos fiéis e une todos tão intimamente em Cristo, de modo a ser o Princípio da unidade da Igreja. É Ele quem opera a distribuição das graças e dos ministérios, enriquecendo a Igreja de Jesus Cristo

<sup>102</sup> JOÃO PAULO II, Papa. **Oração no Santuário de Nossa Senhora do Monte Claro**. Częstochowa, 4 jun. 1997. Disponível em: <<http://www.jp2.org.br/joao-paulo-ii-e-a-devocao-filial-a-vmaria.html>>. Acesso em: 29 abr. 2018.

<sup>103</sup> GARRAPUCHO, F. R.; MAÇANEIRO, M. La conmemoración de los 500 años de la Reforma: Su sentido para la Iglesia católica. **Revista Pistis & Praxis**, v. 9, n. 2, p. 405-425, maio-ago. 2017. Disponível em: <<https://periodicos.pucpr.br/index.php/pistispraxis/article/view/14450/17901>>. Acesso em: 22 maio 2018, p. 411.

<sup>104</sup> UR, 1.

com diferentes dons, “a fim de aparelharem os santos para a obra do ministério na edificação do corpo de Cristo” (Ef 4,12).<sup>105</sup>

Observamos que, mesmo após a morte do Papa, uma “intrínseca significação ecumênica” orientou o desenvolvimento do Concílio Vaticano II, de modo que seus documentos, mesmo aqueles não diretamente ligados à questão do diálogo com os cristãos separados, estão imbuídos desta dimensão.<sup>106</sup> Um exemplo disto é a LG, documento pelo qual a Igreja se compreende a partir da comunhão entre as Pessoas Trinitárias: “Consumada, pois, a obra que o Pai confiara ao Filho realizar na terra (cf. Jo 17,4), foi enviado o Espírito Santo no dia de Pentecostes a fim de santificar perenemente a Igreja para que assim os crentes pudessem aproximar-se do Pai por Cristo num mesmo Espírito (cf. Ef 2,18).”<sup>107</sup>

Assim como a vida divina circula entre Pai, Filho e Espírito Santo, numa eterna auto-doação de amor, assim também a Trindade se revela a nós na sua missão salvífica. A LG mostra que essa missão se realiza na e pela Igreja, pois “há um só Senhor, uma só fé, um só batismo. Há um só Deus e Pai de todos, que atua acima de todos, por todos e em todos” (Ef 4,5). Portanto, conforme o mesmo documento conciliar, “a Igreja é em Cristo como que o sacramento ou o sinal e instrumento da união íntima com Deus e da unidade de todo o gênero humano.”<sup>108</sup>

### 2.3.1. A índole ecumênica da *Lumen Gentium*

A busca “da unidade de todo o gênero humano” a que se refere a LG tem diversos caminhos, dentre os quais o ecumenismo. Kasper identifica nos documentos do Concílio que citamos – o Decreto *Unitatis Redintegratio* e a Constituição *Dogmática Lumen Gentium* – “implicações importantes para a hermenêutica” de ambos, a ponto de o autor considerar que não é permitido separá-los, conforme expõe no trecho que transcrevemos:

O *Unitatis redintegratio* indica a abordagem a ser tomada na explicação das asserções da *Lumen gentium* (uma disposição de abertura sobre mais de um ponto), ou seja, um espírito de abertura ecumênica teologicamente responsável. Assim, não

<sup>105</sup> UR, n. 2.

<sup>106</sup> VILLAR, J. R. Dimension ecumenica del Vaticano II. *Scripta Theologica*, v. 46, n. 1, p. 91(12). Disponível em: <<http://dadun.unav.edu/bitstream/10171/42571/1/06.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2018, p. 101.

<sup>107</sup> LG, n. 4

<sup>108</sup> LG, n. 1.

há oposição entre o caráter doutrinariamente unificador, por um lado, e o caráter pastoral ou disciplinador, do outro.<sup>109</sup>

Uma vez inseridos nessa dinâmica de comunhão, reconhecemos que ela só poderá atingir a sua plenitude quando todos aqueles que creem no Cristo se tornarem anunciadores do mesmo dom de Deus, que se realiza na única Igreja fundada pelo Senhor. “A compreensão e a prática da eclesiologia de comunhão nos conduz ao diálogo ecumênico”, é o que afirmam os bispos reunidos em Aparecida, referindo-se à visão de Igreja desenvolvida na LG.<sup>110</sup> Sobre a “eclesiologia de comunhão”, Sesboüé esclarece: “A unidade eclesial que o movimento ecumênico busca pode se expressar com o termo comunhão, pois é capaz de promover uma plena comunhão entre as Igrejas”.<sup>111</sup>

Além das implicações hermenêuticas apontadas por Kasper entre o Decreto *Unitatis Redintegratio* e a Constituição *Lumen Gentium*, é possível identificar uma articulação entre todos os documentos do Concílio Vaticano II, os quais revelam os critérios teológicos aplicados à elaboração de sua doutrina em geral, e particularmente, da doutrina mariana.<sup>112</sup>

Abordamos, a partir de agora, o Capítulo VIII da LG, dedicado à “Bem-aventurada Virgem Maria, Mãe de Deus, no mistério de Cristo e da Igreja”. Sobre esse capítulo, Salvatore Meo enumera os referidos critérios teológicos conciliares, os quais passamos a resumir:

a) O critério bíblico – fundamental na formulação da doutrina mariana, prende-se fielmente às mais seguras e claras indicações que emanam do AT e do NT, e também mais à Maria bíblica do que à Maria do dogma ou da teologia sistemática.

b) O critério antropológico – permitiu dar maior evidência aos valores pessoais expressos pela Virgem na sua vida histórica, experiência cristã, testemunho da fé, da obediência à vontade do Senhor, da esperança e caridade, da generosa cooperação como serviço prestado à pessoa e à obra de Cristo.

c) O critério ecumênico – para começar um diálogo verdadeiro e adequado com os irmãos separados, relê e purifica a apresentação de todo o mistério de

<sup>109</sup> KASPER, W. **Que todas sejam uma**, p. 14-16.

<sup>110</sup> DAp, n. 227.

<sup>111</sup> SESBOÜÉ, B. **Pour une théologie oecumenique**, p. 416.

<sup>112</sup> MEO, S. Concílio Vaticano II, p. 299.

Maria, de modo que esta constitua não ponto de divisão mas de convergência e de unidade.

d) O critério pastoral – baseado essencialmente no dado bíblico e na sensibilidade religiosa do homem contemporâneo, permitiu que o documento nos apresentasse uma doutrina mariana mais concreta e acessível às massas, mais espiritual e eficaz para a renovação também cultural da igreja.<sup>113</sup>

Iwashita também reconhece o modo inovador pelo qual o Capítulo VIII da LG insere e destaca claramente a figura de Maria. Ele identifica que, graças ao retorno às fontes bíblicas e patrísticas, surge uma nova Mariologia, vista à luz do mistério pascal e inserida na teologia contemporânea, com práticas renovadas para o culto e a espiritualidade.<sup>114</sup>

Escolhida por Deus para ser a mãe de seu Filho, Maria tem uma relação peculiar com a Trindade e, ao mesmo tempo, está próxima de nós. Esta presença de Maria na Igreja dá ensejo a reconhecermos sua função materna na Comunhão dos Santos, que ela assume com a postura de serva e, dentro de uma perspectiva profética, resume a tensão escatológica da Igreja, povo de Deus rumo à eternidade. O Capítulo VIII da LG explica estas funções de Maria:

O Sacrossanto Sínodo, ao expor a doutrina sobre a Igreja, na qual o divino Redentor opera a salvação, quer esclarecer com empenho tanto a missão da Bem-aventurada Virgem no mistério do Verbo Encarnado e do Corpo Místico, como os deveres dos homens remidos para com a Mãe de Deus, mãe de Cristo e mãe dos homens, mormente dos fiéis.<sup>115</sup>

Müller & Sattler, ao tratar do que consideram a “definição de localização” da doutrina do Concílio sobre Maria, colocada como capítulo final da LG, apontam os fundamentos dessa escolha na Patrística e na Sagrada Escritura:

O último concílio retomou e autorizou um modo de pensamento tipológico predominante nos tempos dos Pais da Igreja e que pode reportar-se a concepções bíblicas: Maria é imagem/tipo da Igreja, “pois também a Igreja é chamada, com razão, mãe e virgem [...] mediante a palavra de Deus recebida na fé, torna-se também ela mãe [...] virgem que íntegra e puramente guarda a palavra dada ao Esposo” (LG 63,64). Como Maria, também a Igreja recebe a palavra de Deus no Espírito Santo, como Maria, ela transmite esse dom precioso a outros e se torna a “mãe” dos crentes.<sup>116</sup>

<sup>113</sup> Cf. MEO, S. Concílio Vaticano II, p. 300-301.

<sup>114</sup> IWASHITA, P. K. Maria no Vaticano II: renovação na mariologia. **Atualidade Teológica**, v. 48, p. 554-571, set./dez. 2014. Disponível em: <<https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/24501/24501.PDF>>. Acesso em: 22 jul. 2017, p. 554-555.

<sup>115</sup> LG, n. 54.

<sup>116</sup> MÜLLER, A.; SATTLER, D. Mariologia. In: SCHNEIDER, T. (Org.). **Manual de dogmática**. Petrópolis: Vozes, 2000. v. 2, p.144-145.

Podemos encontrar uma convergência de opinião entre as proposições do Concílio Vaticano II sobre Maria e o pensamento protestante, a partir do ponto de vista de Perry, que retoma algumas ideias já mencionadas no trecho transcrito acima. O autor expõe, a seguir, sua opinião sobre o objetivo do esquema mariano do Concílio:

Seu objetivo principal é entender o papel de Maria dentro da igreja tanto como discípulo ideal quanto como protótipo da comunidade de fé (64-65)<sup>117</sup>. Suas aberturas ecumênicas implícitas e explícitas são especialmente dignas de nota. Implicitamente, o compromisso de estender o diálogo além dos limites visíveis da Igreja Católica Romana pode ser encontrado no uso de textos pelo concílio. Embora contribuições medievais e modernas sejam mencionadas, o concílio fundamenta o ensinamento mariano na mais antiga (comum) fé cristã, através de seu frequente recurso à Sagrada Escritura e aos pais da igreja. Além disso, aberturas ecumênicas explícitas são encontradas na conclusão do documento, que “exorta com todo o empenho os teólogos e os pregadores da palavra divina a que, ao considerarem a singular dignidade da Mãe de Deus, se abstenham com cuidado, tanto de qualquer falso exagero, como também duma demasiada pequenez de espírito” (67).<sup>118</sup>

No âmbito da reflexão sistemática, o Concílio Vaticano II não pretendeu proclamar nenhum dogma novo, inclusive em relação a Maria, embora um quinto dogma mariano fosse o anseio de alguns grupos. Meo considera que o título de “Constituição dogmática” conferido à LG significa que o documento repropõe dogmas da fé já definidos pela Igreja. Não apresenta novas definições, porém, como documento de um concílio ecumênico e, portanto, ato do magistério extraordinário, sua doutrina tem valor universal obrigatório, também no que se refere à pessoa e à missão de Maria. O mesmo autor assim se expressa a respeito do Capítulo VIII do documento:

Além de ser testemunho da doutrina secular da igreja, ele é também fruto das dimensões e das aquisições doutrinárias mais recentes e diversas, e inclui a última e mais atual problemática mariológica, tanto sob o aspecto da proposição metodológica, quanto para os critérios que guiaram a sua elaboração e para a sua finalidade pastoral e doutrinal.<sup>119</sup>

A seguir, dedicamo-nos a desenvolver com mais detalhes essas novas dimensões e aquisições doutrinárias que o Concílio Vaticano II trouxe para a reflexão sobre Maria.

<sup>117</sup> Os números entre parênteses fazem parte do texto original e se referem aos parágrafos da *Lumen Gentium* citados pelo autor.

<sup>118</sup> PERRY, T. Evangelicals and Mary. **Theology Today**, v. 65, n. 2, p. 226-238, 2008. Disponível em: <<http://journals.sagepub.com.ez370.periodicos.capes.gov.br/doi/pdf/10.1177/00405736080650208#page=3&zoom=auto,-71,84>>. Acesso em: 14 fev. 2018, p. 228-229.

<sup>119</sup> MEO, S. Concílio Vaticano II, p. 306.

### 2.3.2. A mariologia em articulação com a cristologia e a eclesiologia

A promulgação do texto referente a Maria integrado à Constituição sobre a Igreja foi a solução conciliar para o impasse que ficou conhecido como a “questão mariana”<sup>120</sup>. De fato, nesse texto constatamos uma nova e integradora abordagem, que inaugurou uma releitura da Mariologia em âmbito católico, colocando-a em estreita ligação com a cristologia e a eclesiologia. Conforme já afirmamos, a Mariologia está subordinada a ambas, não como verdade secundária, mas como verdade segunda, na sua origem e na sua interpretação.

Esta nova abordagem é definida por Bruni como a grande “virada mariológica no ambiente católico”,<sup>121</sup> promovida pelo Concílio Vaticano II. O autor a descreve como a “passagem” de uma antiga para uma nova visão da Mariologia:

A passagem do isolamento e da independência mariológicas à sua inserção no mistério de Cristo, mariologia cristotípica, e no mistério da Igreja, mariologia eclesiotípica. Inserção que inexoravelmente restitui a figura de Maria ao seu ambiente natural, a história da salvação, para uma mariologia histórico-salvífica, finalmente liberta da mariologia das teses e dos manuais, até então “maximalista”.<sup>122</sup>

Outra contribuição vem do pensamento de Salvatore Perrella, considerando que tal “virada” se estende às áreas histórico-salvífica, eclesiológica, litúrgica, ecumênica, antropológica e iconológica, nas quais reconhece a influência da doutrina mariana católica renovada pelo Concílio Vaticano II.<sup>123</sup>

Portanto, a partir dos pontos comuns referentes a Maria até aqui mencionados, podemos delinear o seu relacionamento com a Igreja, sob três

<sup>120</sup> Chamou-se “questão mariana” à reflexão mariológica na época da convocação do Concílio Vaticano II, e que deu origem às discussões sobre a redação do capítulo VIII da *Lumen Gentium*. Os mariologistas adotavam duas posições diferentes. Uma delas, a posição cristotípica, segundo a qual o mistério da Virgem é considerado quase exclusivamente na sua relação com Cristo mediador, salvador e redentor. Daí os títulos de Maria associados à obra do seu Filho. A outra posição, fruto de uma reflexão mariológica mais recente, é a eclesiotípica, que aprofunda a relação de Maria com a Igreja. Pertenciam a essa corrente os defensores de que o esquema sobre Maria fosse integrado ao esquema sobre a Igreja, temática fundamental do Concílio, ao invés de constituir um texto separado. Foi o que de fato ocorreu com o capítulo VIII, depois de um compromisso entre as duas posições, de forma a não considerá-las opostas, mas complementares (cf. MEO, S. Concílio Vaticano II, p. 297-299).

<sup>121</sup> BRUNI, G. **Mariologia ecumenica**, p. 13.

<sup>122</sup> BRUNI, G. **Mariologia ecumenica**, p. 10.

<sup>123</sup> PERRELLA, S. M. **Maria vergine e madre: la verginità feconda di Maria tra fede, storia e teologia**. Milano: San Paolo, 2003, p. 148.

perspectivas: histórica, estrutural e funcional, conforme Laurentin<sup>124</sup>, pautado no esquema do Capítulo VIII da LG. Ampliamos este enfoque, acrescentando ao esboço de Laurentin as ideias de outros autores.

A perspectiva histórica aponta para o papel de Maria na história da salvação como representante do povo eleito, ligada a Abraão pela descendência e como modelo de fé e acolhimento da Palavra de Deus, que nela se encarnou. “Santa Maria fez totalmente a vontade do Pai e por isto mais valeu para ela ser discípula de Cristo do que mãe de Cristo; maior felicidade gozou em ser discípula do que mãe de Cristo. Assim Maria era feliz porque, já antes de dar à luz o Mestre, trazia-o na mente.”<sup>125</sup> A filha de Sião tornou-se mãe do Messias, a Arca da Nova Aliança, e mãe do novo Israel, formado por aqueles que seu Filho lhe confiou ao pé da cruz (cf. Jo 19,26-27). Nela se cumpriram as profecias e anuncia-se a consumação escatológica do reino de Davi. “Em Maria, [...] Antiga e Nova Aliança são uma coisa só. Ela é totalmente judia, totalmente filha de Israel, da Antiga Aliança, e justamente por isso filha da Aliança como um todo, totalmente cristã: mãe da Palavra.”<sup>126</sup>

Na perspectiva estrutural do relacionamento de Maria com a Igreja, nós a contemplamos como um de seus membros, aquela com quem a Igreja se identifica como seu modelo original e exemplar, na comunhão com Cristo. “A medida dessa relação é a auto-entrega de Deus: Cristo Redentor e o Espírito Santo, a cujo lado estão Maria e a Igreja em posição bem relativa.”<sup>127</sup> Podemos recordar, aqui, os princípios petrino e mariano da Igreja, encontrados em Leahy, cujo pensamento se baseia em von Balthasar (cf. nota de rodapé n. 51). Laurentin desenvolve ambos os princípios segundo sua própria abordagem. Inspirado em Congar, ele destaca a dimensão apostólica e hierárquica da Igreja juntamente com a dimensão de Maria:

Maria não tem parte nesses ministérios de serviço. Situa-se fora da Hierarquia, coloca-se na fila dos fiéis (At 1,14) e se porta à face dos Apóstolos de maneira exclusivamente receptiva. Não é isto nenhuma deficiência, pois essas grandezas

<sup>124</sup> LAURENTIN, R. Maria como tipo original e modelar da Igreja. In: FEINER, J.; LOEHNER, M. (Ed.). *Mysterium Salutis*: compêndio de dogmática histórico-salvífica. Petrópolis: Vozes, 1977. (v. IV/6 – A Igreja – Vida e estruturas na Igreja), p. 6, 13-23.

<sup>125</sup> AGOSTINHO DE HIPONA. **Aquela que acreditou em virtude da fé, também pela fé concebeu** (Sermo 25,7-8: PL 46,937-938, séc.V). Disponível em: <<http://www.liturgiadashoras.org/oficiodasleituras/apresentacaoNS.html>>. Acesso em: 17 jun. 2018.

<sup>126</sup> RATZINGER, J. **A Filha de Sião**, p. 51.

<sup>127</sup> LAURENTIN, R. Maria como tipo original e modelar da Igreja, p. 13.

são no fundo serviço terreno. Estão numa relação de dependência para com Cristo; estão a serviço da comunidade.<sup>128</sup>

Finalmente, a perspectiva funcional nos remete à relação de Maria com a Igreja, apresentada por Laurentin como diálogo que segue uma linha ascendente e uma descendente. O primeiro sentido significa que a Igreja se dirige a Maria através do culto e da invocação, enquanto o segundo mostra que Maria assiste a Igreja por sua maternidade espiritual e intercessão. Essas funções são exercidas no Corpo de Cristo, segundo o Espírito Santo, pois é ele quem realiza a Comunhão dos Santos e a própria obra de Deus em Maria.<sup>129</sup>

Podemos complementar este esquema teológico das três perspectivas com a visão pastoral do Papa Paulo VI, quando este define o modo “como a Igreja procura traduzir as múltiplas relações que a unem a Maria”, as quais nos limitaremos a enumerar: veneração profunda, amor ardente, invocação confiante, serviço amoroso, imitação operosa, admiração comovida e estudo atento.<sup>130</sup> O Papa expressa tais motivações de modo a orientar a “reta ordenação e desenvolvimento do culto à bem-aventurada Virgem Maria”, conforme expressa o subtítulo do seu documento MC. Por outro lado, Paulo VI recorda que “na Virgem Maria, de fato, tudo é relativo a Cristo e dependente dele [...]. A genuína piedade cristã, certamente, nunca deixou de pôr em realce essa ligação indissolúvel e a essencial referência da Virgem Maria ao divino Salvador”.<sup>131</sup>

Em relação a este ponto fundamental, tanto para a piedade católica como para o diálogo ecumênico, o ensinamento do Papa Paulo VI é apresentado também por Laurentin<sup>132</sup> no seguinte trecho: “Na realidade é Cristo o tipo, o modelo, o original, bem como o redentor tanto de Maria como da Igreja. E não é senão em Cristo e no Espírito que Maria pode ser considerada como o original, a mãe ou, melhor dito, o começo da Igreja na sua inserção em Cristo.”<sup>133</sup>

Observamos que os pontos apresentados neste item demonstram uma clara afinidade de opiniões na literatura consultada, cujos autores procuramos diversificar justamente para configurar o consenso entre eles. Isto nos permite

<sup>128</sup> LAURENTIN, R. Maria como tipo original e modelar da Igreja, p. 12-13.

<sup>129</sup> LAURENTIN, R. Maria como tipo original e modelar da Igreja, p. 13-14, 17-18, 20.

<sup>130</sup> MC, n. 22.

<sup>131</sup> MC, n. 25.

<sup>132</sup> Os textos citados são contemporâneos, nas suas datas originais de publicação: *Marialis Cultus* (1974) e *Mysterium Salutis* (1973).

<sup>133</sup> LAURENTIN, R. Maria como tipo original e modelar da Igreja, p. 23.

delinear o “novo horizonte mariológico” inaugurado pelo Concílio Vaticano II, com sua inegável índole ecumênica, por meio dos seguintes pontos fundamentais, aqui desenvolvidos por Bruni, e que representam um oportuno resumo do que foi até aqui tratado:

Uma mariologia contextualizada-integrada em Cristo e na Igreja; para ser abordada em chave histórico-salvífica; em observância a fontes precisas – a Escritura e a sua tradução nos padres, na liturgia, no magistério e no *sensus fidelium*; em fidelidade a critérios pontuais – bíblico, antropológico, ecumênico e pastoral; apoiada por um primeiro princípio em torno do qual articular tudo – a sua maternidade e a sua santidade que a constituem fragmento personificado do mistério da Igreja.<sup>134</sup>

A renovação que nos propusemos delinear, sobretudo no âmbito da Mariologia, tem uma importância histórica, pois vem pautando grande número de estudos pós-conciliares neste campo, como constatamos na literatura selecionada para o presente estudo. Vale também ressaltar sua importância ecumênica, tornando-a apta a contribuir para a promoção e o aprofundamento do diálogo com as demais Igrejas cristãs. Dentre os estudos pós-conciliares no campo do diálogo sobre Maria, destacamos o estudo apresentado no livro do GD intitulado *Maria no desígnio de Deus e a Comunhão dos Santos*, que tomamos a seguir para mais análise e comentário.

---

<sup>134</sup> BRUNI, G. *Mariologia ecumenica*, p. 13.



### 3 O diálogo sobre Maria no Grupo de Dombes

O presente capítulo situa-se como o núcleo desta dissertação, pois trata, primeiramente, do surgimento do GD, do método criado pelo Grupo para desenvolver o diálogo ecumênico e dos princípios aplicados a esse método.

A seguir, focamos nossa pesquisa no livro de autoria do GD – *Maria no desígnio de Deus e a Comunhão dos Santos*, que é o objeto principal da nossa pesquisa. Descrevemos as primeiras etapas de sua publicação e elaboramos um resumo do seu conteúdo, ao qual eventualmente acrescentamos alguns comentários que julgamos pertinentes.

Destacamos nesse percurso as abordagens características do GD e a lógica interna da obra, que parte de uma leitura ecumênica da história, fundamenta-se na Escritura e no Credo, para então apresentar as questões controversas que católicos e protestantes discutem. Na etapa final, os membros do GD utilizam esse embasamento na formulação de propostas para a conversão das Igrejas.

#### 3.1. O Grupo de Dombes e o livro *Maria no desígnio de Deus e a Comunhão dos Santos*

O Concílio Vaticano II foi o propulsor da abertura da Igreja Católica ao ecumenismo. Entretanto, antes do Concílio, já existia uma preocupação dos católicos em promover o diálogo com os protestantes de denominações diversas. Um exemplo disto é o Grupo de Dombes (GD), pioneiro no diálogo entre católicos e protestantes e um marco na história do ecumenismo, pois surgiu com as iniciativas que formavam o Movimento Ecumênico. Este se organizou a partir da Conferência Mundial das Missões, em Edimburgo, na Escócia, em 1910; depois disso, preparou-se o Conselho Mundial das Igrejas, que seria fundado em Amsterdam, no ano de 1948; e, no âmbito católico, o ecumenismo foi oficialmente assumido e proposto no Concílio Vaticano II, que data de 1962.<sup>135</sup>

---

<sup>135</sup> VENTURINI, N. et al. Maria nel disegno di Dio e nella Comunione dei Santi: analisi e valutazione del Documento ecumenico di Dombes (1997/1998). In: GRASSO, A. (Ed.). **La Theotokos**: Portale di Mariologia. 2009. Disponível em: <<http://www.latheotokos.it/modules.php?name=News&file=article&sid=30>>. Acesso em: 22 jul. 2017.

O GD foi idealizado pelo Padre Paul Couturier, sacerdote de Lyon, que desejava proporcionar a presbíteros católicos e pastores protestantes a oportunidade de encontros nos quais pudessem se ouvir e se compreender mutuamente. “O seu grande princípio era: para se reconciliar é preciso se amar e para se amar é preciso se conhecer.”<sup>136</sup> Animado pelo ideal de reavivar a marcha da Igreja na caminhada de “conversão” e “comunhão”, o Pe. Couturier renovou a Semana de Oração pela Unidade dos Cristãos e idealizou o “ecumenismo espiritual”.<sup>137</sup>

Criado em 1937 por ele e pelo Pastor suíço Víctor Bäulin, o Grupo surgiu com a finalidade de ser uma “célula de oração e estudo de católicos e protestantes”, que começou com a proposta de “trabalhar e rezar ‘frente a frente’, para depois fazê-lo ‘lado a lado’, e finalmente ‘juntos’”.<sup>138</sup> Naquele ano foi realizado o primeiro encontro, que teve a duração de três dias e dele participaram três padres católicos e três pastores protestantes.<sup>139</sup> As reuniões prosseguiram anualmente, e o Grupo foi se estruturando com um perfil não-oficial e não-profissional, que se mantém até hoje. Sem mandato das Igrejas cristãs a que pertencem, os seus membros tampouco exercem o ofício de teólogos.<sup>140</sup> Scampini vê nesta característica do Grupo “a livre participação de seus integrantes e um serviço teológico oferecido em liberdade”.<sup>141</sup>

<sup>136</sup> SESBOÜÉ, B. A servizio dell'unità della fede: intervista a Vincenzo Vitale. **Madre di Dio**, n. 3, 2008. Disponível em: <<http://www.latheotokos.it/modules.php?name=News&file=article&sid=455>>. Acesso em: 22 jul. 2017.

<sup>137</sup> VENTURINI, N. et al. Maria nel disegno di Dio e nella Comunione dei Santi.

<sup>138</sup> CABRAL, R. María en contexto ecuménico. **Theologica Xaveriana**, v. 58, n. 166, p.553-566, jul.-dic. 2008. Disponível em: <[file:///C:/Users/levec/Downloads/Maria%20en%20contexto%20ecumenico%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/levec/Downloads/Maria%20en%20contexto%20ecumenico%20(2).pdf)>. Acesso em: 20 mar. 2018, p. 555.

<sup>139</sup> SESBOÜÉ, B. A servizio dell'unità della fede.

<sup>140</sup> GROSPERRIN, R. **Marie dans le dessein de Dieu (groupe des Dombes)**. Paris, Les Augustins de l'Assomption. Disponível em: <<https://www.assomption.org/fr/spiritualite/saint-augustin/revue-itineraires-augustiniens/sainte-marie/iv-augustin-aujourd-hui/marie-dans-le-dessein-de-dieu-groupe-des-dombes-par-regis-grosperin>>. Acesso em: 07 abr. 2018.

<sup>141</sup> SCAMPINI, J. O. **La conversión de las Iglesias, una necesidad y una urgencia de la fe: la experiencia del Groupe des Dombes como desarrollo de un método ecuménico eclesial (1937-1997)**. Fribourg, Éditions Universitaires Fribourg Suisse, 2003. Disponível em: <[https://books.google.com.br/books?id=QsP0kZehWPYC&pg=PA654&lpg=PA654&dq=SCAMPINI,+J.+O.+La+conversi%C3%B3n+de+las+Iglesias,+una+necesidad+y+una+urgencia+de+la+fe:&source=bl&ots=9cx5Azn02C&sig=\\_Qlu8g01qY\\_GLR1N4zTSJT33M\\_M&hl=pt-BR&sa=X&ved=2ahUKEwj0wOeg187cAhXBipAKHdp5B1MQ6AEwAHoECAQQAQ#v=onepage&q=SCAMPINI%2C%20J.%20O.%20La%20conversi%C3%B3n%20de%20las%20Iglesias%2C%20una%20necesidad%20y%20una%20urgencia%20de%20la%20fe%3A&f=false](https://books.google.com.br/books?id=QsP0kZehWPYC&pg=PA654&lpg=PA654&dq=SCAMPINI,+J.+O.+La+conversi%C3%B3n+de+las+Iglesias,+una+necesidad+y+una+urgencia+de+la+fe:&source=bl&ots=9cx5Azn02C&sig=_Qlu8g01qY_GLR1N4zTSJT33M_M&hl=pt-BR&sa=X&ved=2ahUKEwj0wOeg187cAhXBipAKHdp5B1MQ6AEwAHoECAQQAQ#v=onepage&q=SCAMPINI%2C%20J.%20O.%20La%20conversi%C3%B3n%20de%20las%20Iglesias%2C%20una%20necesidad%20y%20una%20urgencia%20de%20la%20fe%3A&f=false)>. Acesso em: 24 jul. 2018, p. 10.

O Grupo tomou seu nome a partir do local onde se reuniu até 1997, a Abadia Cisterciense de Nossa Senhora de Dombes, na Diocese de Lyon, França. Posteriormente, seus membros foram acolhidos pelas monjas beneditinas da Abadia de Pradines (Abbaye Saint-Joseph et Saint-Pierre de Pradines), também na França, passando a contar com representantes femininas. Atualmente o Grupo é formado por cerca de quarenta membros, entre católicos e protestantes, que se reúnem anualmente, já tendo publicado diversos livros, nos quais buscam aprofundar o caminho do diálogo entre os cristãos.<sup>142</sup>

Podemos delinear um breve histórico do desenvolvimento do GD em três períodos, que se estendem desde a sua fundação até o presente. O primeiro período tem início em 1937, como um grupo de diálogo e oração de sacerdotes católicos lioneses e pastores protestantes suíços, e vai até o encerramento do Concílio Vaticano II, em 1965.

Segue-se um longo e produtivo período pós-conciliar, de contribuições bem sucedidas para o avanço do diálogo ecumênico oficial entre a Igreja Católica e confissões cristãs surgidas da Reforma. São publicados documentos “que refletem um vastíssimo consenso sobre a fé eucarística (1972), o ministério ordenado (1973), o ministério episcopal (1975), a ação do Espírito Santo na Igreja e os sacramentos (1980), o ministério petrino enquanto ‘ministério da comunhão na Igreja universal’(1985)”.<sup>143</sup>

O terceiro período caracteriza-se pela elaboração de um documento intitulado *Para a Conversão das Igrejas. Identidade e mudança na dinâmica de conversão*, publicado em 1991, e que representou um marco na caminhada do Grupo:

O documento [...] é um acordo com a preocupação pela reconciliação profunda das posições doutrinárias das Igrejas que sustentam sua “confessionalidade”. Precisamente o documento sobre a Virgem Maria se inscreve neste tipo de documentos que atingem o fundamento da diferença confessional entre as Igrejas.<sup>144</sup>

<sup>142</sup> GROUPE DES DOMBES. **Site oficial**. Disponível em: <<http://www.groupedesdombes.org>>. Acesso em 11 jun. 2017.

<sup>143</sup> GONZÁLEZ MONTES, A. Prólogo para una lectura católica y ecuménica del acuerdo sobre María del Grupo de les Dombes. **Diálogo Ecuménico**, t. 35, n. 113, p. 403-413, 2000. Disponível em: <<http://summa.upsa.es/pdf.vm?id=0000002201&page=1#?>>. Acesso em: 17 fev. 2018, p. 404-405.

<sup>144</sup> GONZÁLEZ MONTES, A. Prólogo para una lectura católica y ecuménica, p. 405-406.

### 3.1.1. O método geral do Grupo de Dombes

A partir da publicação do documento *Para a Conversão das Igrejas*, desenvolveu-se o método com o mesmo nome, que se tornaria característico das reflexões do Grupo. Esse método parte do reconhecimento pelos cristãos das próprias identidades confessionais como uma herança, que requer um discernimento à luz do Evangelho, para renunciar à dimensão pecadora e purificar o julgamento que cada Igreja faz sobre as demais. Assim, os valores positivos podem ser reconhecidos e conservados, uma vez que cada família confessional apresenta diversidades legítimas, capazes de contribuir para enriquecer a Igreja na sua pluriformidade.

Por outro lado, compete a cada Igreja admitir que ainda existem elementos da tradição cristã que não é possível integrar ao seu próprio conteúdo e prática da fé. Por isso, a exigência de “conversão” abrange e, ao mesmo tempo, transcende as famílias confessionais, pois todas são chamadas à busca comum de uma plenitude de verdade e de fidelidade. Abrindo-se mutuamente, podem deixar-se penetrar pelos valores que as outras possuem, sem porém perderem a originalidade de sua própria herança. Essa abertura é uma experiência de conversão, conforme o Grupo apresenta:

Isto pressupõe que cada denominação reconheça que há nela matéria de conversão, isto é, matéria para um progresso real na fidelidade à identidade cristã e eclesial, seja no domínio da linguagem da fé, seja na estrutura eclesial, seja na implementação existencial da realidade cristã. Essas conversões são assimétricas, já que não são as mesmas deficiências que afetam as diferentes igrejas.<sup>145</sup>

Em outras palavras, quando nos referimos ao método de “Conversão”, devemos levar em consideração o desafio da recepção das riquezas e experiências das outras Igrejas, para uma convergência mútua na correção de deficiências e limites e na superação das próprias unilateralidades. O aspecto fundamental que anima esse processo é o reconhecimento da ação do Espírito Santo:

Como célula original de diálogo, consciente das etapas do movimento ecumênico, o Grupo de Dombes propõe dar um passo qualitativo; este não é fruto do arbítrio humano, mas resposta a um chamado. A conversão das igrejas como possibilidade ante o desafio da recepção, recorda que essa recepção é um fator de Igreja e da vida da Igreja, animada pela ação do Espírito.<sup>146</sup>

<sup>145</sup> GROUPE DES DOMBES. *Site officiel*. Méthode, n. 46-49.

<sup>146</sup> SCAMPINI, J. O. *La conversión de las Iglesias*, p. 586.

A aplicação que o GD faz deste seu método revela o ecumenismo espiritual como um traço característico e irrenunciável, que seus membros assumiram desde as origens, conforme expressa o Pastor Jean Tartier:

Nossa preocupação principal não é a publicação desta ou daquela tese no contexto ecumênico, mas sim viver juntos, por uma semana, uma forma de diversidade reconciliada que faz com que nossas igrejas queiram ir mais além na caminhada ecumênica. Nossas publicações são apenas a ilustração, o traço desse estado de espírito, desse desejo por uma comunhão, mesmo que parcial, reencontrada.<sup>147</sup>

Sobre essa “comunhão reencontrada”, acrescentamos o pensamento de Scampini, quando manifesta seu reconhecimento ao trabalho realizado pelos membros de Dombes para o ecumenismo espiritual, tema que já desenvolvemos no segundo capítulo desta dissertação:

Quando se afirma que a próxima etapa do movimento ecumênico deve caracterizar-se por uma experiência de conversão, não é possível esquecer que foi esse grupo ecumênico que ofereceu uma reflexão sistemática a respeito. A mesma, fruto do caminho percorrido e da experiência de seu trabalho teológico, se baseia em uma profunda experiência de comunhão espiritual.<sup>148</sup>

Para uma aproximação preliminar do seu método, o GD parte de definições introdutórias, que determinam os significados de “identidade” e de “conversão”. Estes são considerados isoladamente, segundo suas relações com os critérios referentes ao que é “cristão”, “eclesial” e “confessional”.

Resumimos, a seguir, este conteúdo, publicado no site do Grupo, optando por não mais tratar isoladamente as definições para “identidade” e “conversão” formuladas pelos membros de Dombes. Elas aparecem aqui reunidas em um mesmo item dentro dos três critérios citados a seguir. Manteremos o negrito, as aspas e o grifo das expressões assim destacadas pelo GD:

1. **Identidade cristã** é a pertença a Cristo fundada sobre o dom do batismo e vivida com uma fé alimentada pela Palavra de Deus, Palavra proclamada e Palavra eucarística. Essa pertença se refere tanto a cada pessoa quanto à Igreja como povo de Deus. A **conversão cristã** é a resposta da fé ao apelo que nos vem de Deus através de Cristo. Essa resposta é vivida em um movimento de conversão constante.

2. **Identidade eclesial** é a pertença ou a participação de uma pessoa ou de uma Igreja confessional à Igreja una, santa, “católica” e apostólica. **Conversão**

<sup>147</sup> TARTIER, J. Un regard protestant sur Marie. *Marianum-Ephemerides Mariologiae*, n. 159-160, p. 521s., 2001 apud GROSPERRIN, R. *Marie dans le dessein de Dieu*.

<sup>148</sup> SCAMPINI, J. O. *La conversión de las Iglesias*, p. 10.

**eclesial** é o esforço exigido de toda a Igreja e de todas as Igrejas para se renovarem e se tornarem mais aptas a cumprir sua missão segundo o adágio *Ecclesia semper reformanda*.

3. **Identidade confessional** é a pertença a uma Igreja confessional nascida de um contexto cultural e histórico determinado, possuindo seu próprio perfil espiritual e doutrinal pelo qual ela se distingue das outras Igrejas. **Conversão confessional** é o esforço ecumênico pelo qual uma confissão cristã purifica e enriquece sua própria herança com o objetivo de encontrar a plena comunhão com as outras confissões.<sup>149</sup>

Hamman afirma que a hermenêutica desenvolvida pelo GD, na sua compreensão e interpretação daquilo que divide as Igrejas, “permitiu que o Grupo permanecesse fiel aos seus princípios metodológicos originais, submetendo-os à evolução ditada pela progressão experimentada pelo próprio Grupo.”<sup>150</sup>

Um dos frutos desse fecundo trabalho do GD foi a publicação do livro *Maria no desígnio de Deus e a Comunhão dos Santos*, que assume o desafio de aprofundar a questão de Maria no diálogo ecumênico, onde ela é figura fundamental. Esse tema ainda não fizera parte dos grandes diálogos inter-confessionais, quando então foi elaborado o livro em duas partes distintas: a primeira, publicada em 1997, trata das áreas de consenso entre as Igreja cristãs e a segunda, que veio a público um ano depois, trata das áreas de contencioso.<sup>151</sup> A partir da segunda edição, em 1999, a obra começou a ser publicada em um único volume.

Esse livro testemunha sessenta anos de perseverança do Grupo nos princípios do ecumenismo espiritual, tendo como fonte a busca de uma amizade que perdurasse entre seus membros, no esforço por um entendimento compartilhado da fé e das divisões entre os cristãos, em humilde espírito de oração pela unidade. No entanto, lembra Groperrin, não deixa de ser uma “audácia”, a iniciativa do Grupo de se engajar nesse trabalho, pois a figura de Maria provoca polêmica na histórica divisão entre católicos e protestantes, tanto

<sup>149</sup> GROUPE DES DOMBES. **Site officiel**. Méthode, n. 54-55.

<sup>150</sup> HAMMANN, G. La conversion des Églises. Une audace herméneutique. **Unité des Chrétiens**, n. 164, oct. 2011 apud GROUPE DES DOMBES. **Site officiel**. Méthode.

<sup>151</sup> CABRAL, R. María en contexto ecuménico, p. 556.

no que se refere às questões teológicas como às reações afetivas opostas que ela suscita.<sup>152</sup>

Perrella explica como se aplicam, no contencioso sobre Maria com a comunidade da Reforma, os quatro princípios fundamentais para os protestantes, que se baseiam no *solus*:<sup>153</sup>

- a *sola Scriptura* exclui a Tradição da Igreja, os dogmas da imaculada concepção, da assunção e da vingindade *in partum et post partum* de Maria, não formalmente incluídos na Escritura;
- a *sola gratia* exclui o mérito, pelo qual a Virgem, que alcança o maior mérito, é considerada como o maior escândalo;
- a *sola fides* contrasta com a doutrina católica do *ex opere operato* dos sacramentos e do valor da cooperação humana, pela qual Maria, que é a forma excelsa da colaboração do homem com Deus, deixa muitos descontentes e perplexos;
- o *solus Deus* e o *solus Christus* afirmam que não há possibilidade de comparação entre Criador e criatura, entre Salvador e salvo, porque os homens permanecem irremediavelmente distantes em virtude da desfigurante culpa original.<sup>154</sup>

Com a publicação do seu documento mariano, os ecumenistas do GD promoveram o progresso de uma teologia ecumênica e inauguraram uma nova visão sobre o papel de Maria nas Igrejas cristãs, das quais ela não é mais considerada uma causa de divisão, mas a vítima desse processo histórico. Essa expressão que atribui a Maria a condição de “vítima” da separação entre as Igrejas aparece no livro do GD (p. 13) e foi destacada por Venturini.<sup>155</sup>

Voltando ao pensamento de Hammann sobre a chave metodológica do GD, destacamos o êxito do método de interpretação, agora aplicado à questão de Maria:

Essa chave metodológica permitiu-lhe [ao GD] abordar de maneira mais clara, mais lúcida e mais livre os temas do contencioso ecumênico que ele ainda não havia discutido. Assim foi com o tema de Maria, anteriormente considerado sensível demais para o exame "dombista". Trabalhada por um documento publicado em 1999 sob o título *Maria no desígnio de Deus e a comunhão dos santos*, foi, contrariamente a todas as expectativas, o maior sucesso de livraria dentre os trabalhos do Grupo!<sup>156</sup>

Encontramos, portanto, na literatura consultada, um consenso sobre a importância da abordagem que o GD escolheu para o seu livro, abordagem que

<sup>152</sup> GROSPERRIN, R. **Marie dans le dessein de Dieu.**

<sup>153</sup> Dentre os quatro princípios, o autor se refere aos três primeiros com o artigo feminino “la”, conforme consta no texto original.

<sup>154</sup> PERRELLA, S. M. **Maria vergine e madre**, p. 152-153.

<sup>155</sup> VENTURINI, N. *Maria, madre d'unità.*

<sup>156</sup> HAMMANN, G. *La conversion des Églises.*

teve por fundamento o Concílio Vaticano II no seu enfoque da Tradição e da Escritura “para trazer um olhar comum sobre Maria, antes de estudar os pontos de divergência em relação aos elementos fundamentais da fé cristã.”<sup>157</sup>

Seguindo essa linha de pensamento, Burigana afirma que o documento recupera a dimensão bíblica e as tradições sobre Maria, nas quais se encontram muitos pontos em comum com os protestantes.<sup>158</sup> González Montes também identifica na abordagem do Grupo um exame histórico, bíblico e doutrinal voltado para a fé e a devoção católicas sobre Maria, mediante as reservas que os reformados mantêm sobre elas. Por isso, destaca a importância do texto no êxito obtido quanto à questão da Mariologia, como “um verdadeiro teste sobre a convergência ou diferença persistente fundamental entre as confissões cristãs”.<sup>159</sup>

### 3.1.2. Aplicação dos princípios do consenso diferenciado e da hierarquia das verdades

Passamos a tratar dos princípios que o GD aplica à redação do seu documento mariano. Perrella identifica dois princípios:

– o *princípio da justificação* por meio da graça mediante a fé – sobre este tema paulino, que serviu de base a um ponto crucial da doutrina luterana, restabeleceu-se um “consenso diferenciado” (aspas do autor).

– o *princípio da hierarquia das verdades* – estabelecido pelo Concílio Vaticano II no Decreto *Unitatis Redintegratio* (nota de rodapé n. 39), impede considerar a fé e a piedade mariana como testes decisivos para a pertença à fé cristã.<sup>160</sup>

Tendo em conta a metodologia adotada pelo GD, que vimos no item anterior, vamos destacar como princípios, a partir do respectivo pensamento de Perrella, o “consenso diferenciado” (em função da sua aplicação metodológica à doutrina da justificação) e a “hierarquia das verdades”, proposta pelo Concílio Vaticano II.

<sup>157</sup> GROSPELLIN, R. *Marie dans le dessein de Dieu*.

<sup>158</sup> BURIGANA, R. Maria e o diálogo ecumênico. *L'Osservatore Romano*, 14 ago. 2010. Disponível em: <<https://noticias.cancaonova.com/mundo/maria-e-o-dialogo-ecumenico/>>. Acesso em: 14 fev. 2018.

<sup>159</sup> GONZÁLEZ MONTES, A. Prólogo para una lectura católica y ecuménica, p. 406.

<sup>160</sup> PERRELLA, S. M. *Maria vergine e madre*, p. 159.

Ainda segundo Perrella, foi Harding Meyer<sup>161</sup> quem cunhou a expressão “consenso diferenciado”<sup>162</sup>, que hoje se aplica à doutrina comum aos luteranos e católicos sobre a justificação. Quanto a esse tipo de consenso em outras áreas do diálogo ecumênico, Perrella tece alguns comentários pertinentes e atuais:

A doutrina clássica de ambas as confissões cristãs sempre distinguiu entre aquilo que requer o consenso da fé e aquilo que não o requer. [...] E sempre se distinguiu entre as *doutrinas de fé fundamentais* e as *doutrinas de fé não fundamentais*. Dos recentes encontros entre as Igrejas, no entanto, sabemos que, por vários motivos, os teólogos evangélicos e ainda mais os católicos se mostram céticos quanto à ideia do *artigo fundamental* e a um uso ecumênico da *hierarchia veritatum*. Em seu lugar, abrem caminho, como aconteceu com a doutrina comum da justificação, a ideia e a expressão de “consenso diferenciado”.<sup>163</sup>

Proseguimos a análise dessa expressão, de acordo com o pensamento de Bruni.<sup>164</sup> Além das duas perspectivas já citadas, passamos a nos concentrar na terceira, que se refere ao “consenso diferenciado e à linguagem icônica”. Em relação a essa linguagem, o autor distingue as seguintes convergências sobre Maria, já estabelecidas entre as Igrejas cristãs: “‘serva do Senhor’ (como ela se autodefine), ‘virgem mãe do Senhor’ (como a compreendeu a Igreja apostólica), ‘*Chistotokos-Theotokos*’ (como a denominou a Igreja do primeiro milênio) e ‘exemplaridade tipológica’ (como a reconhecem as Igrejas cristãs).”<sup>165</sup>

Por outro lado, Bruni considera que o problema recai sobre as definições dogmáticas mariológicas de 1854 e 1950 e sobre a doutrina da mediação-cooperação de Maria na salvação. Aí se aplica o recurso ao consenso diferenciado, cuja utilização o autor encontra em alguns documentos ecumênicos, dentre eles o documento de Dombes *Maria no desígnio de Deus e a Comunhão dos Santos*. Neste texto Bruni identifica a questão sobre o grau de consenso que deve ser conferido a proposições dogmáticas vinculantes para uma Igreja mas não para

<sup>161</sup> MEYER, H. Ecumenical consensus. Our Quest for and the Emerging Structures of Consensus. *Gregorianum*, n. 77, p. 213-225, 1996 apud PERRELLA, S. M. **Maria vergine e madre**, p. 160.

<sup>162</sup> “Um ‘consenso diferenciado’ consiste em duas declarações de acordo: um acordo sobre o que é essencial em referência a uma determinada questão; e um acordo em que as diferenças continuam, em referência à questão dada, são permitidas, legítimas e até importantes e não colocam em discussão o acordo essencial.” (cf. H. MEYER, p. 224).

<sup>163</sup> PERRELLA, S. M. **Maria vergine e madre**, p. 159-160.

<sup>164</sup> No que se refere à reinserção de Maria no movimento ecumênico, o autor apresenta, no capítulo final do seu livro, três perspectivas que contribuem com um importante fundamento teórico para o futuro desenvolvimento da questão. Dentre essas perspectivas, já citamos duas, a saber: a “perspectiva teológica compartilhada” (cf. nota de rodapé n. 83) e a “metodologia ecumênica mariológica” (cf. nota de rodapé n. 96).

<sup>165</sup> BRUNI, G. **Mariologia ecumenica**, p. 564.

outra. No trecho citado a seguir, o autor comenta a solução que Dombes dá à questão:

É clara a resposta de Dombes ao catolicismo, em referência aos dois dogmas marianos, uma resposta que resume um pensamento protestante aberto: o grau de consenso da Reforma à dogmática mariana católica do segundo milênio chega a reconhecer o alto significado simbólico, a sublinhar a não-contradição com o anúncio evangélico e a aceitar que sejam considerados dogmas de fé dos católicos, artigos, isto é, revelados. O grau de consenso no momento para aqui em nome do princípio do *sola Scriptura*, o qual não foi materialmente demonstrado através de explícitas referências bíblicas.<sup>166</sup>

Dando continuidade ao estudo dos pontos de vista de vários autores sobre a metodologia e os princípios adotados pelo documento de Dombes, acrescentamos algumas opiniões de Venturini e co-autores no texto *Maria nel disegno di Dio e nella Comunione dei Santi*. De agora em diante, tratando-se dessa obra, vamos nos referir aos seus autores apenas com o nome “Venturini”.

Em relação ao método desenvolvido “Para a Conversão das Igrejas”, Venturini confirma o pensamento de outros autores até aqui citados, quando se referem aos princípios da unidade no essencial e da hierarquia das verdades como “um critério hermenêutico irrenunciável de todo diálogo ecumênico.”<sup>167</sup>

Um outro enfoque de Venturini sobre a abordagem do documento de Dombes é a alusão ao *Magnificat* como chave de leitura para o texto. O autor assim define o canto de louvor de Maria, em relação ao livro:

O Magnificat [...] é sua nota mais profunda e uma indicação precisa para abordar sua leitura na perspectiva correta. De fato, somente pessoas cheias do Espírito e de Cristo como a Virgem do Magnificat podem operar uma teologia verdadeiramente ecumênica em sua atitude, destinação e método: a atitude daqueles que são movidos interiormente ao ecumenismo e estão convencidos de que devem percorrer o caminho de abertura recíproca [...]; a elaboração de um pensamento (ecumenismo doutrinal) concebido em um contexto de oração (ecumenismo espiritual) e entregue às Igrejas em vista de sua conversão (ecumenismo dos fatos).<sup>168</sup>

Ainda no que se refere ao cântico de Maria, consideramos pertinente complementar a afirmação anterior de Venturini com uma citação de Lutero. Ao comentar o significado do termo *Magnificat*, o pai da Reforma afirma que “essa expressão é usada para aquela pessoa que pode, sabe e quer fazer muitas coisas

<sup>166</sup> BRUNI, G. *Mariologia ecumenica*, p. 564-565.

<sup>167</sup> VENTURINI, N. et al. *Maria nel disegno di Dio e nella Comunione dei Santi*.

<sup>168</sup> VENTURINI, N. et al. *Maria nel disegno di Dio e nella Comunione dei Santi*.

grandes e boas, como segue nesse cântico de louvor.”<sup>169</sup> A “pessoa” a que ele se refere é o próprio Deus. É esclarecedor verificar que o autor não coloca como destinatários dessas “coisas grandes e boas” fiéis de nenhuma denominação.<sup>170</sup> Ele simplesmente as aplica ao leitor, reconhecendo que partem do exemplo de Maria:

    Maria revela nessa palavra (Magnificat) o assunto do qual falará em seu cântico de louvor: dos grandes feitos e das obras de Deus para fortalecer nossa fé, consolar todos os humildes e inculcar medo em todos os maiores da terra. Devemos permitir e reconhecer que esse cântico de louvor serve para esse tríplice uso e proveito. Maria não o cantou apenas para si, mas para todos nós, para que o repetíssemos. Mas não é possível alguém assustar-se ou consolar-se por causa dessas grandes obras de Deus quando não crê que Deus é capaz de fazer grandes obras. Porém não somente isso. Também tem que crer que Deus quer fazê-las e que lhe agrada muito fazê-las. Também não basta que você creia que Deus as quer fazer em outros, mas não em você, excluindo-o dessa obra divina.<sup>171</sup>

Ao tratarmos das questões históricas e metodológicas relacionadas ao documento mariano publicado pelo GD, procuramos compilar um significativo número de pontos de vista que pudessem enriquecer esse cenário. Acreditamos que, em tempos de ecumenismo, essa visão de Lutero sobre Maria, além do nexo com o pensamento do Grupo, adquire um sentido universal muito oportuno para o diálogo entre os cristãos.

### 3.2. A primeira parte do livro de Dombes – sobre “Uma leitura ecumênica da história e da Escritura”

Iniciamos esta seção com o significado do título da obra, *Maria no desígnio de Deus e a Comunhão dos Santos*, conforme o próprio GD o interpreta, pois trata-se de uma esclarecedora perspectiva introdutória ao livro:

    O título dado a esse documento assinala duas entradas que se cruzam como um eixo vertical e um horizontal. *Maria no desígnio de Deus* procura situar a Virgem no mistério da obra salvífica em razão da sua proximidade com o Filho de Deus que se tornará seu filho. *Maria na comunhão dos santos* quer retomar seu lugar na

<sup>169</sup> MARTINHO LUTERO. **Magnificat**: o louvor de Maria. Aparecida: Santuário; São Leopoldo: Sinodal, 2015, p. 20.

<sup>170</sup> Embora o livro tenha sido escrito a pedido do Duque da Saxônia, para servir de orientação sobre como governar cristãmente, Lutero dá ao texto um cunho geral, que é lido como “escrito de ética política luterana” (cf. DREHER, M. N. Apresentação. In: MARTINHO LUTERO. **Magnificat**, p. 7).

<sup>171</sup> MARTINHO LUTERO. **Magnificat**, p. 20-21.

Igreja do céu e da terra na companhia dos santos de todos os lugares e de todos os tempos que são os fiéis: a mãe de Deus é a irmã dos que creem.<sup>172</sup>

A vinculação que é atribuída a Maria, na dupla dimensão proposta pelo título, é considerada por Venturini como “uma imprescindível chave interpretativa para compreender o próprio documento, considerado como um plano cartesiano no qual um eixo vertical e um horizontal se cruzam.”<sup>173</sup>

O esquema do livro foi traçado em duas partes, correspondentes aos dois livros originalmente publicados em separado (cf. nota de rodapé n. 151). A primeira parte se desenvolve dentro de uma ampla perspectiva histórica. Nesse percurso histórico, é possível situar as diferenças atuais relativas à fé cristã sobre Maria, no âmbito da história da Igreja e do desenvolvimento da sua doutrina. No entanto, esse “equilíbrio do olhar sobre Maria” é uma questão delicada:

Chegar a uma história comum, sobretudo de nossas divisões, é uma aposta fundamental e difícil. De fato, “escrever juntos a história da nossa fé” implica concordar com o equilíbrio da fé. A inteligência da fé concernente a Maria se desenvolve em diferentes lugares da Igreja; é uma característica muito original e, portanto, levanta a questão do equilíbrio do olhar sobre Maria.<sup>174</sup>

A partir do enfoque sobre o papel de Maria na história da salvação, o documento se propõe encontrar os pontos que as Igrejas têm em comum a respeito da presença dela na Sagrada Escritura e na profissão de fé do cristianismo. Esses dois critérios são essenciais à elaboração de um discurso mariano válido para o ecumenismo. “Trata-se, portanto, de revisitar o dado bíblico, explicativo do ‘Credo’, em forma plena e simultaneamente doutrinal e meditativa.”<sup>175</sup>

A Sagrada Escritura é capaz de fornecer o fundamento que supera as divergências entre as várias confissões. Assim, o Grupo estruturou o texto de modo a “fazer a diferença entre o que requer a fé e o que permite a devoção”, conforme afirma na apresentação do livro.<sup>176</sup>

O Símbolo da fé, por sua vez, “é a expressão sintética, mas muito orgânica e estruturada do essencial da fé”, comum às três confissões, isto é, o Catolicismo, a Ortodoxia e a Reforma e sobre o qual “estamos fundamentalmente de acordo”.<sup>177</sup> O GD oportunamente estruturou o segundo capítulo da primeira parte do livro

<sup>172</sup> GRUPO DE DOMBES. **Maria no desígnio de Deus e a Comunhão dos Santos**. Aparecida, Santuário. 2005, p. 12.

<sup>173</sup> VENTURINI, N. et al. *Maria nel disegno di Dio e nella Comunione dei Santi*.

<sup>174</sup> GROSPERRIN, R. **Marie dans le dessein de Dieu**.

<sup>175</sup> VENTURINI, N. et al. *Maria nel disegno di Dio e nella Comunione dei Santi*.

<sup>176</sup> GRUPO DE DOMBES. **Maria no desígnio de Deus**, p. 14.

<sup>177</sup> SESBOÜÉ, B. *A servizio dell'unità della fede*.

justamente a partir dos artigos do Credo. “O que fizemos no Grupo de Dombes foi reler as Escrituras e o testemunho do Novo Testamento dentro da estrutura deste Símbolo.”<sup>178</sup>

Venturini descreve até onde os membros do Grupo podem entender o significado desses princípios, a ponto de que todos reconheçam Maria como Mãe:

A Mãe da Igreja indivisa, a da Escritura e do Símbolo, virgem Mãe de Deus, tipo da Igreja, é a Mãe das Igrejas confessionais. Nela protestantismo, catolicismo e ortodoxia se reconhecem. A partir desta plataforma comum, é possível abordar os pontos ainda controversos, expressando neles o que se pode dizer honestamente: nem mais nem menos, mas o caminho está iniciado.<sup>179</sup>

A segunda parte do documento de Dombes desenvolve um trabalho de esclarecimento sobre as questões controversas ligadas à cooperação de Maria na salvação, à virgindade perpétua, aos dogmas católicos modernos e à invocação de Maria e dos santos. Esse esclarecimento é feito à luz dos princípios da justificação pela graça mediante a fé e da hierarquia das verdades. A pergunta que o Grupo propõe a esse respeito é “se as diferenças são de natureza tal que impedem a comunhão eclesial ou se, vistas na perspectiva correta, não podem também terminar em uma convergência comum.”<sup>180</sup>

Na questão dos dogmas, os protestantes consideram como problema o fato de esses pontos doutrinários não serem atestados pela Sagrada Escritura, de modo que não existe fundamento para uma definição dogmática. Todavia, Hennaux reconhece o êxito das reflexões de Dombes para o progresso do diálogo nesse campo:

Sensibilidades e convicções protestantes e católicas são descritas com grande delicadeza e precisão. As diferenças não estão ocultas, mas tenta-se constantemente mostrar aos fiéis das diferentes Igrejas o significado que se pode receber, dentro de sua própria confissão, a posição dos outros. Não há dúvida de que grandes avanços estão sendo feitos para promover a verdadeira compreensão mútua e dissipar os mal-entendidos, alguns dos quais são seculares.<sup>181</sup>

Outro autor que se dedica ao documento de Dombes é Famerée. No seu artigo, ele faz um detalhado resumo do conteúdo, concluindo com um comentário

<sup>178</sup> SESBOÛÉ, B. A servizio dell'unità della fede.

<sup>179</sup> VENTURINI, N. et al. Maria nel disegno di Dio e nella Comunione dei Santi.

<sup>180</sup> VENTURINI, N. et al. Maria nel disegno di Dio e nella Comunione dei Santi.

<sup>181</sup> HENNAUX, J.-M. Le document du Groupe des Dombes sur la Vierge Marie. **Nouvelle Revue Théologique**, n. 121/1, p. 41-58, 1999. Disponível em: <<http://www.nrt.be/docs/articles/1999/121-1/239-Le+Document+du+Groupe+des+Dombes+sur+la+Vierge+Marie.pdf>>. Acesso em: 07 abr. 2018, p. 41.

que julgamos apropriado para expressar os desafios que os autores se propuseram a enfrentar na redação do documento:

Eis um belíssimo esforço de reflexão dogmática sobre um assunto muito particular. De fato, a teologia mariana está na encruzilhada de muitas questões doutrinárias fundamentais: como se pode apelar para a Tradição, o desenvolvimento do dogma e o papel do magistério? como articular, por um lado, o discurso sobre Maria e, por outro lado, a cristologia, a soteriologia, a eclesiologia, a cosmologia, a antropologia (incluindo a espiritualidade e a afetividade), finalmente a liturgia, todas disciplinas teológicas estreitamente unidas?<sup>182</sup>

Após termos considerado as observações acima descritas, de caráter mais geral, passamos, agora, a elaborar o nosso resumo do livro *Maria no desígnio de Deus e a Comunhão dos Santos*, seguindo o esquema apresentado como sumário da obra. Conforme já dissemos, o livro se compõe de duas partes, das quais a primeira é objeto desta seção.

Na apresentação da primeira parte encontra-se resumido o plano de trabalho e já se anuncia a futura publicação de uma segunda parte, que veio a público no ano seguinte. O comentário a se destacar aqui é o pioneirismo do GD, que reconhece a novidade do tema no debate ecumênico, “pois não figura ainda na ordem do dia de nenhum dos grandes diálogos interconfessionais mundiais atuais.”<sup>183</sup>

O Grupo introduz o tema da Virgem Maria admitindo a audácia da sua proposta, diante desse tema particularmente conflituoso, “ao mesmo tempo por seu valor em relação com a fé cristã e pelas reações afetivas opostas que constantemente provocou.”<sup>184</sup> Seguem, no texto, as justificativas para os tópicos desenvolvidos nos capítulos.

### 3.2.1. Observações sobre “As lições da história”

Este item é denominado conforme o primeiro capítulo do livro de Dombes, que compõe a primeira parte da publicação. O estudo pretende situar Maria na Igreja antiga e abrange o período do primeiro milênio. “Importa, de fato, esclarecer entre nós o lugar de Maria na tradição do primeiro milênio que nos é

<sup>182</sup> FAMERÉE, J. Marie à l'épreuve de l'œcuménisme. Un document pionnier du Groupe des Dombes. *Revue Théologique de Louvain*, a. 27, n. 4, p. 506-518, 1998. Disponível em: <[https://www.persee.fr/doc/thlou\\_0080-2654\\_1998\\_num\\_29\\_4\\_2977](https://www.persee.fr/doc/thlou_0080-2654_1998_num_29_4_2977)>. Acesso em: 07 abr 2018, p. 518.

<sup>183</sup> GRUPO DE DOMBES. *Maria no desígnio de Deus*, p. 7.

<sup>184</sup> A partir da Introdução, os parágrafos do texto original passam a ser numerados sequencialmente e as nossas citações vão acompanhar esse critério: GRUPO DE DOMBES. *Maria no desígnio de Deus*, n. 1.

comum.”<sup>185</sup> Começa pelas primeiras confissões de fé, depois aborda os escritos dos Padres da Igreja e, finalmente, a literatura apócrifa do Novo Testamento.

O item seguinte, dedicado a Maria na Igreja medieval, trata das questões ligadas à teologia e à piedade marianas, no que se refere à virgindade e à maternidade divina (*Theotókos*). A união entre as duas naturezas de Cristo justifica a veneração à sua Mãe, porém essa atitude dá origem a uma tensão teológica que irá se aprofundar. “A piedade mariana serve ao mesmo tempo de referência indicadora para a fé cristã da alta Idade Média, depois se tornará um dos elementos de demarcação progressiva entre o Oriente e o Ocidente.”<sup>186</sup>

Recebem destaque no texto a importância das festas marianas e o progressivo aumento do número de escritos sobre Maria, sobretudo dentro dos seguintes temas: sua situação em relação ao pecado, sua entrada na realidade celeste e seu papel a favor dos crentes na terra e no céu. Sublinha-se a sua “popularidade crescente, teologicamente cada vez menos controlada.”<sup>187</sup>

Ao passar para a questão da Reforma protestante e seu posicionamento sobre Maria, o livro trata da evolução da reflexão mariana na tradição protestante, inclusive do contraste entre o pensamento dos pais da Reforma e as posições das Igrejas atuais. “No início, entre os reformadores, Maria tem um lugar relativamente importante, determinado pelo contexto da época. Depois esta preocupação diminui por razões de polêmica confessional.”<sup>188</sup>

Isso se aplica ao pensamento mariano dos três reformadores: Lutero, Zwinglio e Calvino. A atitude deles, porém, é ambivalente a respeito de Maria, sobre quem desenvolvem uma interpretação positiva, enquanto polemizam com a piedade mariana da Idade Média.

Lutero tem uma piedade marcada pela teologia mariana, que ele expressa em seus textos segundo seis perspectivas: a cristologia, a maternidade, a eclesiologia, Maria e o pecado (Imaculada Conceição), a assunção e a devoção mariana. Zwinglio, e sobretudo Calvino, pouco se pronunciam sobre Maria. O GD explicita:

Calvino não acentua nem o milagre da virgindade como Lutero, nem a pureza moral e a função diaconal de Maria, como Zwinglio, mas a ação do Espírito Santo.

<sup>185</sup> GRUPO DE DOMBES. **Maria no desígnio de Deus**, n. 2.

<sup>186</sup> GRUPO DE DOMBES. **Maria no desígnio de Deus**, n. 39.

<sup>187</sup> GRUPO DE DOMBES. **Maria no desígnio de Deus**, n. 51.

<sup>188</sup> GRUPO DE DOMBES. **Maria no desígnio de Deus**, n. 52.

A personagem de Maria não é mais que o exemplo particular e histórico do que deve acontecer com todo cristão.<sup>189</sup>

O conteúdo do próximo item do livro abrange o período a partir do que os autores chamam de “Reforma Católica” até o fim do século XIX. Os contenciosos, já em crescimento, aumentam consideravelmente nessa época. Assim, os autores preferem tratar do tema em três partes, relativas ao “lado católico até o fim do século XVII”, depois ao “lado protestante nos séculos XVI e XVII e, finalmente, voltam ao “lado católico do século XVIII ao fim do XIX”. Esta “circularidade” no tratamento dos temas é típica do livro mariano de Dombes, no qual os autores voltam frequentemente a tópicos anteriores para privilegiar a confrontação entre o percurso histórico das ideias católicas e das protestantes. Como o século XIX se caracteriza por uma forte exaltação mariana pelos católicos, optamos por conservar a divisão proposta no livro, que reproduzimos a seguir.

*a) Do lado católico até o fim do século XVII*

O Concílio de Trento (1545-1563) merece destaque nesse item, considerado pelos autores do livro como a “reforma católica romana”. Nesse evento e no período pós-tridentino, sobressaem como preocupações primordiais: a salvação, a reforma da função episcopal e da pastoral diocesana, a melhora da formação do clero, a santificação dos fiéis. Os autores do Grupo explicam a posição conciliar quanto a Maria:

O Concílio de Trento é discreto quanto à teologia e à prática marianas. Em sua preocupação de fornecer definições doutrinárias sobre os temas maiores do contencioso separatista, confirma a prática mariana surgida nos séculos precedentes [...]; nenhuma definição dogmática fundamental será tomada antes de 1854.<sup>190</sup>

O fim do século XVI e o século XVII são o período no qual a devoção a Maria e aos santos mais se desenvolve. A ela são atribuídos inúmeros títulos, surgem e crescem as peregrinações a lugares especialmente marianos. Por outro lado, esse século testemunha a violenta luta interconfessional que foi a Guerra dos Trinta Anos (1618-1648). A reação de católicos e protestantes às misérias da guerra se manifesta naqueles pela prática de uma devoção mariana baseada na afetividade, e nestes, pela prática do “pietismo”. As discussões mariológicas são

<sup>189</sup> GRUPO DE DOMBES. *Maria no desígnio de Deus*, n. 65.

<sup>190</sup> GRUPO DE DOMBES. *Maria no desígnio de Deus*, n. 70.

polêmicas, mas “a legitimidade da função e do ‘mistério’ da Mãe do Senhor não é posta em dúvida por nenhum campo.”<sup>191</sup>

*b) Do lado protestante nos séculos XVI e XVII*

Um evento importante aqui abordado é o Edito de Nantes (1598-1685), que possibilitou a convivência confessional na França. Quanto ao pensamento mariano, “o princípio bíblico impede toda expansão mariana além do que Lutero e seus contemporâneos disseram e viveram.”<sup>192</sup>

Destaca-se a figura do teólogo Charles Drelincourt (†1669), cuja doutrina sobre a Virgem Maria expressa o pensamento dos teólogos e da população reformados de seu tempo, ainda vinculado aos “Antigos”: Maria é a “Virgem” (inclusive no parto e após o parto), a “Bem-aventurada”, a “Mãe de Deus”, “bendita eternamente”, “toda radiante de virtudes”, “favorecida mais que todos os patriarcas, profetas e apóstolos, exaltada acima de todos os anjos e os serafins”. No entanto, Drelincourt recusa atribuir a Maria o título de “Rainha” e outros assemelhados, bem como confirma que os protestantes não celebram as festas marianas, não pronunciam a Ave-Maria e apenas saúdam Maria, sem invocá-la.<sup>193</sup>

*c) Do lado católico do século XVIII ao fim do XIX*

No século XVIII, ainda permanece alguma influência da exaltação na teologia mariana, que aos poucos se acalma, diante de tentativas de moderação, aprovadas inclusive pela autoridade teológica da Congregação do Índice. O personagem que se distingue é Afonso Maria de Ligório (†1787), autor de uma apologia das “Glórias de Maria”. O livro de Dombes observa que “nessa obra ele reafirma que a Virgem é o caminho obrigatório de todas as graças, pois sua função é essencialmente a da ‘Mãe de misericórdia’”. No entanto, esse período testemunha a influência do “racionalismo das Luzes”, com o surgimento das ideias pré-revolucionárias, e também a supressão da ordem dos jesuítas pelo papa, em 1773, fatos que provocam “um nítido recuo da teologia e da piedade marianas”.<sup>194</sup>

<sup>191</sup> GRUPO DE DOMBES. *Maria no desígnio de Deus*, n. 80.

<sup>192</sup> GRUPO DE DOMBES. *Maria no desígnio de Deus*, n. 82.

<sup>193</sup> GRUPO DE DOMBES. *Maria no desígnio de Deus*, n. 83-86.

<sup>194</sup> GRUPO DE DOMBES. *Maria no desígnio de Deus*, n. 88.

A restauração católica do século XIX dá início a um novo “século mariano” (de 1850 a 1950), quando ocorrerá a fixação doutrinal pelo Magistério da teologia mariana, progressivamente consolidada ao longo dos séculos. O dado fundamental desse período é a proclamação do dogma da Imaculada Conceição pelo Papa Pio IX, em 1854. A respeito, comentam os autores de Dombes:

O novo dogma é bem recebido do lado católico. Sua proclamação contribui para dar ao catolicismo romano um rosto mais unitário. Do lado das Igrejas da Reforma, como da Ortodoxia, esse dogma constitui uma pedra de tropeço suplementar. Contribuirá para apagar na piedade protestante os traços da reflexão e da piedade marianas próprios dos reformadores.<sup>195</sup>

O século XX vai testemunhar uma mudança marcante na Igreja Católica, nos aspectos teológico e pastoral, inclusive no que se refere a Maria. O eixo que o documento de Dombes adota para destacar o surgimento desta nova fase é o Concílio Vaticano II. O GD distribui a sua explanação em três etapas: “Do início do século até o concílio do Vaticano II”; “O concílio do Vaticano II”, que relata a virada feita pelo concílio; “Depois do Vaticano II”, com as orientações que surgiram no período posterior ao Concílio.<sup>196</sup>

Do início do século até o Concílio Vaticano II, prossegue o forte impulso na teologia e na piedade marianas vindo do século XIX: aparições, das quais Fátima é a mais célebre; peregrinações aos santuários marianos; novas festas marianas; congressos e manifestações populares; surge a “mariologia” como um setor autônomo da teologia. Em 1950, Pio XII “define solenemente [...] a Assunção de Maria como dogma de fé revelado. Era acrescentar uma dificuldade maior para o diálogo ecumênico.”<sup>197</sup>

O GD verifica que Concílio realizou uma virada na reflexão católica sobre Maria, abrangendo os âmbitos doutrinal, espiritual e pastoral. À “tendência cristotípica”, que assemelhava Maria ao Cristo, veio se unir a “tendência eclesiotípica”, que reintroduz Maria na Igreja. Essa disposição de “equilíbrio doutrinal” e de “abertura ecumênica” foi consolidada pela votação favorável à integração do texto mariano na Constituição sobre a Igreja (*Lumen Gentium*), da qual se tornou o último capítulo (VIII). É um capítulo sóbrio, fundamentado na

<sup>195</sup> GRUPO DE DOMBES. *Maria no desígnio de Deus*, n. 93.

<sup>196</sup> GRUPO DE DOMBES. *Maria no desígnio de Deus*, n. 94.

<sup>197</sup> GRUPO DE DOMBES. *Maria no desígnio de Deus*, n. 95-98.

teologia bíblica, que valoriza a doutrina dos Padres da Igreja e retoma o conteúdo dos dogmas reconhecidos.<sup>198</sup>

O período pós-conciliar caracteriza-se por uma reflexão crítica da Mariologia sobre si mesma antes de seguir as orientações do Concílio. O enfoque de uma teologia de Maria-rainha passa a uma teologia de Maria-serva. “A ‘mariologia triunfalista’ parece ter desaparecido. Nota-se também a emergência de uma reflexão sobre a relação de Maria com o Espírito Santo. De outra parte, a devoção do povo católico a Maria se mantém.”<sup>199</sup>

Importantes documentos sobre Maria são publicados: *Marialis Cultus* (1974), do Papa Paulo VI, “considerado como o ‘diretório’ do culto mariano correspondente ao capítulo VIII da *Lumen Gentium*;” *Redemptoris Mater* (1987), do Papa João Paulo II, encíclica “que se inscreve, quanto ao essencial, na linha do documento conciliar”, e na qual “o Papa afirma uma intenção ecumênica, em particular em relação com a Igreja Ortodoxa.”<sup>200</sup> O livro de Dombes registra também o surgimento de orientações marianas, na segunda metade do século XX, com características anteriores ao Concílio, o que já se podia constatar na época em que foi escrito.

Nas Igrejas da Reforma, durante o período anterior ao Concílio, havia uma reação contra a doutrina e o culto católicos sobre Maria, principalmente com a promulgação dos dogmas da Imaculada Conceição e da Assunção. O Vaticano II foi saudado com interesse pelas Igrejas da Reforma, que compreenderam a inclusão da doutrina mariana na LG “como um cuidado do Concílio [...] de integrar a reflexão mariana no mistério da Igreja centrando-a mais em Jesus Cristo, só e único mediador.”<sup>201</sup>

Embora não haja “Mariologia” nas Igrejas da Reforma, nem devoção, culto ou oração a Maria, surge uma retomada da reflexão sobre ela no século XX, caracterizada pela sobriedade das referências e a indicação do seu fundamento bíblico.

<sup>198</sup> GRUPO DE DOMBES. *Maria no desígnio de Deus*, n. 99-102.

<sup>199</sup> GRUPO DE DOMBES. *Maria no desígnio de Deus*, n. 104.

<sup>200</sup> GRUPO DE DOMBES. *Maria no desígnio de Deus*, n. 104-107.

<sup>201</sup> GRUPO DE DOMBES. *Maria no desígnio de Deus*, n. 112.

### 3.2.2. Ligações percebidas entre “O Testemunho da Escritura e a Confissão da Fé”

A reflexão doutrinal sobre Maria, neste capítulo, orienta-se pelos artigos do Credo, descrevendo-a como mulher e filha de seu povo, uma das criaturas do Pai; mãe do Filho de Deus; presente no nascimento da Igreja em Pentecostes, como membro da comunhão dos santos.

O primeiro artigo do Credo trata da Pessoa do Pai como Criador de todas as coisas. Para os autores, Maria é, portanto, uma de suas criaturas, além de mulher e filha de Israel. Isto não significa uma explicação simplista dela e da sua missão. O objetivo é “esclarecer as raízes humanas, culturais e religiosas que fazem de Maria uma ‘mulher de nosso mundo’, uma ‘filha de Israel’, uma ‘esposa’ e uma ‘mãe’”.<sup>202</sup>

O texto situa Maria na condição humana, para afastar qualquer tendência a sublimá-la ou idealizá-la como um personagem inatingível. Ela é alguém que viveu a realidade do seu tempo de forma atuante e não passiva. Portanto, meditar sobre ela contribuiu para valorizar a mulher e seu papel na sociedade. Além disso, sua proximidade humana e materna demonstram o quanto ela é capaz de se compadecer dos pobres e oferecer-lhes conforto e consolação.<sup>203</sup>

Maria viveu inserida na história de seu tempo e de seu povo, como uma autêntica filha de Israel e de acordo com a condição humana e social das suas contemporâneas. Experimentou as alegrias da maternidade e acompanhou o desenvolvimento do Filho, em situações que os evangelistas sublinham de diferentes formas, como a fuga para o Egito (cf. Mt 2); o nascimento de Jesus, a profecia de Simeão e a perda de Jesus no templo (cf. Lc 2,7.35.48); as dificuldades do início da sua missão (cf. Mc 3,20-22); enfim, a unanimidade na descrição do seu sofrimento e morte na cruz. O GD destaca o aspecto mais importante dessas experiências:

Foi através do seu itinerário humano que esta mulher se abriu à Palavra de Deus. Foi nesse caminho mesmo que ela foi chamada à fé e que aprendeu a se tornar discípula, de etapa em etapa, às vezes na luz e muitas vezes na escuridão, desde o *Fiat* da anunciação e da exultação do *Magnificat* até a angústia silenciosa do Calvário.<sup>204</sup>

<sup>202</sup> GRUPO DE DOMBES. *Maria no desígnio de Deus*, n. 122.

<sup>203</sup> GRUPO DE DOMBES. *Maria no desígnio de Deus*, n. 124-125.

<sup>204</sup> GRUPO DE DOMBES. *Maria no desígnio de Deus*, n. 134.

A respeito do segundo artigo do Credo, o livro nos apresenta Maria como Mãe de Jesus, Cristo, Senhor e Filho de Deus. Isso configura o lugar de Maria no desígnio de Deus e na história da salvação. O texto relata os episódios da infância de Jesus. Na abordagem de Mateus (Mt 1-2), Maria tem um papel discreto. O evangelista descreve a explicação sobre a genealogia de Jesus, o papel de José e o cumprimento das promessas aos antepassados. Evitando os debates contraditórios sobre a virgindade perpétua de Maria, os autores preferem se fixar na afirmação central de Mateus e de Lucas: a concepção virginal de Jesus.<sup>205</sup>

No Evangelho da infância segundo Lucas (Lc 1-2), o livro apresenta a condição de Maria como virgem e mãe, destacando a ação divina que faz dela a mãe de seu Filho, por isso “cumulada de graça” (cf. Lc 1,30). O episódio da visitação enfatiza o *Magnificat* como louvor da Igreja pelo dom recebido por Maria e obra de Deus para todas as futuras gerações (cf. Lc 1,46-55). A natividade de Jesus é apresentada como fato histórico, pois realmente o Evangelho de Lucas a situa numa época e num lugar determinados (cf. Lc 2,1-6), dado importante para eliminar qualquer perspectiva mítica quanto ao Filho e à própria mãe. Tanto na apresentação como na perda e reencontro de Jesus no templo (cf. Lc 2,22-39.42-51) enfatiza-se novamente a fé de Maria diante do que lhe causa espanto, quando da profecia de Simeão, e do que ela medita, ao encontrá-lo no templo entre os doutores, no seu aprendizado sobre a vida e a missão do Filho.<sup>206</sup>

No Evangelho de João, Maria surge participando da missão do Filho, tanto nas bodas de Caná como ao pé da cruz (cf. Jo 2,1-5; 19,25-27). No episódio das bodas, o livro aponta a pedagogia de Jesus para com sua mãe (“Mulher, o que há entre mim e ti?”), preparando-a para a transição da maternidade apenas física para a maternidade espiritual. Esta ela receberá ao pé da cruz, para exercê-la com o “discípulo amado” e, através dele, com todos os discípulos de seu Filho.<sup>207</sup>

Após os comentários sobre os relatos dos evangelistas Mateus, Lucas e João, cabe citar o quarto subitem do livro, que trata de “Maria e a família de Jesus”, ainda no conteúdo dedicado ao segundo artigo do Credo. A questão que se coloca aqui é o contencioso bastante conhecido sobre os “irmãos de Jesus”. Mantendo sua perspectiva ecumênica, e na falta de dados conclusivos, os autores

<sup>205</sup> GRUPO DE DOMBES. *Maria no desígnio de Deus*, n. 140-146.

<sup>206</sup> GRUPO DE DOMBES. *Maria no desígnio de Deus*, n. 148-175.

<sup>207</sup> GRUPO DE DOMBES. *Maria no desígnio de Deus*, n. 177-184.

não apresentam uma interpretação definitiva a respeito. Assim, não se favorece a posição católica de considerá-los “primos”, salvaguardando a virgindade perpétua de Maria, ou a posição divergente de algumas denominações protestantes, que os consideram filhos de Maria.

O ponto de convergência que os autores sugerem está na palavra de Jesus: “Minha mãe e meus irmãos são aqueles que ouvem a palavra de Deus e a põem em prática” (Lc 8,21). Tendo em vista que os familiares de Jesus inicialmente não aceitavam a sua missão, apresenta-se aqui um caminho de diálogo sobre essas relações de parentesco, que o livro aproveita com habilidade:

Após a ascensão, Maria e os irmãos de Jesus estão reunidos com os apóstolos numa comum adesão ao Cristo ressuscitado (At 1,14). Eles se tornam seus irmãos e irmãs pela fé e estão, então, entre os primeiros da multidão de irmãos que Jesus adquiriu por seu mistério pascal.<sup>208</sup>

A relação de Maria com o Espírito Santo é descrita no livro, na seção correspondente ao terceiro artigo do Credo, pela sua pertença à Comunhão dos Santos. No meio da pequena comunidade de Jerusalém, junto aos apóstolos, a mãe do Senhor está presente no Cenáculo, aguardando com os discípulos o dom de Pentecostes. Assim ela é identificada por Lucas: “Todos estes, unânimes, perseveravam na oração com algumas mulheres, entre as quais Maria, a mãe de Jesus, e com os irmãos dele” (At 1,14).

Jesus Cristo é o centro dessa unidade, que passaria a congregar os crentes de todos os tempos e lugares, por ele redimidos, formando a Comunhão dos Santos. Esse mistério é celebrado na liturgia, “que transcende espaço e tempo e une a celebração da comunidade terrestre ao louvor eterno da comunidade celeste.”<sup>209</sup>

O GD indica que o lugar de Maria na Comunhão dos Santos foi se consolidando nos primeiros séculos da Igreja, a qual honrava, a princípio, os mártires. Os autores definem esse mistério da nossa fé e a participação de Maria nele com as seguintes palavras:

A comunhão dos santos faz assim memória, no seio da multidão anônima que “ninguém pode contar” (Ap 7,9), dos “atletas” (cf. 1Cor 9,26) da fé, que são para nós predecessores e modelos a seguir: as testemunhas dos dois Testamentos, os mártires e os confessores e entre eles a que foi por sua carne a mais próxima de Jesus, a Virgem Maria.<sup>210</sup>

<sup>208</sup> GRUPO DE DOMBES. *Maria no desígnio de Deus*, n. 187.

<sup>209</sup> GRUPO DE DOMBES. *Maria no desígnio de Deus*, n. 192.

<sup>210</sup> GRUPO DE DOMBES. *Maria no desígnio de Deus*, n. 194.

Portanto, se a Comunhão dos Santos não se confina a uma determinada comunidade eclesial, mas refere-se a todos os crentes que seguiram, ou ainda seguem Jesus, Maria é companheira de cada um deles.

### 3.3. A segunda parte do livro de Dombes – sobre “As questões controversas e a conversão das Igrejas”

A apresentação da segunda parte do livro se inicia com a manifestação de uma aguda consciência dos autores sobre a problemática que pretendem abordar, ao defini-la como “essa espécie de dilaceração em nossas Igrejas e em nossos corações que tem por objeto Maria, mãe do Senhor e serva de Deus.”<sup>211</sup> Conforme a índole do Grupo, a conversão permanece como a alternativa para que as respostas formuladas sejam esperança de unidade e não de desacordo entre os cristãos.

A segunda parte apresenta-se como um prolongamento da primeira, complementando-a com a análise doutrinal. A proposta de desenvolvimento do texto subsequente da apresentação é resumida por meio de perguntas que tocam nos pontos a ser abordados sobre Maria: cooperação na obra salvífica, virgindade perpétua, sua existência sem pecado desde a própria concepção até a assunção à glória pelo Filho e, finalmente, sua invocação. As respostas a essas perguntas demandaram a aplicação dos seguintes princípios:

1º) Justificação pela graça mediante a fé, que pautou os debates sobre a doutrina da “cooperação” de Maria;<sup>212</sup>

2º) A “hierarquia das verdades”, princípio formulado pelo Concílio Vaticano II e aceito por numerosas Igrejas, “que faz da teologia mariana no sentido literal do termo uma realidade não secundária, mas segunda em relação ao Cristo do qual depende e do qual recebe sua legitimidade.”<sup>213</sup>

Seguem-se no texto da “Apresentação” as respostas, às quais nos referimos no parágrafo anterior. A primeira a ser analisada trata do termo “cooperação”, que poderia suscitar dúvidas por sugerir uma associação entre o Cristo, único

<sup>211</sup> O texto de apresentação da segunda parte, a exemplo da primeira, não tem numeração de parágrafos. Daí a citação pelo número da página: GRUPO DE DOMBES. **Maria no desígnio de Deus**, p. 101.

<sup>212</sup> Todas as referências sobre a cooperação de Maria na obra da salvação aparecem no livro propositalmente entre aspas (cf. p.103), motivo pelo qual elas serão mantidas neste resumo.

<sup>213</sup> GRUPO DE DOMBES. **Maria no desígnio de Deus**, p. 102-103.

mediador, e sua mãe. No entanto, Maria “coopera” com o seu *Fiat* como recepção passiva da graça, pela qual Deus age e lhe permite responder ao chamado para ser a mãe de seu Filho. “O termo ‘cooperação’ não atinge em nada a convicção de que a resposta decisiva, a que salva, é única e inteiramente dada pelo Filho único que se encarna, se entrega e assim realiza por si só, de uma vez por todas e para todos a salvação.” O acordo fundamental a respeito dessa questão “trata do ponto essencial: a relação entre a graça soberana de Deus e a liberdade humana, o desígnio de salvação de Deus e a necessária resposta do seu beneficiário. A solução proposta é sem equívoco sobre o caráter absoluto da graça eletiva de Deus.”<sup>214</sup>

A segunda resposta contida na “Apresentação” refere-se aos dois dogmas marianos modernos. A suspeita protestante, de que trata o livro, baseia-se nos seguintes pontos: os dogmas parecem ultrapassar o testemunho bíblico e as proclamações tardias de ambos são exceções; além disso, Maria teria passado de seu estado de criatura a ser resgatada para um estatuto paralelo ao de seu Filho. A atitude católica diante disso resume-se nas seguintes afirmações: “A Assunção é um bem comum das Igrejas desde o século VI, Maria antecipando a sorte comum dos fiéis, por favor àquela que trouxe em seu corpo o Filho de Deus.” Quanto à Imaculada Conceição, essa afirmação foi “debatida durante séculos, precisamente para garantir a humanidade de Maria que, como toda criatura, devia ser resgatada do pecado original, a salvação do Cristo sendo, sem exceção, necessária para todos.” Não se trata, portanto, de uma isenção, mas de uma “preservação”.<sup>215</sup>

A questão da virgindade perpétua suscitou uma resposta do Grupo que busca uma convivência de premissas divergentes entre católicos e protestantes, justificada por dois motivos: o que os autores chamam de “discreto testemunho bíblico” não exclui nenhuma das posições confessionais; a virgindade pode ser tomada no “sentido espiritual e simbólico”, já que é “uma disposição do coração que persiste, quaisquer que sejam as possibilidades, ou mesmo as opções da vida.” Assim, os autores de Dombes deixam abertas as duas possibilidades sobre a questão da virgindade perpétua de Maria:

O protestante pode defender uma posição que vê em Maria uma mulher casada e mãe de família, semelhante a toda outra mulher e tomar no sentido próprio a

<sup>214</sup> GRUPO DE DOMBES. *Maria no desígnio de Deus*, p. 103-104.

<sup>215</sup> GRUPO DE DOMBES. *Maria no desígnio de Deus*, p. 104-106.

menção dos irmãos e irmãs de Jesus. [...] O católico pode legitimamente compreender os ditos “irmãos e irmãs” no sentido de primos, conforme o sentido amplo do termo na Antiguidade e, então, manter com a tradição, que a virgindade que preside o mistério da natividade impregna toda a vida de Maria, consagrada de uma vez por todas ao Senhor a seu serviço.<sup>216</sup>

A devoção mariana é o tema da última resposta que a “Apresentação” propõe. Nas Igrejas protestantes, Maria é *evocada* por sua presença na Bíblia e nos símbolos da fé, enquanto que pela Ortodoxia e pela Igreja Católica Romana ela é *invocada*. Tanto em relação a ela como aos santos, “a veneração se faz invocação e a invocação se faz oração”. Os autores lembram os protestantes de praticarem “o louvor a Deus por Maria e pelos santos que ele lhes deu”. Aos católicos, advertem: “A intercessão é assim a conversação eterna dos fiéis com seu Deus em seu cuidado de uns com os outros. É nesse limite que o católico poderá legitimamente se dirigir a Maria ou aos santos.”<sup>217</sup>

O texto da “Apresentação” se conclui com algumas reflexões sobre conversão e confissão, dentre as quais destacamos uma proposição essencial para que as Igrejas se ponham de acordo sobre a figura de Maria: “Jamais crer em Cristo sem guardar no coração a esperança de um olhar unânime a partir dele sobre Maria.” Essa unanimidade não significa ser reduzida à uniformidade, nem ser colocada em termos conciliantes, mas acolhedores. Isso faz parte da caminhada comum de conversão, que também requer a confissão das faltas, tanto quanto a confissão da fé, pois “confessar a fé diante do mundo não é confessá-la contra alguém”.<sup>218</sup>

### 3.3.1. Levantamento sobre “As questões controversas”

O capítulo do livro de Dombes que trata das questões nas quais existem divergências doutrinárias sobre Maria considera-as como essenciais ou periféricas, segundo a hierarquia das verdades, e identifica o seu lugar na doutrina cristã. As quatro dificuldades apontadas pelos autores são as seguintes:

<sup>216</sup> GRUPO DE DOMBES. *Maria no desígnio de Deus*, p. 107.

<sup>217</sup> GRUPO DE DOMBES. *Maria no desígnio de Deus*, p. 107-108.

<sup>218</sup> GRUPO DE DOMBES. *Maria no desígnio de Deus*, p. 108-109.

a) A “cooperação” de Maria na salvação e a relação da graça com a liberdade.

Este tema, embora se refira a uma afirmação católica sobre Maria, toca em um ponto fundamental da doutrina protestante, a justificação pela fé em Cristo (*solus Christus*). Acreditamos que por questão de maior clareza e sistematização, a seção foi dividida em três itens no livro: segundo as convicções da Reforma, segundo as convicções do Catolicismo e uma proposta de reconciliação.

A análise da convicção protestante desenvolve a temática já proposta na “Apresentação da segunda parte” (cf. nota de rodapé n. 214). Diante da posição católica, que defende a “cooperação” de Maria como acolhimento à vontade Deus, conforme a ação do Espírito, contestam os protestantes: “É o sim de Maria que torna possível a encarnação ou é o decreto da graça divina que torna possível o sim de Maria?”<sup>219</sup> A pergunta é pertinente, enquanto uma demanda de esclarecimento diante de desvios nos quais uma devoção mariana católica mais exacerbada poderia incorrer.

No âmbito da convicção católica, registramos a opção dos autores de colocarem nesta seção, e não na seção protestante, as contestações sobre os títulos marianos “corredentora” e “medianeira”. O Grupo denuncia que eles sofreram um uso abusivo por teólogos católicos. A posição dos membros é definitivamente contrária ao uso de ambos os títulos, devido às dúvidas que podem suscitar. O esforço de mútua compreensão recai sobre o termo “cooperação”, empregado pelo Capítulo VIII da LG com “intenção ecumênica evidente”. Assim, foi decidido o seguinte consenso: “À questão posta acima<sup>220</sup> os católicos podem responder em toda consciência de fé que o desígnio divino de salvação tornou possível o sim da Maria em razão da graça, dando seu lugar à livre resposta deste sim.”<sup>221</sup>

A proposta de reconciliação do Grupo se volta para o termo “cooperação”, com o objetivo de “reconstruí-lo”. O leitor entra aqui no âmbito da relação entre a soberania de Deus e a liberdade humana. As reflexões a esse respeito contidas no livro podem ser sintetizadas nos seguintes pontos, que optamos por extrair em tópicos, uma vez que já vêm sendo desenvolvidos ao longo deste capítulo:

<sup>219</sup> GRUPO DE DOMBES. *Maria no desígnio de Deus*, n. 209.

<sup>220</sup> Cf. nota de rodapé n. 219.

<sup>221</sup> GRUPO DE DOMBES. *Maria no desígnio de Deus*, n. 212.

- A “cooperação” de Maria é o fruto de uma iniciativa do Pai e do “aniquilamento” do Filho (cf. Fl 2,7-8), e fruto da ação do Espírito que dispõe seu coração à obediência, que se produz no momento do *fiat*.

- Maria é o ícone de todo crente que, renunciando ao seu amor próprio, entre em relação com o Cristo.

- É porque foi justificada só pela graça e na fé, que Maria pôde ser associada à obra de Deus em Cristo. Sua “cooperação” é única quanto à natureza do que ela realiza.

- A “cooperação” de Maria não faz número com a ação de Deus e, já que ela é o fruto dos seus dons, não atinge de modo algum a soberania de Cristo.

- A salvação é uma relação: não há salvação se não for recebida, se não encontra uma resposta na ação de graças; [...] mas toda resposta é ao mesmo tempo a obra da graça de Deus e da liberdade do homem suscitada pela graça. O fato exclusivo do homem é a recusa da graça.

- Um presente é uma espécie de invocação que o doador faz ao donatário. A resposta ao presente faz parte do presente.

- O texto de Cl 1,24 exprime uma cooperação que não coloca em questão de modo algum a unicidade do ato redentor do Cristo: “Completo o que falta às tribulações do Cristo em minha carne para seu corpo, que é a Igreja.”<sup>222</sup>

*b) A vingindade perpétua de Maria e a menção dos irmãos e irmãs de Jesus nos evangelhos.*

Nesta seção, como na anterior, o livro demonstra o que já foi mencionado na “Apresentação da segunda parte”. Aqui nos limitamos a citar o conteúdo do contencioso, uma vez que a proposta de consenso oferecida pelo Grupo já se encontra bem fundamentada naquela “Apresentação” (cf. nota de rodapé n. 216).

É digno de nota recordar que a posição dos pais da Reforma sobre a virgindade de Maria alinhava-se com o pensamento conservado pela Igreja Católica até hoje. Esta afirmação já foi objeto de nossa pesquisa e comentários neste trabalho (cf. notas de rodapé n. 73, 74 e 75). O GD assim se manifesta a respeito:

“Os Reformadores haviam compreendido o termo irmãos (*adelphoi*) no sentido de primos e pregaram com nuança sobre a virgindade perpétua de Maria. [...] Contudo, a pesquisa exegética conduziu muitos protestantes à posição contrária. Outros julgam que não se pode fundamentar uma afirmação de fé certa numa atestação escriturária incerta.”<sup>223</sup>

*c) Os dogmas católicos da Imaculada Conceição e da Assunção.*

Esta seção é a mais longa dentre “As questões controversas”, evidentemente porque os dogmas chamados “modernos” representam o maior obstáculo entre os

<sup>222</sup> GRUPO DE DOMBES. *Maria no desígnio de Deus*, n. 214-217, 219-220, 224.

<sup>223</sup> GRUPO DE DOMBES. *Maria no desígnio de Deus*, n. 232.

contenciosos sobre Maria. A preocupação principal dos autores foi a de esclarecer o conteúdo destes dogmas, de modo a explicar seu sentido e intenção para aqueles que não os aceitam. O livro não deixa de registrar, conforme a perspectiva das tradições da Reforma, “que o conjunto das confissões protestantes os julga inaceitáveis e que a Ortodoxia estima que foram definidos e precisados de maneira ilegítima no quadro das opções doutrinárias do Ocidente.”<sup>224</sup> Seguem-se diversos comentários sobre essas dificuldades. Em uma etapa posterior, têm papel importante as evocações históricas e as reflexões teológicas que podem levar à melhor compreensão dos dogmas. Finalizam a seção os itens relativos aos elementos de consenso e às divergências que permanecem. Dedicaremos os seguintes parágrafos ao tratamento resumido de cada um desses tópicos.

O livro aponta como dificuldades comuns aos dois dogmas marianos, primeiramente, a origem de ambos na oração e no louvor da Igreja durante séculos, assumidos como doutrina e, ainda mais, como dogmas. Trata-se de um contencioso ecumênico que suscita debates sérios, quanto ao conteúdo, fórmulas e fundamento. Em relação aos Ortodoxos, além de existirem divergências doutrinárias, sobretudo quanto à Imaculada Conceição, as dificuldades encontram-se na falta de apoio na escritura, nas definições feitas diretamente pelos Papas e não por um concílio, e depois da separação das Igrejas.<sup>225</sup>

Os cristãos da Reforma também têm objeção quanto à ausência de um fundamento bíblico explícito para os dois dogmas. Além disso, existem outras questões fundamentais, que se encontram reunidas na seguinte citação:

O diálogo entre católicos e protestantes encontra aqui, como que concentrado, todo o contencioso clássico referente à normatividade do testemunho bíblico, à leitura e à compreensão da Escritura na Tradição viva da Igreja, ao “senso da fé” dos fiéis (que na ocorrência se exprime sobretudo através da piedade), à intervenção do magistério assim como à “recepção” das definições magisteriais.<sup>226</sup>

A proposta do Grupo para levar adiante o diálogo ecumênico neste “ponto crítico” é que os católicos apliquem o princípio da hierarquia das verdades à doutrina dos dois dogmas, reconhecendo que esta é “segunda<sup>227</sup> em relação núcleo

---

<sup>224</sup> GRUPO DE DOMBES. *Maria no desígnio de Deus*, n. 234.

<sup>225</sup> GRUPO DE DOMBES. *Maria no desígnio de Deus*, n. 236-237, 239.

<sup>226</sup> GRUPO DE DOMBES. *Maria no desígnio de Deus*, n. 240.

<sup>227</sup> O GD adota o critério de não considerar os dogmas da Imaculada Conceição e da Assunção como de importância “secundária”, mas “segunda”, de modo a não diminuir sua pertença ao conteúdo da doutrina católica, porém para resguardar sua subordinação ao “núcleo central da fé

central da fé cristã”. Outro recurso empregado para promover “uma justa compreensão de tais dogmas” são as “evocações históricas”, que permitem reconhecer a “longa história na qual piedade popular, oração litúrgica e reflexão teológica estiveram estreitamente misturadas.”<sup>228</sup>

Passamos a analisar as questões históricas e teológicas dos dogmas marianos modernos. Optamos por reagrupar essas questões diferentemente de como são apresentadas no livro de Dombes.<sup>229</sup> Em nosso resumo, as diversas questões estão reunidas nos parágrafos referentes a cada um dos respectivos dogmas, conforme a sequência da Imaculada Conceição e da Assunção, de modo que uma doutrina não se interponha na outra, à medida que os argumentos se desenvolvem.

– *A Imaculada Conceição*

A doutrina da Imaculada Conceição passou por séculos de controvérsias teológicas. A perfeita santidade de Maria foi sendo cada vez mais afirmada, sobretudo no Ocidente, onde predominou a posição de Agostinho e se desenvolveram as reflexões sobre a natureza e os efeitos do pecado original. O Doutor da Graça considerava que Maria foi totalmente santificada por ser Mãe de Deus, mas recusava a concepção dela sem pecado, pois “também foi beneficiada com a graça da regeneração”. As posições contrárias e favoráveis à Imaculada Conceição se multiplicavam. Duns Scot (†1308) elabora a formulação que viria a fundamentar o dogma: “Maria foi resgatada pelo Cristo sendo ‘preservada’ do pecado original, em previsão dos méritos de seu Filho.”<sup>230</sup>

A intensidade dos debates aumenta com o passar dos séculos, obrigando o Papa Sisto IV, em 1483, a proibir que qualquer uma das posições fosse considerada herética. O Concílio de Trento não define a questão, embora

---

cristã”. Já empregamos esse critério em citações anteriores (cf. Seção 2.3.2, § 1 e nota de rodapé n. 213).

<sup>228</sup> GRUPO DE DOMBES. *Maria no desígnio de Deus*, n. 242, 244.

<sup>229</sup> Existe um corte na sequência do Capítulo III, que se inicia com as “evocações históricas” dos dogmas da Imaculada Conceição e da Assunção de Maria. O texto prossegue com as reflexões teológicas sobre esse segundo dogma. Em seguida, volta a tratar do dogma da Imaculada Conceição, no qual se detém em maiores detalhes referentes às reflexões teológicas, dados do problema, elementos de consenso e divergências que permanecem. Os autores justificam essa inversão da disposição cronológica inicial do capítulo, “não só porque [a Assunção] levantaria menos dificuldades no quadro do diálogo ecumênico. É também porque, na história, alguns enunciados concernentes ao destino final de Maria se impuseram mais rapidamente que as afirmações no tocante à fase inicial de sua existência.” (cf. n. 258).

<sup>230</sup> GRUPO DE DOMBES. *Maria no desígnio de Deus*, n. 245-246.

reconheça que Maria é imaculada e não a inclua no Decreto sobre o pecado original. As controvérsias prosseguem entre os que celebram com piedade e fervor o “privilégio” de Maria e os que defendem a “necessidade universal da salvação pelo Cristo”. Os papas aprovam o culto da Imaculada Conceição, e manifestam uma tendência cada vez mais favorável à doutrina da preservação de Maria do pecado original. Finalmente, em 1854, Pio IX define o dogma, apoiado pela grande maioria do episcopado católico mundial.<sup>231</sup>

Vamos nos deter, a seguir, nas reflexões teológicas sobre a doutrina da Imaculada Conceição e suas dificuldades. O objetivo dos autores é “clarificar os dados do problema”, “destacar os elementos de consenso” e “precisar as divergências” ainda não superadas. Os obstáculos identificados no livro referem-se aos seguintes pontos:

- o caráter tardio da promulgação do dogma;
- as polêmicas que acompanham os debates desde aquela época até hoje;
- a compreensão de temas teológicos como: “a relação entre o Criador e suas criaturas”, “o pecado original”, “a graça e a liberdade”, “o lugar de Maria na economia da salvação”.<sup>232</sup>

Detalhando um pouco mais os dados do problema, vemos que os protestantes reconhecem uma “diversidade de motivações que levaram à definição do dogma”. Dentre elas, a divergência principal está na afirmação de que Maria foi preservada do pecado original desde a sua concepção, o que não é atestado pela Escritura, e parece mesmo contradizer a revelação bíblica e colocar Maria acima do número dos resgatados. Uma segunda motivação do dogma, considerada mais satisfatória e promissora para o diálogo entre católicos e protestantes, tem o seguinte conteúdo:

Quando se acentuou que o corpo de Jesus não teria podido nascer de uma carne marcada pelo pecado, logo se compreendeu a Imaculada Conceição como a marca de uma santidade que, dada a Maria de modo todo gratuito e fazendo dela uma mulher “cumulada de graça” (cf. Lc 1,28), lhe permitiria pronunciar um dia o *fiat* da Anunciação.<sup>233</sup>

Outro aspecto escolhido pela abordagem do Grupo são os elementos de consenso, apresentados pelos autores com a ressalva de que a aceitação desses

<sup>231</sup> GRUPO DE DOMBES. *Maria no desígnio de Deus*, n. 248-251.

<sup>232</sup> GRUPO DE DOMBES. *Maria no desígnio de Deus*, n. 252-255.

<sup>233</sup> GRUPO DE DOMBES. *Maria no desígnio de Deus*, n. 267-268.

elementos não significa uma aprovação do dogma pelos protestantes. Resumimos a explicitação daquilo que as Igrejas compartilham:

1º) Afirmam a soberania do Cristo e a necessidade de Maria (como qualquer criatura) de ser salva por seu Filho; a Imaculada Conceição deve ser compreendida em referência ao mistério da Encarnação.

2º) As posições das Igrejas convergem para uma teologia da graça que, para a Reforma protestante, significa iniciativa absoluta de Deus no seu dom (*sola gratia*). Para a doutrina católica, a Imaculada Conceição não depende dos méritos pessoais de Maria, mas é também obra inteira de Deus, que “preservou Maria de toda falta, desde a concepção, para prepará-la a se tornar um dia a mãe de seu Filho.”

3º) O tema da “cooperação” favorece o diálogo ecumênico. Para os católicos, a Imaculada Conceição é expressão radical da graça de Deus, a qual permite a Maria dar o seu sim ao desígnio do Senhor. Por outro lado, “os protestantes reconhecem que o dom da graça não dispensa Maria de responder livre e ativamente à vontade de Deus.”<sup>234</sup>

Apesar dos pontos que podem favorecer o diálogo ecumênico sobre a Imaculada Conceição, subsistem divergências relevantes na interpretação das Igrejas em relação ao papel e à situação de Maria em meio à humanidade. Os autores expõem as controvérsias protestantes mediante perguntas que repetem alguns princípios já expostos anteriormente, nesta seção. As dúvidas podem ser resumidas em uma questão fundamental: “Como conceber que Maria tenha podido ser beneficiada, por antecipação, da salvação que seria um dia realizada por seu Filho?” Da mesma forma, extraímos do texto a resposta católica indispensável e definitiva:

A doutrina católica da Imaculada Conceição [...] se compreende à luz do desígnio de Deus na história da salvação: para que Maria pudesse verdadeiramente pronunciar o fiat da Anunciação, Deus quis que fosse desde o começo tirada da maldição da falta original. [...] Maria não é santa desde o primeiro instante senão porque é beneficiada, por antecipação, pela santidade comunicada por seu Filho.<sup>235</sup>

<sup>234</sup> GRUPO DE DOMBES. **Maria no desígnio de Deus**, n. 269-270, 272.

<sup>235</sup> GRUPO DE DOMBES. **Maria no desígnio de Deus**, n. 273-274.

– *A Assunção de Maria*

A definição da Assunção de Maria, ao contrário da Imaculada Conceição, não foi marcada por tantas controvérsias, pois veio a confirmar uma devoção que remonta os Concílios de Éfeso (431) e de Calcedônia (451), a partir da afirmação de Maria como a *Theotokos*. No século VI, a Igreja já celebra a festa da “Dormição” de Maria que, no século VII, recebe uma fundamentação teológica cujo argumento aponta para a Assunção, porque “o corpo que trouxe e gerou virginalmente o Verbo incorruptível de Deus não pôde conhecer a corrupção da morte carnal.” Enquanto no Oriente permanece a festa da Dormição, o Ocidente passa a celebrar a Assunção de Maria.<sup>236</sup>

O percurso histórico do dogma é brevemente desenvolvido pelos autores do livro, que, logo nos parágrafos iniciais deste item, tratam da definição papal por Pio XII, em 1950, que foi apoiada pela quase unanimidade do episcopado. O documento magisterial sobre a Assunção de Maria “insere-se num contexto histórico que é caracterizado por um desenvolvimento crescente da piedade mariana, pela estruturação de um ‘movimento mariano’, assim como pela constituição desse novo ramo da teologia que é a ‘mariologia’.”<sup>237</sup>

Quanto ao problema relativo à reflexão teológica, três dificuldades são consideradas pelas Igrejas saídas da Reforma, no que se refere à doutrina: “não é atestada na Escritura, [...] é muitas vezes compreendida como um dom exclusivo de Deus a Maria, o que parece tirá-la da condição comum de todos os humanos. [...] Parece curioso que uma afirmação pertencente à fé não tenha recebido promulgação antes do século XX.”<sup>238</sup>

Os aspectos destacados no livro, visando à melhor compreensão do dogma, são os seguintes:

- exame do seu significado à luz da Ressurreição do Cristo, o Primogênito dentre os mortos, que eleva a própria Mãe à glória não por mérito pessoal dela, mas pela graça divina;

<sup>236</sup> GRUPO DE DOMBES. *Maria no desígnio de Deus*, n. 266.

<sup>237</sup> GRUPO DE DOMBES. *Maria no desígnio de Deus*, n. 252-255.

<sup>238</sup> GRUPO DE DOMBES. *Maria no desígnio de Deus*, n. 259.

- a palavra “corpo” entendida não como condição física destinada a perecer, “mas no sentido de uma dimensão que não cessa de ser intimamente ligada à identidade da pessoa humana”;

- a salvação esperada pelos cristãos, Deus a concede antecipadamente à Mãe de seu Filho;

- promulgação do dogma na festa de Todos os Santos, colocando Maria na comunhão dos santos.<sup>239</sup>

Chegamos à conclusão do tópico referente aos dogmas marianos. Aqui voltamos ao esquema original do livro de Dombes, que conclui a seção III sobre os dogmas católicos da Imaculada Conceição e da Assunção com um fecho conjunto. Os autores admitem que, enquanto os católicos inscrevem esses dogmas no princípio da “hierarquia das verdades”, os protestantes conservam restrições relativas à pertinência dessas doutrinas para o essencial da fé e para uma devoção verdadeiramente radicada no Evangelho. Todavia, de acordo com a proposta do livro, um consenso sempre pode ser admitido. Aqui ele se expressa em uma constatação conjunta:

Constatamos que essas divergências não atingem nossa comunhão na mesma fé no Cristo. De fato, estamos convencidos de que as afirmações atinentes à existência da Virgem – de seu começo a seu fim – devem ser sempre dirigidas à compreensão da pessoa do Cristo e da salvação que o Cristo nos trouxe.<sup>240</sup>

*d) A invocação de Maria e dos santos*

A quarta e última seção das Questões Controversas trata de um ponto difícil no contencioso relacionado ao culto mariano, sendo o termo “culto” considerado ambíguo, pois “o destinatário do culto é sempre Deus”. Por isso, os autores veem como teologicamente imprópria a oração a Maria e aos santos para que intercedam por nós junto a Deus. No que se refere a Maria, isto poderia sugerir uma “função de instrumento eficaz na economia da salvação ou uma cooperação de sua parte.” O que se encontra nos Reformadores é o louvor a Maria conforme o *Magnificat*: “Doravante as gerações todas me chamarão de bem-aventurada” (Lc 1,48). Os autores recomendam que a veneração a Maria e aos santos seja um louvor a Deus pela obra que realizou neles.<sup>241</sup>

<sup>239</sup> GRUPO DE DOMBES. *Maria no desígnio de Deus*, n. 261-262, 264-265.

<sup>240</sup> GRUPO DE DOMBES. *Maria no desígnio de Deus*, n. 275.

<sup>241</sup> GRUPO DE DOMBES. *Maria no desígnio de Deus*, n. 276-277, 279-280.

Os católicos, quando pedem a intercessão de Maria e dos santos, assim a definem:

Uma prece transmitida a Deus, o único que pode responder-lhe e atender segundo sua vontade. [...] Na comunhão dos santos, a oração, e especialmente a de intercessão, não implica nenhuma separação entre os que oram, aqueles por quem oram e aquele a quem se dirige essa oração. A intercessão é expressão de comunhão. É conversação infinita.<sup>242</sup>

Na prece de invocação, católicos e protestantes estão de acordo, conforme as Escrituras, em venerar a Virgem Maria e louvar a Deus por ela; também imitá-la como um exemplo e unir-se à sua oração de louvor ao Pai. Por outro lado, divergem no momento de invocá-la. Ao final das discussões sobre o tema, foi possível aos membros do Grupo formular em conjunto algumas convicções:

- Rejeitar qualquer limitação à absoluta soberania da graça;
- Não se fixar na questão dos irmãos e irmãs de Jesus, mas colocar-se à escuta dele, como Maria o fez, para acolher a sua salvação;
- Prosseguir juntos o caminho na comunhão dos santos;
- Manter “um idêntico olhar de fé sobre Jesus que nos incita a não nos separar por causa daquela que não esteve na origem de nossas divisões confessionais.”<sup>243</sup>

### **3.3.2. Propostas do Grupo de Dombes “Para a conversão das Igrejas”**

O último capítulo do livro de Dombes, que tomamos como título para esta seção, sugere as propostas do GD para a aproximação das Igrejas, no que se refere Maria. O texto se apresenta em duas seções, relativas à conversão católica e à conversão protestante. Ambas as seções são igualmente introduzidas pelas modalidades de conversão “de atitude” e “doutrinal”, nas quais são expostos os critérios que o GD considera válidos para promover a unidade. Conservamos, em nosso resumo, as duas seções originais e seus respectivos itens.

A nosso ver, o tema deste capítulo é o mais delicado do livro, pois convida a uma mudança de trajetória nas relações entre a Igreja Católica e as Igrejas da Reforma. Aqui o método original do GD, do qual o capítulo toma seu nome, se revela nas propostas concretas sobre o lugar que compete a Maria na fé cristã. O

<sup>242</sup> GRUPO DE DOMBES. *Maria no desígnio de Deus*, n. 281.

<sup>243</sup> GRUPO DE DOMBES. *Maria no desígnio de Deus*, n. 286, 288.

ecumenismo é recente e ainda muito desafiador. Somos confrontados com 450 anos de polêmicas, apaziguadas pelo diálogo apenas nos últimos 50 anos. Portanto, o percurso é lento e precisa ser feito com passos seguros.

Os autores do livro passam a tratar das necessidades de conversão, apresentando sugestões de mudança tanto de atitude como doutrinal. A exemplo do que já fizeram anteriormente, confrontam essas necessidades no âmbito da fé católica com aquelas no âmbito protestante.

A conversão católica, na perspectiva da atitude, deve começar por uma abertura à escuta mútua entre as Igrejas, de modo que possam ser mitigados os exageros e superados os reducionismos, nas suas respectivas origens. O primeiro e fundamental passo é reconhecer que eles existem, para que possam ser sanados. Com relação a isso, extraímos das propostas de conversão para os católicos a citação a seguir, mas existem colocações com finalidade semelhante nas propostas para os protestantes, às quais vamos nos referir no próximo item:

Geralmente a mentalidade protestante permanece estranha à devoção católica para com Maria. Mesmo que não se trate de alinhar as sensibilidades espirituais numa expressão idêntica, este olhar protestante obriga a uma verificação e a um aprofundamento.<sup>244</sup>

Identifica-se no livro uma tríplice função de Maria, que, a nosso ver, retrata com fidelidade a devoção popular católica:

- uma função de proximidade: ela é a mãe atenta a todos os seus filhos;
- uma função de defesa da identidade cultural: ela é celebrada sob os traços de cada povo em questão;
- uma função de proteção e de cura: ela é tida como capaz de libertar de todas as opressões e de todas as doenças.<sup>245</sup>

Quanto à evangelização popular, os autores recomendam um discernimento teológico e pastoral a fim de que sejam evitados desvios tais como configurar Maria à figura de uma deusa-mãe e fundamentar a fé apenas na relação afetiva com ela, o que pode, inclusive, reduzir o *sensus fidelium* a um sentimento religioso.

Aos teólogos católicos, recomenda-se uma nova colocação da doutrina sobre Maria, não mais como tratado isolado de “mariologia”, mas “integrada no

<sup>244</sup> GRUPO DE DOMBES. **Maria no desígnio de Deus**, n. 291.

<sup>245</sup> GRUPO DE DOMBES. **Maria no desígnio de Deus**, n. 292.

mistério de Cristo e da Igreja”, postura reconhecidamente positiva, iniciada pelo Concílio Vaticano II.<sup>246</sup>

A proposta de conversão doutrinal católica atinge os princípios da “cooperação” de Maria e dos dogmas da Imaculada Conceição e da Assunção. Já tendo sido amplamente esclarecidos os seus conteúdos no capítulo anterior, o GD agora se fixa no progresso do diálogo diante dessas questões. Sobre a “cooperação” de Maria, chegou-se a “um resultado suficiente para exprimir uma comunhão de fé”.

Para os dogmas modernos, não se vislumbra no livro a possibilidade de que sejam aceitos pelos protestantes. Por outro lado, os católicos podem recorrer à “hierarquia das verdades”, a fim de situá-los no contexto da fé. Além disso, outro aspecto a ser considerado é a proclamação desses dogmas posteriormente às separações da Igreja Ordoxa e das Igreja da Reforma, pois “o que não foi um problema de fé mas de opinião teológica na Igreja durante dezenove séculos não poderia ser estimado no século XX como um ponto separador.”<sup>247</sup>

O GD recorre a um posicionamento de Ratzinger sobre a Ortodoxia diante do primado romano, o qual, aplicado à questão de Maria, confirma a proposta acima. Pela importância da ideia e do autor, julgamos relevante citá-lo aqui: “Roma não deve exigir do Oriente, a respeito da doutrina do primado, mais do que aquilo que foi formulado e vivido durante o primeiro milênio.”<sup>248</sup>

A proposta do GD para um consenso sobre a questão dos dogmas apresenta-se assim:

A Igreja católica não faria da aceitação desses dois dogmas uma exigência prévia à plena comunhão entre as Igrejas. Pediria apenas aos parceiros com os quais reataria esta comunhão que respeitem o conteúdo desses dogmas, que não os julguem como contrários ao Evangelho nem à fé, mas que os considerem como consequências livres e legítimas de uma reflexão da consciência católica sobre a coerência da fé.<sup>249</sup>

No que se refere à virgindade perpétua de Maria, a aplicação do princípio da “hierarquia das verdades” também é recomendada, mas aponta-se uma ressalva para a questão que envolve o momento histórico. Ao contrário dos dogmas marianos modernos, a doutrina da virgindade perpétua era reconhecida pelos

<sup>246</sup> GRUPO DE DOMBES. *Maria no desígnio de Deus*, n. 292, 294.

<sup>247</sup> GRUPO DE DOMBES. *Maria no desígnio de Deus*, n. 295-297.

<sup>248</sup> RATZINGER, J. *Les principes de la théologie catholique*. Paris: Téqui, 1985, p. 222 apud GRUPO DE DOMBES. *Maria no desígnio de Deus*, n. 296.

<sup>249</sup> GRUPO DE DOMBES. *Maria no desígnio de Deus*, n. 298.

primeiros reformadores depois da separação, sendo que hoje muitos protestantes a rejeitam. Coloca-se a necessidade de aprofundar a discussão sobre o obstáculo que isso pode representar para a pertença a uma mesma Igreja.<sup>250</sup>

A proposta de conversão do culto mariano volta à questão da afetividade, à qual já aludimos (cf. Seção 3.2, §15 e Seção 3.2.1, §11). Aqui os autores recordam a correta perspectiva do Concílio Vaticano II, que “apresentou esta devoção como um fruto da fé e não o inverso”. Também fazem referência à MC, de Paulo VI, destacando sua importância para orientar corretamente a piedade popular na dimensão cristológica e eclesial. Reproduzem as quatro orientações de Paulo VI sobre a piedade mariana: bíblica, litúrgica, ecumênica e antropológica.<sup>251</sup>

O item relativo às orações trata brevemente da recitação do *Ângelus* e do Rosário, com as respectivas explicações sobre o valor do seu significado e conteúdo. É clara a finalidade de orientar os protestantes no assunto, postura sempre recomendada pelo GD para incentivar o mútuo conhecimento.<sup>252</sup>

Segue-se um ponto bastante polêmico, que são as aparições. O item se destina, na maior parte, a justificá-las mediante a doutrina católica. Para isso, os autores valem-se do conceito de “revelações privadas”, enfatizando a prudência da Igreja e a liberdade dos fiéis em relação a elas, pois não são matéria de fé: “Elas não acrescentam nada à única revelação, mas podem ser-lhe um humilde apelo.”<sup>253</sup>

Como consequência lógica e imediata desse penúltimo item, o livro finaliza a seção sobre “A conversão católica” com recomendações a respeito da pregação e catequese. Estas recomendações versam, principalmente, sobre a necessidade de evitar exageros e desvios no culto e na devoção popular, e também os abusos no discurso teológico e pastoral. O centro da fé deve ser o Cristo, que nos leva a uma reta devoção mariana.<sup>254</sup>

Para a conversão protestante, na perspectiva da atitude, os autores vislumbram um caminho em dois planos: o primeiro, propõe reconhecer que a piedade mariana de um irmão não é motivo para uma ruptura da comunhão de fé, até porque a importância de Maria na vida da Igreja Católica não ocupa o centro

<sup>250</sup> GRUPO DE DOMBES. *Maria no desígnio de Deus*, n. 301-302.

<sup>251</sup> GRUPO DE DOMBES. *Maria no desígnio de Deus*, n. 303-306.

<sup>252</sup> GRUPO DE DOMBES. *Maria no desígnio de Deus*, n. 307.

<sup>253</sup> GRUPO DE DOMBES. *Maria no desígnio de Deus*, n. 308-309, 311.

<sup>254</sup> GRUPO DE DOMBES. *Maria no desígnio de Deus*, n. 313-314.

da fé. O segundo plano é uma indagação sobre o silêncio protestante a respeito de Maria e o prejuízo que isso pode trazer à relação com Cristo. Neste ponto, reconhece-se “uma forma de autocensura que não respeita nem a posição dos Reformadores, nem o lugar de Maria na história da salvação.”<sup>255</sup>

O outro olhar dos autores para a questão tem um cunho positivo, quando citam textos protestantes que recomendam uma doutrina sobre Maria como necessária à fé e à teologia. Não se trata apenas de um “compromisso ecumênico”, mas de “uma volta à Maria dos evangelhos e à marca de uma maior fidelidade às escrituras.”<sup>256</sup>

No que se refere à conversão doutrinal, o livro repassa as questões controversas, já bastante mencionadas, mas que aqui ganham um conjunto de proposições na busca de solucionar as divergências.

Sobre a “cooperação” de Maria, considera-se que uma releitura atenta das Escrituras pode levar ao reconhecimento de que ela é “o exemplo decisivo e perfeito do sim que deve pronunciar a fé cristã”, “modelo do crente justificado pela fé e não pelas obras” e “figura [...] do povo de Deus na terra em marcha para o Reino, nossa irmã”. Levando adiante a proposta, os autores manifestam uma expectativa mais ousada sobre Maria. Uma vez que ela é “figura da Igreja” e está conosco na comunhão dos santos, torna-se também “nossa mãe e todos nós nos tornamos seus filhos” (cf. Lutero, pregação do ano 1522).<sup>257</sup>

Os dois dogmas católicos recentes recebem dos membros do GD uma abordagem bastante conciliadora. Os membros protestantes, embora não creiam nesses dogmas, aceitam que os irmãos católicos o façam, conforme afirmam no livro: “Esses dogmas não causam divergência separatista. Os protestantes do GD acham por sua parte que uma volta à plena comunhão que mantivesse de cada lado uma liberdade respeitosa das posições do parceiro é totalmente concebível.” A posição relativa à virgindade perpétua é mais vaga, em função das dificuldades já apresentadas (cf. nota de rodapé n. 250). Todavia, encontramos um aspecto positivo no reconhecimento respeitoso que os protestantes têm quanto à fé comum das origens sobre essa doutrina.<sup>258</sup>

<sup>255</sup> GRUPO DE DOMBES. *Maria no desígnio de Deus*, n. 315, 317, 320.

<sup>256</sup> GRUPO DE DOMBES. *Maria no desígnio de Deus*, n. 319.

<sup>257</sup> GRUPO DE DOMBES. *Maria no desígnio de Deus*, n. 323-324.

<sup>258</sup> GRUPO DE DOMBES. *Maria no desígnio de Deus*, n. 326-327.

O papel de Maria no louvor e na oração cristã suscita uma série de propostas aos protestantes, sob a forma de perguntas, estilo típico do GD quando faz colocações destinadas a interpelar os cristãos de qualquer confissão. Considerando que tais propostas são bastante detalhadas, vemos nisto uma posição favorável ao diálogo. Por outro lado, ao invés de citá-las uma a uma, optamos por transcrever a seguinte proposição dos autores, que as resume adequadamente: “Os protestantes têm ainda de dar um verdadeiro lugar, doutrinal e litúrgico, a Maria no mistério da salvação e na comunhão dos santos. Farão assim uma obra útil na busca de comunhão entre nossas Igrejas e se situarão melhor na grande tradição de toda a Igreja.”<sup>259</sup>

Segue-se a conclusão final do livro, à qual está associada a dimensão do “envio”. Fiéis ao seu arranjo inicial, os autores chegam ao termo da obra enumerando os pontos de consenso encontrados nas reflexões do GD. Estas foram desenvolvidas segundo os enfoques histórico, bíblico e doutrinal, e dentro dos critérios encontrados na aceitação unânime do símbolo da fé e nos progressos para uma interpretação comum da Sagrada Escritura.

O saldo positivo dessas reflexões foram as propostas de conversão, que se tornaram viáveis justamente por não serem encontradas “incompatibilidades irreduzíveis, a despeito de reais divergências teológicas e práticas”. O critério comum a ser seguido é “que Maria não seja jamais separada de seu Filho [...] e glorifique em seu Filho seu Salvador e o nosso.”<sup>260</sup>

Ainda dentro do arranjo adotado pelo GD, as considerações finais referem-se às dificuldades que subsistem no diálogo sobre Maria. Para os protestantes, permanecem fontes de questionamento “o apelo à tradição, ao desenvolvimento do dogma e à função do magistério”. Os católicos, por sua vez, encontram dificuldade em “uma leitura protestante demasiadamente estrita do testemunho da Escritura” e “uma resistência de ordem afetiva, secularmente mantida por perpétuas controvérsias sobre a Virgem Maria”.<sup>261</sup>

Ao contrário das apresentações longas e explanatórias das duas partes que compõem o texto, a conclusão é pequena e simples. No entanto, tem o mérito de confirmar tudo o que o texto afirmou e sugeriu, como que validando o que viria a

<sup>259</sup> GRUPO DE DOMBES. *Maria no desígnio de Deus*, n. 329.

<sup>260</sup> GRUPO DE DOMBES. *Maria no desígnio de Deus*, n. 335, 337.

<sup>261</sup> GRUPO DE DOMBES. *Maria no desígnio de Deus*, n. 336.

ser considerado um trabalho pioneiro no campo do ecumenismo e, sem dúvida, também da mariologia. De tudo o que foi exposto, destacamos a palavra dos autores que expressa a finalidade maior desta nossa dissertação: “Nada em Maria permite fazer dela o símbolo do que nos separa.”<sup>262</sup>

Ao final do livro, encontram-se ainda dois apêndices. O primeiro apresenta os enunciados dos dogmas da Imaculada Conceição e da Assunção, com suas interpretações. O segundo contém, conforme o próprio título, um “Pequeno florilégio de preces de diversas Igrejas do Ocidente (não incluída a Igreja Católica) inserindo Maria em sua súplica a Deus”.<sup>263</sup>

O aprofundamento dos temas tratados no livro *Maria no desígnio de Deus e a Comunhão dos Santos*, que empreendemos através do resumo apresentado neste capítulo, confirma o pioneirismo e algumas intuições muito próprias do GD no âmbito do ecumenismo. A importância que essa obra adquiriu para fundamentar o diálogo, sobretudo com os protestantes, justifica o enfoque escolhido para o próximo capítulo, no qual serão ampliadas as perspectivas da mesma obra.

---

<sup>262</sup> GRUPO DE DOMBES. *Maria no desígnio de Deus*, n. 336.

<sup>263</sup> GRUPO DE DOMBES. *Maria no desígnio de Deus*, p. 179-188.

## 4

### Aproximações para o livro de Dombes

O GD, desde a sua criação, assumiu o desafio de aprofundar o diálogo com os protestantes, o que se expressa nas suas discussões e documentos, inclusive no livro *Maria no desígnio de Deus e a Comunhão dos Santos*, objeto de nosso estudo no capítulo 3 desta dissertação.

Nesse livro podemos perceber a forte influência da virada ecumênica realizada pelo Concílio Vaticano II, com a abertura da Igreja ao diálogo com outras denominações cristãs. Assim, a temática da primeira seção deste nosso capítulo será dedicada a comparar o livro mariano de Dombes e o Capítulo VIII da LG.

Algumas perspectivas trazidas pelo livro aparecem também no desenvolvimento de outras iniciativas de diálogo, como veremos na segunda seção deste capítulo. Nela abordaremos uma experiência de diálogo ecumênico institucional com os anglicanos, através da ARCIC, e outra experiência, em nível confessional, com a Federação Luterana Mundial.

A terceira seção conclui este capítulo com a menção a outras perspectivas no diálogo ecumênico sobre Maria, a partir do olhar sobre a relevância da figura dela para a contemporaneidade.

#### 4.1. Comparação entre o livro de Dombes e o capítulo VIII da *Lumen Gentium*

Neste nosso trabalho, já tratamos amplamente da importância do Concílio Vaticano II para o ecumenismo, de modo que podemos considerar esse evento eclesial um divisor de águas no diálogo da Igreja Católica com as outras Igrejas cristãs. No período anterior ao Concílio Vaticano II, havia uma preocupação com a unidade dos cristãos, porém a perspectiva dessa unidade, do ponto de vista católico, resumia-se a um retorno dos “dissidentes” à Igreja. Não se reconhecia valor algum às outras denominações, nas quais só se encontravam erros, que deviam ser apontados e corrigidos, pois tais comunidades, consideradas carentes da graça, jamais poderiam conduzir à salvação por si mesmas. Prevalencia a ideia

de um simples retorno para a comunhão na unidade. Esse método ficou conhecido como “unionismo”.<sup>264</sup>

As evidentes limitações de tal método obrigaram a uma nova abordagem da questão, que a segunda metade do século XX viu surgir com o Concílio Vaticano II, cuja índole é fundamentalmente ecumênica (cf. notas de rodapé n. 103-104, 106, 134). Não se tratava mais de buscar a uniformidade, mas a unidade na forma de uma comunhão, para a qual se procura partir de elementos básicos já reconhecidos como comuns, e que suscitam o desejo de progredir nessa unidade até que ela se torne plena.

Esta breve abertura da presente seção assume o risco de ser repetitiva em relação a tudo o que já tratamos nesta dissertação sobre a perspectiva ecumênica do Concílio Vaticano II. Todavia, os dois parágrafos anteriores se prestam justamente a fazer o contraste com os novos passos que o Concílio traçou para a Igreja, assim descritos por Villar:

A partir desta perspectiva ecumênica, a renovação conciliar foi inspirada por um princípio formal que podemos chamar “princípio de catolicidade”. [...] A catolicidade é a capacidade da Igreja para integrar em sua vida, práxis e doutrina todos os valores genuinamente evangélicos presentes nas comunidades cristãs separadas, também aqueles que provocaram em seu momento as rupturas doutrinárias porque foram afirmados de maneira unilateral e polêmica, às vezes não sem culpa das partes implicadas.<sup>265</sup>

Inserido nesse contexto, o GD desenvolve no seu livro *Maria no desígnio de Deus e a Comunhão dos Santos* a questão de Maria no século XX, para a Igreja Católica, demarcando-a segundo os períodos anterior e posterior ao Concílio Vaticano II, dentro do capítulo sobre “As lições da história” (cf. nota de rodapé n. 196). Os autores detêm-se, inclusive, em uma breve descrição do conteúdo do Capítulo VIII da LG, que consideram “redigido com uma grande sobriedade”. Este é um traço que agrada à sensibilidade protestante, em contraste com uma devoção mais exuberante, que poderia tender para o exagero.<sup>266</sup>

Julgamos, portanto, pertinente a comparação que pretendemos realizar entre o livro de Dombes sobre Maria e o Capítulo VIII da LG. Nosso esboço seguirá uma proposta de Meo, conforme o texto de sua autoria sobre o documento mariano do Concílio, publicado como verbete do *Dicionário de Mariologia*.

<sup>264</sup> VILLAR, J. R. Dimension ecumenica del Vaticano II, p. 93.

<sup>265</sup> VILLAR, J. R. Dimension ecumenica del Vaticano II, p. 96.

<sup>266</sup> GRUPO DE DOMBES. *Maria no desígnio de Deus*, n. 100-102.

Trata-se de uma reflexão bem abrangente, da qual já nos valemos a propósito dos critérios teológicos que orientaram a elaboração da doutrina do Vaticano II, identificados por Meo no mesmo verbete (cf. nota de rodapé n. 113).

#### 4.1.1. Na relação entre Maria e Cristo

Nas duas próximas subdivisões da seção 4.1, interessa-nos, particularmente, a síntese doutrinal que Meo faz do Capítulo VIII da LG, em três partes: Maria e Cristo – Maria e a Igreja – O culto a Maria.<sup>267</sup> Vejamos como esses tópicos repercutem nos temas do livro de Dombes. Ressalvamos que não existe uma sequência em comum nas duas obras, nem no texto original do Capítulo VIII. Por isso, as semelhanças são identificadas segundo as temáticas propostas por Meo, confirmadas na LG e destacadas conforme seu aparecimento pontual no livro de Dombes.

Assim, nossa seção 4.1 foi dividida em dois itens, que tratam de “Maria e Cristo” e de “Maria e a Igreja”. O terceiro tema, “O culto a Maria”, também é bastante desenvolvido pelo autor, no seu verbete. No entanto, como a questão do culto mariano recebe um tratamento mais resumido no livro de Dombes, seguiremos essa mesma perspectiva no nosso texto, apresentando os comentários ao culto mariano no final da seção 4.1.2. Levamos também em consideração a lógica de que o culto a Maria decorre de sua presença na Igreja e na devoção popular.

Uma primeira aproximação que encontramos na comparação entre o livro de Dombes e o Capítulo VIII da LG é o título do livro: *Maria no desígnio de Deus e a Comunhão dos Santos*, cujos eixos vertical e horizontal apontam para a proximidade de Maria com Cristo e com a Igreja, respectivamente (cf. nota de rodapé n. 172). Do ponto de vista católico e, portanto, segundo o pensamento dos padres conciliares, o livro busca uma integração da Mariologia com a Cristologia e com a Eclesiologia. Do ponto de vista protestante, essa integração pode contribuir para melhor situar e destacar o papel de Maria na história da salvação. Os membros de Dombes apontam aí um critério comum para a conversão das Igrejas:

---

<sup>267</sup> MEO, S. Concílio Vaticano II, p. 302-306.

Encontrando Maria presente no desígnio de Deus e na origem mesma da comunhão dos santos, cremos ser chamados uns e outros, com a nuvem de testemunhas da história da salvação, a uma permanente conversão a Jesus, o Cristo, “concebido do Espírito Santo e nascido da Virgem Maria”.<sup>268</sup>

A síntese doutrinal que Meo faz do Capítulo VIII da LG, conforme mencionamos, começa por abordar “Maria e Cristo”. Segundo este autor, a união entre a Mãe e o Filho é vista pelo documento, para além do “aspecto biológico-genético da maternidade divina”, como a participação de Maria na história da salvação. São três os atributos de Maria destacados por Meo a partir desse enfoque: *Mãe do Salvador*, *Sócia do Redentor* e *Serva do Senhor*. Seguiremos essa abordagem, de acordo com o texto.

*a) Mãe do Salvador*

Conforme indicado por Meo, o título deste item aponta para uma realidade que se refere não apenas à “mãe que, por virtude do Espírito Santo, concebe e gera o Verbo de Deus, feito homem, virginalmente, mas é também a mãe do Salvador como tal, a quem presta cooperação materna constante.”<sup>269</sup>

A virgindade da Mãe é o sinal dos tempos messiânicos que o Filho veio inaugurar. O Capítulo VIII da LG reconhece em Maria a “excelsa filha de Sião”, que acolhe a intervenção de Deus para o nascimento de seu Filho, “cooperando para a salvação humana com livre fé e obediência”, e acrescenta que “esta união entre Mãe e Filho na obra da salvação manifesta-se desde o tempo da virginal conceição de Cristo até Sua morte.”<sup>270</sup>

O livro de Dombes, no capítulo “O testemunho da Escritura e a Confissão da fé”, desenvolve amplamente esse reconhecimento de Maria na Sagrada Escritura como filha de Israel, mulher situada no seu tempo e na história de seu povo. Além disso, é Mãe que concebe virginalmente o Filho de Deus, como obra da graça que suscita o seu “sim”. Conforme o esquema do livro, que trabalha o “testemunho da Escritura” a partir dos artigos da “confissão de fé”, “Maria é mencionada [no Símbolo dos Apóstolos] em razão da função que desempenhou

<sup>268</sup> GRUPO DE DOMBES. *Maria no desígnio de Deus*, n. 337.

<sup>269</sup> MEO, S. Concílio Vaticano II, p. 302.

<sup>270</sup> LG, n. 55-57.

no mistério da salvação para o qual foi escolhida. Maria, virgem, mãe e serva, nos precede na fé no Verbo encarnado.”<sup>271</sup>

*b) Sócia do Redentor*

Meo destaca, neste item, o fato de que Maria é a pessoa mais qualificada para colaborar na redenção do gênero humano justamente porque ela foi a primeira redimida em previsão dos méritos do Filho. A menção implícita ao dogma da Imaculada Conceição em nada diminui o argumento antropológico da cooperação como resposta humana ao plano divino, e não como sociedade entre iguais. “Maria deve ser considerada verdadeira sócia do Redentor, como aquela que expressa, pela primeira vez e de modo mais perfeito, a resposta humana ao plano redentor de Deus realizado pelo Cristo.”<sup>272</sup>

O tema da cooperação de Maria com a obra da salvação realizada por Jesus Cristo é um dos pontos mais importantes para o enfoque ecumênico do Capítulo VIII da LG. É uma via escolhida pelos padres conciliares para evitar as polêmicas e ambiguidades ligadas a outros títulos marianos. Na única ocasião em que se refere a eles, o Capítulo VIII acrescenta um esclarecimento: “A Bem-aventurada Virgem Maria é invocada na Igreja sob os títulos de Advogada, Auxiliadora, Adjutriz, Medianeira. Isto, porém, se entende de tal modo que nada derogue, nada acrescente à dignidade e eficácia de Cristo, o único Mediador.”<sup>273</sup>

Os comentários dos autores de Dombes sobre o tema da cooperação de Maria aparecem na segunda parte do livro, dedicada às “Questões controversas”, e constituem toda uma seção desse capítulo, conforme já apresentamos em nosso resumo da obra. Consideramos que aquela aprofundada explanação nos exime de maiores desenvolvimentos neste tópico, restando enfatizar que se trata de um importante ponto de convergência com o Capítulo VIII da LG, inclusive citado no livro:

O termo “cooperação”, porém, é mantido pelos textos oficiais católicos, como o Capítulo VIII da *Lumen Gentium* (n. 56), cuja intenção ecumênica é evidente. Ele exprime algo de muito caro à tradição católica, sendo entendido que “cooperar”, para uma criatura humana, é sempre “responder” na fé, esperança e caridade. Não há, então, forçosamente uma oposição entre a “cooperação” no sentido católico

<sup>271</sup> GRUPO DE DOMBES. *Maria no desígnio de Deus*, n. 157.

<sup>272</sup> MEO, S. Concílio Vaticano II, p. 302-303.

<sup>273</sup> LG, n. 62.

assim expresso e a “resposta reconhecida do homem ao dom perfeito” (Jean Bosc), afirmada do lado protestante.<sup>274</sup>

### c) *Serva do Senhor*

Nesse aspecto da união de Maria com seu Filho, Meo enfatiza a novidade do texto conciliar para aquela época, o qual não se detém na descrição triunfalista da grandeza de Maria por ser Mãe de Deus. Ao contrário, o texto se mostra fiel à espiritualidade que a própria Maria manifesta ao se definir como “serva do Senhor”, nas ocasiões em que responde ao anúncio do anjo e canta o *Magnificat* (cf. Lc 1,38.48). Na sua qualidade de serva, está a verdadeira dignidade de Maria, conforme Meo reconhece: “Nessa espiritualidade da serva do Senhor está toda a grandeza humana, moral e religiosa da sua maternidade divina e da sua cooperação na obra redentora de Cristo.”<sup>275</sup>

O parágrafo precedente explicita esse aspecto importante do Capítulo VIII da LG, que perpassa o documento e se encontra condensado com clareza na afirmação de que Maria “consagrou-se totalmente como serva do Senhor à pessoa e obra de seu Filho, servindo sob Ele e com Ele, por graça de Deus onipotente, ao mistério da redenção.”<sup>276</sup>

A peculiaridade de Maria como serva também aparece no livro de Dombes, em suas diversas colocações relativas ao papel dela na história da salvação. São afirmações que se encontram dispersas no texto, mas que podemos sintetizar no seguinte trecho, extraído de um dos comentários do livro sobre o Capítulo VIII da LG:

A função de Maria na encarnação e na redenção é apresentada como a de uma “associada” e de uma humilde serva a quem a graça de Deus permitiu “cooperar” na salvação por sua obediência, pela peregrinação de sua fé, por sua esperança e sua caridade, desde o *Fiat* da anunciação até o “consentimento” da cruz.<sup>277</sup>

#### 4.1.2. Na relação entre Maria e a Igreja

A segunda parte da síntese doutrinal de Meo relativa ao Capítulo VIII da LG trata de “Maria e a Igreja”. Nela, o autor descreve os seguintes papéis de Maria: *Função materna para a Igreja, Figura da maternidade virginal, Modelo de*

<sup>274</sup> GRUPO DE DOMBES. *Maria no desígnio de Deus*, n. 212.

<sup>275</sup> MEO, S. Concílio Vaticano II, p. 303.

<sup>276</sup> LG, n. 56.

<sup>277</sup> GRUPO DE DOMBES. *Maria no desígnio de Deus*, n. 102.

*virtude para a Igreja e Imagem e começo da Igreja escatológica.* Vamos abordá-los na mesma sequência e identificá-los no livro de Dombes. Ao contrário da variedade de trechos que conseguimos identificar para o tema “Maria e Cristo” nesse livro, as alusões ao tema “Maria e a Igreja” aparecem em número bem menor. Atribuímos isso à dificuldade de se abordar o papel de Maria junto aos cristãos, em âmbito ecumênico.

*a) Função materna para a Igreja*

Conforme Meo afirma, com base no Capítulo VIII da LG, a função materna de Maria para a Igreja surge de sua cooperação com a obra salvífica de seu Filho para a humanidade, pois dessa obra nascem os novos irmãos de Cristo. Essa maternidade opera através da intercessão de Maria por nós, e abarca também a sua oração pela unidade dos cristãos.<sup>278</sup>

A interpretação de Meo sobre essa questão é bastante elucidativa, de modo que só nos resta corroborá-la com uma citação do Capítulo VIII da LG a respeito: “Assim, de modo inteiramente singular, pela obediência, fé, esperança e ardente caridade, ela [Maria] cooperou na obra do Salvador para a restauração da vida sobrenatural das almas. Por tal motivo ela se tornou para nós mãe na ordem da graça.”<sup>279</sup>

Por outro lado, devemos voltar ao pensamento de Meo para registrar uma observação pertinente à ausência do título de Mãe da Igreja, no documento conciliar:

Na LG o concílio, mesmo chamando Maria de mãe amantíssima, mãe dos homens, mãe dos fiéis, mãe da graça, evitou designá-la como mãe da Igreja, para que não se pensasse que Maria havia de algum modo gerado a Igreja, isto é, que esta tivesse nascido dela (LG 60-62).<sup>280</sup>

À guisa de esclarecimento, registramos que o Concílio Vaticano II atribuiu a Maria o título de “Mãe da Igreja” por meio de intervenção pessoal do Papa Paulo VI, no discurso de encerramento da terceira sessão do Concílio, com a seguinte proclamação:

Portanto, para glória da Virgem e para nosso conforto, proclamamos Maria Santíssima «Mãe da Igreja», isto é, de todo o Povo de Deus, tanto dos fiéis como

<sup>278</sup> MEO, S. Concílio Vaticano II, p. 303.

<sup>279</sup> LG, n. 61.

<sup>280</sup> MEO, S. Concílio Vaticano II, p. 304.

dos pastores, que lhe chamam Mãe amorosíssima; e queremos que com este título suavíssimo seja a Virgem doravante honrada e invocada por todo o povo cristão.<sup>281</sup>

A função materna de Maria em relação à Igreja é tratada no livro de Dombes de forma muito discreta. No artigo terceiro, que trata de “Maria na Comunhão dos Santos”, dentro do Capítulo II sobre “O testemunho da Escritura e a confissão da fé”, os ecumenistas de Dombes assumem uma posição renovadora quanto a Maria, ao considerarem que ela reúne os crentes justificados pela graça e realiza a unidade do Corpo de Cristo, na terra e nos céus. No entanto, não reconhecem sua função materna para com os discípulos.<sup>282</sup> Tal função somente é afirmada no segundo artigo do Capítulo citado, no ensejo do comentário sobre o Evangelho de João:

O evangelho de João articula os três elementos, [...] segundo uma gradação teológica: partindo de Maria “mãe de Jesus”, passa por Maria “mulher”, para chegar a Maria “mãe dos discípulos”, de uma maternidade nova, de uma outra ordem que a primeira e que a Igreja confessa com ele.<sup>283</sup>

*b) Figura da maternidade virginal*

A ideia de figura da maternidade virginal que Meo nos apresenta refere-se a Maria como protótipo da Igreja, pois “no mistério da Igreja que, com razão, é chamada mãe-irmã, Maria é a primeira que, de maneira eminente e singular, vive a maternidade virginal, e por isso representa a figura da própria igreja.”<sup>284</sup>

A fidelidade desse comentário ao texto do Capítulo VIII é evidente, no confronto da citação acima com o seguinte trecho que extraímos do documento conciliar, referindo-se a Maria:

Por certo a Igreja, contemplando-lhe a arcana santidade, imitando-lhe a caridade e cumprindo fielmente a vontade do Pai, mediante a palavra de Deus recebida na fé, torna-se também ela mãe. Pois pela pregação e pelo batismo ela gera para a vida nova e imortal os filhos concebidos do Espírito Santo e nascidos de Deus. Ela é também a virgem que íntegra e puramente guarda a palavra dada ao Esposo.<sup>285</sup>

Já no livro de Dombes, a maternidade de Maria em relação à Igreja somente é evocada à luz do pensamento de Lutero, que a considera “figura da Igreja”,

<sup>281</sup> PAULO VI, Papa. **Discurso na clausura da terceira sessão do Concílio Ecumênico Vaticano II**, 21 de Novembro de 1964. Disponível em: <[https://w2.vatican.va/content/paul-vi/pt/speeches/1964/documents/hf\\_p-vi\\_spe\\_19641121\\_conclusions-iii-sessions.html](https://w2.vatican.va/content/paul-vi/pt/speeches/1964/documents/hf_p-vi_spe_19641121_conclusions-iii-sessions.html)>. Acesso em: 06 out. 2018.

<sup>282</sup> GRUPO DE DOMBES. **Maria no desígnio de Deus**, n. 191.

<sup>283</sup> GRUPO DE DOMBES. **Maria no desígnio de Deus**, n. 184.

<sup>284</sup> MEO, S. Concílio Vaticano II, p. 304.

<sup>285</sup> LG, n. 64.

“mãe de cada membro da Igreja” e “mãe da Igreja de todos os tempos”.<sup>286</sup> Nessa mesma linha, o livro recomenda, como um dos temas para a conversão doutrinal dos protestantes, a volta à fé dos reformadores, citando também Lutero :

Na trilha dos Reformadores, poderiam ver em Maria, Mãe do Senhor, aquela que só por sua resposta ativa “cooperou” na salvação, e ilustra assim de maneira exemplar a santificação de todo cristão; pois, enquanto “figura da Igreja” e na comunhão dos santos, Maria se torna “nossa mãe e todos nós nos tornamos seus filhos”. (Pregação do ano 1522, cf. Kirchenpostille, WA, t. X/I/1).<sup>287</sup>

*c) Modelo de virtude para a Igreja*

O conceito da exemplaridade de Maria em relação à Igreja, apresentado no Capítulo VIII da LG, é desenvolvido por Meo a partir da ideia de “primeira discípula de Cristo e perfeita cristã”. Sobre ela, o autor enumera “os principais pontos de referência e de imitação mariana para a igreja histórica”, que consistem “no caminho da fé, da esperança, da caridade, da perfeita obediência à vontade de Deus.” A Igreja também deve percorrer esse caminho ao longo da sua história, buscando, como a Virgem, conformar-se ao Cristo e anunciar a salvação, em vista da realização do Reino de Deus.<sup>288</sup>

A ideia expressa no parágrafo anterior explicita e desenvolve o conteúdo do documento conciliar, do qual extraímos este trecho essencial ao tema do modelo mariano:

Piedosamente nela [Maria] meditando e contemplando-a à luz do Verbo feito homem, a Igreja penetra com reverência mais profundamente no sublime mistério da Encarnação, assemelhando-se mais e mais ao esposo. Pois Maria, entrando intimamente na história da salvação, une em si de certo modo e reflete as supremas normas da fé.<sup>289</sup>

Outro trecho que também poderia ser referido aqui é aquele já citado com a nota de rodapé n. 285, que contém aspectos tanto sobre a maternidade quanto sobre a exemplaridade de Maria.

Os ecumenistas de Dombes, no capítulo dedicado às “Questões controversas”, assumem que protestantes e católicos concordam, dentre outros pontos, na aceitação de Maria como modelo para a Igreja: “Eles também estão de

<sup>286</sup> GRUPO DE DOMBES. *Maria no desígnio de Deus*, n. 57.

<sup>287</sup> GRUPO DE DOMBES. *Maria no desígnio de Deus*, n. 324.

<sup>288</sup> MEO, S. Concílio Vaticano II, p. 304.

<sup>289</sup> LG, n. 65.

acordo em dizer que é preciso *imitá-la* e considerá-la como um exemplo, especialmente unindo-se a sua oração e a seu louvor ao Pai.”<sup>290</sup>

*d) Imagem e começo da Igreja escatológica*

A última abordagem tipológica que o Concílio faz sobre Maria refere-se à Assunção gloriosa aos céus, onde ela nos precede e anuncia a glória da futura Igreja escatológica. Portanto, o que reconhecemos em Maria como um privilégio, tem uma destinação eclesial. Assim Meo afirma essa doutrina:

A assunção da Virgem, portanto, além de ter significado de privilégio para a pessoa dela, tem também e sobretudo significado e finalidade especificamente eclesiais. É privilégio mariano somente quanto ao tempo e ao modo como se realizou [...], mas quanto à essência do acontecimento salvífico, isto é, à elevação integral do ser humano à glória, é privilégio completamente eclesial, porque é toda a igreja que é convidada à glória final.<sup>291</sup>

Os dois pequenos parágrafos finais do Capítulo VIII da LG que tratam desse tema (n. 68-69) têm uma profundidade capaz de alimentar as reflexões mais expandidas de Meo, como na citação anterior. Isto ocorre com todo o Capítulo VIII, de cujo texto o autor extrai belas intuições teológicas, e mesmo místicas.

O documento conciliar conclui o Capítulo VIII referindo-se à consumação dos tempos e, ao mesmo tempo, firmando nessa certeza a nossa esperança, conforme podemos ler no trecho seguinte: “A Mãe de Jesus, tal como está nos céus já glorificada de corpo e alma, é a imagem e o começo da Igreja como deverá ser consumada no tempo futuro.” Destacamos, ainda, como contribuição ao tema da nossa dissertação, a súplica que os padres conciliares fazem à intercessão de Maria junto a seu Filho, na Comunhão dos Santos, “até que todas as famílias dos povos, tanto as que estão ornadas com o nome de cristão, como as que ainda ignoram o seu Salvador, sejam felizmente congregadas na paz e concórdia, no único povo de Deus.”<sup>292</sup>

Neste ponto em que acabamos de tratar do dogma da Assunção de Maria, conforme a LG, recordamos que já foram registradas no livro de Dombes e amplamente comentadas neste nosso trabalho as dificuldades que os dogmas marianos mais recentes trouxeram para o diálogo ecumênico. Todavia, os membros do GD conseguiram uma aproximação entre católicos e protestantes

<sup>290</sup> GRUPO DE DOMBES. *Maria no desígnio de Deus*, n. 286.

<sup>291</sup> MEO, S. Concílio Vaticano II, p. 304.

<sup>292</sup> LG, n. 68-69.

nesse contencioso, a qual nos parece bastante criativa, ao respeitar as diferenças confessionais e, ao mesmo tempo, encontrar pontos de convergência. Optamos por transcrever todo o parágrafo que trata do assunto, em virtude de sua importância:

Aderir a um dogma é uma coisa, outra coisa é compreendê-lo em seu sentido antropológico e teológico. Neste espírito propomos algumas reflexões que *descrevem* esta significação. Conscientes das dificuldades em jogo, pensamos, uns e outros, que convém antes de tudo examinar o dogma da Assunção à luz da Ressurreição do Cristo. Esta procede de uma iniciativa absoluta de Deus que, tirando seu Filho do túmulo, fez dele o Primogênito dentre os mortos. A Assunção significa neste ponto de vista que Maria, não por mérito pessoal, mas em virtude da graça divina, já conheceu o destino final dos que pertencem ao Cristo e são ressuscitados nele.<sup>293</sup>

Na terceira parte da síntese doutrinal de Meo para o Capítulo VIII da LG, encontram-se as reflexões sobre “O culto a Maria”, as quais resumimos, a seguir, conforme enumeradas pelo autor:

*a) O fundamento, a natureza e a finalidade do culto a Maria*

O fundamento é constituído pelo tríplice título da maternidade divina, da associação aos mistérios, de Cristo, da santidade excelsa de Maria. [...] Sobre a verdadeira natureza deste culto, o concílio insiste em afirmar que ele é essencialmente diferente do culto de adoração devido ao Pai, ao Verbo encarnado, ao Espírito Santo. [...] Quanto à finalidade desse culto, o texto sublinha que ele não é fim em si mesmo, mas propedêutico, isto é, destinado a promover e guiar o sentido religioso dos homens para que prestem o devido culto de adoração a Cristo e a Deus.

*b) As suas características e formas diversas*

São quatro as características mediante as quais a devoção a Maria se exprime: o amor, a veneração, a invocação, a imitação. [...] A propósito das várias formas que a devoção pode assumir, o concílio recomenda e promove arduamente, com viva exortação, a devoção que se acha expressa no próprio culto litúrgico da igreja.

*c) Normas pastorais corretivas*

O cap. VIII da LG se limita a enunciar princípios normativos de caráter geral [...]. Todos os fiéis são exortados a promover o culto à bem-aventurada Virgem, especialmente o litúrgico, e a ter estima pelas práticas e exercícios de piedade marianos aprovados pelo magistério. [...] Os teólogos e os pregadores são exortados, em tudo o que dizem ou escrevem de Maria, a evitar tanto os exageros quanto as reduções. [...] Evitem, com palavras e fatos, induzir em erro os irmãos separados no que tange à verdadeira doutrina sobre Maria assim como é considerada pela Igreja.<sup>294</sup>

A seção do documento conciliar denominada “O culto da bem-aventurada Virgem Maria na Igreja” consta apenas de dois parágrafos (n. 66-67), os quais alimentam com sua fecundidade a longa explanação de Meo, que acabamos de

<sup>293</sup> GRUPO DE DOMBES. *Maria no desígnio de Deus*, n. 261.

<sup>294</sup> MEO, S. Concílio Vaticano II, p. 305-306.

resumir. Desse texto, extraímos uma passagem que se tornou obrigatória no ensinamento da Igreja sobre a correta devoção mariana. Embora já tenha sido citada por nós (cf. nota de rodapé n. 66), julgamos que não pode ser omitida no presente contexto:

Saibam os fiéis que a verdadeira devoção não consiste num estéril e transitório afeto, nem numa certa vã credulidade, mas procede da fé verdadeira pela qual somos levados a reconhecer a excelência da Mãe de Deus, excitados a um amor filial para com nossa Mãe e à imitação das suas virtudes.<sup>295</sup>

Conforme já informamos ao final da seção 4.1, o livro de Dombes dedica uma reflexão resumida ao tópico “Uma conversão do culto mariano”, no âmbito das recomendações para “A conversão católica”. Nesse texto, as orientações do GD se fundamentam nas quatro orientações de Paulo VI quanto à piedade mariana, elencadas na MC, que já citamos anteriormente nesta dissertação (cf. nota de rodapé n. 251).<sup>296</sup>

Os outros pontos abordados referem-se às orações, às aparições e à pregação e catequese. Aqui é bastante evidente o procedimento próprio do GD de expor as explicações para esses três enfoques. Eles são muito característicos do Catolicismo, sobretudo quanto à atitude oficial da Igreja Católica de prudência em relação às aparições e de considerá-las apenas como “revelações privadas”. Subsistem, no entanto, as recomendações protestantes de “libertar-se dos abusos de linguagem no discurso teológico e pastoral e dos excessos no culto e na prática populares.”<sup>297</sup>

Tendo desenvolvido o trabalho de comparar o livro *Maria no desígnio de Deus e a Comunhão dos Santos* com o Capítulo VIII da LG, vimos como o livro de Dombes frequentemente recorre às fontes do Concílio Vaticano II. A próxima seção faz uma abordagem desse mesmo livro diante de outras formas de diálogo ecumênico que surgiram na época ou depois da sua publicação. Buscamos, assim, identificar princípios em comum que foram se consolidando ao longo do tempo.

---

<sup>295</sup> LG, n. 67.

<sup>296</sup> GRUPO DE DOMBES. *Maria no desígnio de Deus*, n. 306.

<sup>297</sup> GRUPO DE DOMBES. *Maria no desígnio de Deus*, n. 313.

## 4.2. Convergências teológico-pastorais em outras perspectivas

As duas próximas abordagens dessa seção focam em outras iniciativas de cunho ecumênico. A primeira é o diálogo institucional da ARCIC, sigla pela qual se tornou conhecida a Comissão Internacional Anglicano-Católica Romana. Esta Comissão elaborou o livro *Maria: graça e esperança em Cristo*, que vamos comentar dentro do ponto de vista das questões históricas relativas a Maria.

A segunda iniciativa da qual vamos tratar refere-se à *Declaração Conjunta sobre a Doutrina da Justificação*, formulada pela Igreja Católica e a Federação Luterana Mundial. Embora o texto não se refira especificamente à figura de Maria, a questão da justificação, que era um dos contenciosos fundamentais entre ambas as Igrejas, toca muito de perto o papel da Mãe de Deus na história da salvação.

Em ambos os documentos citados encontramos pontos de convergência com o trabalho dos ecumenistas de Dombes. O documento da ARCIC, em função de sua metodologia voltada para o retorno às fontes históricas, será cotejado com o capítulo referente às “Lições da História” do GD. A Declaração luterano-católica, que resolve a antiga controvérsia sobre a justificação pela fé, será cotejada com as “Questões Controversas” do GD. Não temos por finalidade identificar qualquer dependência ou influência mútua entre os textos, porém verificar rumos em comum seguidos pelo ecumenismo.

### 4.2.1. As questões históricas no livro de Dombes e no livro da ARCIC

A ARCIC teve sua origem com uma Comissão preparatória conjunta (Anglican-Roman Catholic Joint Preparatory Commission - ARCJPC), criada em 1967, a partir de uma iniciativa do Papa Paulo VI e do Arcebispo de Cantuária, Michael Ramsey, por ocasião de uma visita deste ao Sumo Pontífice, no ano anterior. O objetivo era iniciar uma nova fase nas relações entre as duas Igrejas.<sup>298</sup> O documento que estabeleceu os termos desse acordo ficou conhecido como *Relatório de Malta*, e definiu um trabalho que hoje já conta três fases (1970-1981,

---

<sup>298</sup> ARCJPC. **The Malta Report**, n. 1.

1983-2005 e a partir de 2011). Diversos temas foram e continuam sendo tratados ao longo desses períodos.<sup>299</sup>

Segundo Sagovsky, membro da ARCIC, embora a Comissão não se pronuncie em nome das autoridades de ambas as Igrejas, as declarações representam a unanimidade dos membros da Comissão e o seu desejo de que o conteúdo das declarações seja colocado sob reflexão e discussão, para um possível reconhecimento pelas autoridades. O autor afirma que a Comissão já desenvolveu bastante experiência em um método que busca posições ou doutrinas sobre as quais cristãos anglicanos e católicos romanos estão divididos. É nessas situações que, “frequentemente, a ARCIC tem usado novas linguagens ou perspectivas, ou revisitado antigos idiomas e perspectivas, para trazer à tona o que temos em comum e o que podemos dizer juntos.”<sup>300</sup>

O trecho citado apresenta o ponto no qual fazemos o recorte para a temática desta seção: a questão histórica. Notamos que Sagovsky revela um aspecto interessante da metodologia da ARCIC, ao descrever uma certa dinâmica entre o novo e o antigo, na linguagem e nas perspectivas dos temas analisados. Parece-nos que o método de “revisitar” a tradição, para aplicá-la nas novas situações, não é próprio apenas da ARCIC, mas vem da Comunhão Anglicana em geral.

Perrella assim define essa característica.<sup>301</sup>

Para entender a "alma dupla" do pensamento anglicano, [...] poderíamos dizer, embora simplificando, que a sensibilidade plural conotativa da Comunhão Anglicana (histórica e dialeticamente composta por anglo-católicos, liberais e evangélicos) talvez encontre uma expressão adequada na premissa do Livro de Oração Comum, onde se sugere que os meios justos e equilibrados devem sempre ser preservados "entre os extremos de uma recusa obstinada demais e de uma aceitação excessivamente pronta de qualquer transformação."<sup>302</sup>

<sup>299</sup> ARCIC – Anglican Roman Catholic International Commission. In: **Anglican Communion:** official website. Disponível em: <<http://www.anglicancommunion.org/relationships/ecumenical-dialogues/roman-catholic/arcic.aspx>>. Acesso em: 10 out. 2018.

<sup>300</sup> SAGOVSKY, N. Address about the Global Launch of ARCIC Document on Mary. **Anglican Communion News Service**, 27 May 2005. Disponível em: <<http://www.anglicannews.org/news/2005/05/global-launch-of-arcic-document-on-mary.aspx>>. Acesso em: 31 jul. 2018.

<sup>301</sup> PERRELLA, S. M. Ecumenismo: i nodi mariologico-mariani da affrontare e sciogliere. In: PERRELLA, S. M. **Anglicani i cattolici «...con Maria la Madre di Gesù»(At 1,14). Saggio di mariologia ecumenica**. San Paolo: Cinisello Balsamo, 2009. p.76-93. Disponível em: <<http://www.latheotokos.it/modules.php?name=News&file=article&sid=965>>. Acesso em: 22 jul. 2017.

<sup>302</sup> PATRIARCHI, G. **La Riforma anglicana**. Storia ed evoluzione della chiesa d'Inghilterra e della Comunione anglicana. Torino: Claudiana, 2006, p. 89-101 apud PERRELLA, S. M. Ecumenismo.

O nosso “recorte” para a temática voltada à história completa-se com sua aplicação ao estudo dedicado a Maria. No seu verbete para o Dicionário de Mariologia, Corr se refere à importância do fato histórico para a Comunhão anglicana, observando inclusive o enfoque mariano. Ele recomenda examinar “a continuidade anglicana com a tradição mariana católica”. E justifica essa afirmação no trecho a seguir:

É inegável que, apesar do clima predominante de pensamento antimariano e apesar de circunstâncias muito adversas ao culto mariano, uma tênue, mas inconfundível corrente mariana sobreviveu ao longo dos séculos na Igreja da Inglaterra e sobrevive ainda hoje em toda a Comunhão anglicana.<sup>303</sup>

Prosseguindo com o pensamento do mesmo autor, verificamos que ele descreve um “entrelaçamento do tema mariano” entre os anglicanos, entre os quais subsistem o modelo “protestante” e o “católico”, que se influenciam mutuamente, coexistindo em tensão com o modelo “liberal”. Esta constatação já aparece em nosso trabalho com a citação de Perrella (cf. nota de rodapé n. 302). Por conta dessa classificação, Corr identifica as “três tramas desse entrelaçamento do tema mariano”, conforme resumimos nos próximos parágrafos:

1) Primeira trama do entrelaçamento – nela descobrimos a riqueza dos símbolos, ensinamentos patrísticos e dos quatro, talvez seis primeiros concílios ecumênicos, que fazem do tema mariano parte integrante do “patrimônio da fé anglicana”, e que permitem “um desenvolvimento mariológico anglicano”.

2) Segunda trama do entrelaçamento – aqui temos o “anglicanismo clássico”, como “uma variante do protestantismo”, do ponto de vista doutrinário. “Teológica e espiritualmente” eles reconhecem a existência de uma “doutrina cristã e modo cristão de viver”, mas não admitem dogmas nem a “mediação humana infalível do ensinamento de Cristo”. Entretanto, “a figura de Maria, *uma doutrina sobre* Maria e a própria devoção a Maria podem coexistir com tal perspectiva das verdades cristãs.”

3) Terceira trama do entrelaçamento – apesar de manter a referência histórica, “a teologia anglicana (os ‘escritos de seus estudiosos e mestres’) parece ter-se afastado [...] daquela estrutura ortodoxa que se mostrava bem claramente no século XVI. [...] E o impacto disso sobre a mariologia é óbvio”, com “a negação

<sup>303</sup> CORR, G. Anglicanos. In: DE FIORES, S.; MEO, S. (Org.). **Dicionário de Mariologia**. São Paulo: Paulus, 1995, p. 46-47.

ou a dúvida sobre a virgindade de Maria. Também a divindade de Cristo é posta em discussão. E isso faz com que se considere irrelevante a doutrina da maternidade divina.” No entanto, Corr reconhece aspectos positivos na situação atual e para o diálogo ecumênico sobre Maria: o maior número de escritores marianos anglicanos; o tema mariano mais levado a sério; a presença de Maria na oração e na devoção pessoal dos anglicanos; o reaparecimento do rosário, rezado de forma privada; a veneração por Maria muito mais comum e pública; a aceitação por alguns teólogos anglicanos do título “Mãe da Igreja”.<sup>304</sup>

Registramos, ainda, um último trecho do texto de Corr, no qual ele trata dos dogmas da Imaculada Conceição e da Assunção como obstáculos considerados insuperáveis para a união entre a Comunhão Anglicana e a Igreja Católica. Desse parágrafo, extraímos a seguinte frase: “Não surpreende que o tema mariano seja sempre evitado no diálogo oficial.”<sup>305</sup>

É justamente a partir dessa afirmação que passamos ao documento da ARCIC, *Maria: graça e esperança em Cristo*, publicado em 2005, na segunda fase dos trabalhos da ARCIC. A respeito dessa iniciativa da Comissão, Sagovsky comenta: “O estudo sobre Maria nos levou a uma área que era um centro de controvérsia na época da Reforma e, subsequentemente, foi uma área óbvia de divisão entre nossas duas Comunhões.”<sup>306</sup> Constatamos, aqui, uma corajosa alternativa ao pessimismo de Corr, cujo verbete foi originalmente publicado em 1986.

O documento sobre Maria elaborado pela ARCIC foi redigido na cidade de Seattle, nos Estados Unidos, razão pela qual, além do título de *Maria: graça e esperança em Cristo*, é também conhecido como *Declaração de Seattle*. É uma declaração conjunta, cujo texto é de responsabilidade da Comissão, mas teve a publicação permitida pelas autoridades da Igreja Católica e da Comunhão Anglicana.

Burigana, como Diretor do Centro para o Ecumenismo na Itália, expressa um competente juízo positivo a respeito do livro mariano da ARCIC:

Apesar de não ter nenhum valor de autoridade, esse texto representa um significativo episódio para definir um caminho ecumênico que saiba se libertar dos

<sup>304</sup> CORR, G. Anglicanos, p. 47-48, 53-54.

<sup>305</sup> CORR, G. Anglicanos, p. 54.

<sup>306</sup> SAGOVSKY, N. Address about the Global Launch.

condicionamentos que por séculos frearam os cristãos no compartilhar de suas próprias tradições originais.<sup>307</sup>

Acrescentamos, também, uma citação do bispo anglicano R. Ladds, retirada de um texto no qual ele manifesta aprovação ao empenho ecumênico do documento mariano da ARCIC. O aspecto interessante está na forma inusitada, mesmo para um anglicano, pela qual ele atribui a Maria os títulos de “Mãe” e “Rainha”, e admite a intercessão dela:

Enquanto importantes elementos oficiais e formais do esforço ecumênico devem continuar, é igualmente importante que aqueles que encontram inspiração em Maria, e olham para ela com amor e devoção, continuem a se relacionar pessoalmente com devoção e solenidade, na amizade e com crescente apoio mútuo e entendimento. Que as orações de Maria, nossa Mãe e Doce Rainha, aumentem em nós o amor a Deus e o amor entre nós, Seus Filhos.<sup>308</sup>

No terceiro parágrafo desta seção, já nos referimos ao método da Comunhão anglicana e da ARCIC. Conforme procuramos destacar, a questão histórica tem uma característica peculiar na fé anglicana, com o pluralismo das vertentes que foram se desenvolvendo depois da Reforma.

Voltamo-nos agora para o método empregado pela ARCIC especificamente no livro *Maria: graça e esperança em Cristo*. Segundo Sagovsky, foi desenvolvida uma abordagem própria para o livro: “A perspectiva verdadeiramente nova que trazemos para o nosso trabalho é a da teologia paulina: refletimos sobre o lugar de Maria em nossa fé cristã compartilhada à luz dos temas bíblicos da graça e da esperança em Cristo.”<sup>309</sup>

No livro encontramos abundantes referências à temática da “graça e esperança em Cristo”, dentre as quais selecionamos a que trata de “Maria na economia da graça”:

Dentro dessa estrutura bíblica, consideramos novamente o lugar especial da Virgem Maria na economia da graça, como aquela que deu à luz o Cristo, a eleita de Deus. [...] Vista escatologicamente, Maria, desse modo, incorpora o “Israel eleito” do qual Paulo fala – glorificado, justificado, chamado, predestinado. Este é o modelo de graça e esperança que vemos atuando na vida de Maria, que tem lugar

<sup>307</sup> BURIGANA, R. Maria e o diálogo ecumênico. *L'Osservatore Romano*, 14 ago. 2010. Disponível em: <<https://noticias.cancaonova.com/mundo/maria-e-o-dialogo-ecumenico/>>. Acesso em: 14 fev. 2018.

<sup>308</sup> LADDS, R. Devozione popolare alla Beate Vergine Maria in Inghilterra. In: SIMPOSIO DEVOZIONE POPOLARE ALLA VERGINE MARIA NELLA CHIESA ANGLICANA, 2008, Nettuno. Disponível em: <<http://www.latheotokos.it/modules.php?name=News&file=article&sid=911>>. Acesso em: 22 jul. 2017.

<sup>309</sup> SAGOVSKY, N. Address about the Global Launch.

especial no destino comum da Igreja como aquela que deu à luz, em sua própria carne, o “Senhor da glória”.<sup>310</sup>

Dentro dessa temática, o livro da ARCIC reconhece uma dinâmica que se realiza na história com a finalidade de recuperar a essência da revelação divina, a partir do processo que os autores denominam “re-recepção”:

Recorrer de novo à Escritura e à tradição é o meio pelo qual a revelação de Deus em Cristo é rememorada: nós chamamos esse processo de re-recepção (cf. *Dom*, nn. 24-25). O progresso no diálogo e no entendimento ecumênico sugere que temos, agora, a oportunidade de re-receber juntos a tradição do lugar de Maria na revelação de Deus.<sup>311</sup>

Essa dinâmica de volta ao passado parte de Cristo como centro da história. Isso é claramente explicitado em outra passagem que extraímos do livro da ARCIC: “Vemos a economia da graça a partir do cumprimento em Cristo ‘retroagindo’ na história, e não ‘avançando’ de seu início na criação pecadora, rumo ao futuro em Cristo. Essa perspectiva oferece uma nova luz para considerar o lugar de Maria.”<sup>312</sup>

Consideramos que o trabalho da ARCIC corresponde aos anseios de católicos e protestantes por um retorno às fontes sobre o papel de Maria na fé cristã. Já desenvolvemos o assunto nesta nossa dissertação, sobretudo na seção 2.3– “A reflexão da *Lumen Gentium* como ponto de interesse para o diálogo sobre Maria”.

A mesma preocupação pode ser identificada no livro de Dombes, no qual também encontramos uma dinâmica do percurso histórico, conforme uma análise de Venturini. O autor considera que o livro incorpora o presente (*hic et nunc*), o passado (*ante*) e o futuro (*post*). A partir da exigência do presente, volta-se ao passado para aprender com as lições da história e das Sagradas Escrituras e aplicá-las como experiência de sabedoria em vista do futuro.<sup>313</sup>

A nosso ver, as questões históricas se mostram relevantes para o diálogo ecumênico nos três documentos que selecionamos para esse tópico da nossa pesquisa – *Maria: graça e esperança em Cristo*, o Capítulo VIII da LG e *Maria no desígnio de Deus e a Comunhão dos Santos*. Julgamos, portanto, que essa

<sup>310</sup> COMISSÃO INTERNACIONAL ANGLICANO-CATÓLICA ROMANA (ARCIC). **Maria: graça e esperança em Cristo**. São Paulo: Paulinas, 2005, n. 54.

<sup>311</sup> ARCIC. **Maria**, n. 3.

<sup>312</sup> ARCIC. **Maria**, n. 52.

<sup>313</sup> VENTURINI, N. et al. *Maria nel disegno di Dio e nella Comunione dei Santi*.

convergência justifica a inclusão do documento da ARCIC a fim de corroborar a proposta do nosso trabalho.

#### 4.2.2. A doutrina da justificação no livro de Dombes e na Declaração Conjunta de católicos e luteranos

A *Declaração Conjunta sobre a Doutrina da Justificação* (DC) foi assinada pelos representantes da Igreja Católica e da Federação Luterana Mundial, em 31 de outubro de 1999, na cidade de Augsburg. A importância desse documento oficial, depois de décadas de diálogo luterano-católico, está, sobretudo, na relevância que a doutrina da justificação adquiriu para a tradição luterana, conforme o próprio documento atesta:

A doutrina da justificação foi particularmente sustentada e defendida em sua expressão reformatória e sua relevância especial face à teologia e à Igreja católica romana de então as quais, por sua vez, sustentavam e defendiam uma doutrina da justificação com características diferentes. Aqui, segundo a perspectiva reformatória, residia o cerne de todas as confrontações.<sup>314</sup>

Um comentário de Hilberath, publicado originalmente em 1992, portanto antes que a Declaração fosse assinada, já confirmava a possibilidade de uma convergência ecumênica para a doutrina da justificação:

Nos diálogos e estudos teológicos delineia-se uma percepção que está à espera da sua confirmação eclesiástica oficial: as condenações doutrinárias do século XVI hoje não mais precisam ter efeito de dividir a Igreja. Livres de mal-entendidos, as diferentes abordagens podem ser consideradas como concordantes em sua preocupação básica, enriquecendo-se e corrigindo-se reciprocamente em suas diferentes ênfases.<sup>315</sup>

De fato, esse foi o escopo que a DC assumiu, ao declarar os conteúdos doutrinários comuns entre católicos e luteranos, sempre precedidos pela expressão “confessamos juntos”. Além disso, o documento explicita pontos que configuravam antigas divergências, hoje apresentados em comparação com as respectivas posições das Igrejas, de modo a constatar que os detalhes não se contradizem, antes se complementam.

<sup>314</sup> DECLARAÇÃO CONJUNTA SOBRE A DOCTRINA DA JUSTIFICAÇÃO (DC). Igreja Católica Romana; Federação Luterana Mundial, 1999. Disponível em: <[http://www.vatican.va/roman\\_curia/pontifical\\_councils/chrstuni/documents/rc\\_pc\\_chrstuni\\_doc\\_31101999\\_cath-luth-joint-declaration\\_po.html](http://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_councils/chrstuni/documents/rc_pc_chrstuni_doc_31101999_cath-luth-joint-declaration_po.html)>. Acesso em 12 ago. 2018.

<sup>315</sup> HILBERATH, B. J. Doutrina da graça. In: SCHNEIDER, T. (Org.). **Manual de dogmática**. Petrópolis: Vozes, 2000. v. 2, p. 45.

A título de exemplo, selecionamos um trecho da DC que nos parece resumir claramente a proposta do documento de encontrar a convergência entre a justificação pela fé e a necessidade das obras:

Confessamos juntos que o pecador é justificado pela fé na ação salvífica de Deus em Cristo; essa salvação lhe é presenteada pelo Espírito Santo no batismo como fundamento de toda a sua vida cristã. Na fé justificadora o ser humano confia na promessa graciosa de Deus; nessa fé estão compreendidos a esperança em Deus e o amor a Ele. Essa fé atua pelo amor; por isso o cristão não pode e não deve ficar sem obras. Mas tudo o que, no ser humano, precede ou se segue ao livre presente da fé não é fundamento da justificação nem a faz merecer.<sup>316</sup>

Não temos o propósito de pormenorizar aqui os conteúdos da doutrina da justificação, conforme o documento no-la expõe. Nosso objetivo é encontrar nessa doutrina o papel de Maria. Embora a DC não se refira a ela, especificamente, consideramos possível um confronto entre esse documento e o livro de Dombes. Para tanto, prosseguiremos o nosso enfoque, já utilizado no item 4.2.1, de abordar as metodologias dos documentos.

Costa & Miranda identificam o “consenso diferenciado”<sup>317</sup> como chave metodológica da DC:

O acordo proposto pela DC possui o caráter de um “consenso diferenciado” (concordia discors) entre as duas maneiras de tratar o tema, a católica e a luterana. [...] Aplicada ao acordo católico-luterano, a ideia de um semelhante consenso significa, antes de tudo, um assentimento comum às verdades fundamentais acerca da justificação. Segundo o próprio texto da DC, não existe entre as expressões teológicas das igrejas nenhuma diferença que torne impossível uma comum confissão de fé em pontos essenciais. [...] Em uma palavra, a DC deseja ser uma aplicação concreta do princípio “unidade de fé sem uniformidade teológica”.<sup>318</sup>

De fato, encontramos na DC cinco referências ao “consenso nas verdades básicas” relativas à doutrina da justificação. Dentre essas referências, destacamos a seguinte, na qual católicos e protestantes afirmam sua intenção de renunciar às condenações doutrinárias:

Esta Declaração Comum (DC) não contém tudo o que é ensinado sobre justificação em cada uma das Igrejas, mas abarca um consenso em verdades básicas da doutrina da justificação e mostra que os desdobramentos distintos ainda existentes não constituem mais motivo de condenações doutrinárias.<sup>319</sup>

<sup>316</sup> DC, n. 25.

<sup>317</sup> A metodologia do “consenso diferenciado” já foi abordada e definida nesta dissertação (cf. notas de rodapé n. 160-166).

<sup>318</sup> COSTA, A. J. A.; MIRANDA, M. F. **Justificação e batismo na obra de Wolfhart Pannenberg**: perspectivas para o diálogo ecumênico. 2007. Tese (Doutorado em Teologia) – Departamento de Teologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <[https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/10686/10686\\_4.PDF](https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/10686/10686_4.PDF)>. Acesso em: 12 out. 2018, p. 39-40.

<sup>319</sup> DC, n. 5.

Neste ponto de nossa dissertação, encontramos-nos diante de uma convergência relevante sobre o consenso diferenciado. O tema já foi tratado em etapas anteriores do nosso texto e agora volta nos presentes comentários, em função da abordagem da metodologia da DC.

Perrella afirma, e assim nós citamos (cf. nota de rodapé n. 160), que o livro do GD, *Maria no desígnio de Deus e a Comunhão dos Santos*, aplica dois princípios na sua redação: o “princípio da justificação”, sobre o qual restabeleceu-se um consenso diferenciado, e o “princípio da hierarquia das verdades”, baseado no Decreto *Unitatis Redintegratio* (n. 11), do Concílio Vaticano II. Verificamos que o consenso diferenciado não se configura, para o autor, como um princípio, mas como um recurso utilizado pelo GD para abordar o princípio da justificação. De fato, o documento mariano do GD, a que se refere Perrella, não emprega a expressão “consenso diferenciado”. Isso nos leva a crer que o autor identifica esse consenso pela sua utilização implícita no texto de Dombes.

Por outro lado, a “hierarquia das verdades” é amplamente empregada pelos ecumenistas de Dombes, para um acordo quanto à doutrina sobre Maria: “Os dogmas marianos e outras afirmações sobre Maria devem situar-se na ‘hierarquia das verdades’ e não ocupam os primeiros lugares no conjunto da doutrina católica.”<sup>320</sup> Assim, essa é uma verdade considerada “segunda” na hierarquia das verdades e, por isso, está sujeita a um consenso diferenciado que permite diferentes níveis de sua aceitação por parte de católicos e protestantes, sem prejuízo do assentimento às verdades fundamentais.

Esse ponto de contato entre as doutrinas da justificação por Jesus Cristo e a da cooperação de Maria fundamenta-se na visão antropológica da resposta do ser humano à graça divina. Discorrendo sobre a doutrina da justificação em Paulo, Miranda afirma que a “expressão central dessa doutrina é o conceito paulino de *fé* que significa acolher o gesto de Deus oferecendo-nos gratuitamente, em Jesus Cristo, a salvação.” Mais adiante, o autor complementa este mesmo pensamento:

A acentuação paulina da fé quer exprimir a incapacidade radical do ser humano para com qualquer forma de autojustificação. Não se pode apresentar a fé como alternativa às obras. Embora se deva reconhecer o acolhimento livre por parte do

---

<sup>320</sup> GRUPO DE DOMBES. *Maria no desígnio de Deus*, n. 320.

homem e, portanto, um ato pessoal do justificado, este último só acontece pela prévia ação salvífica divina.<sup>321</sup>

Esse “acolhimento livre por parte do homem” é traduzido por Hilberath como “resposta” à graça divina:

A inclinação graciosa de Deus liberta a pessoa humana da necessidade de se autojustificar, o que pode levar à ilusão de inocência ou ao desespero. Toda atuação humana repousa na aceitação da graça justificadora e recriadora, seu caráter é fundamentalmente de resposta.<sup>322</sup>

Nessa aceitação inscreve-se o “sim” de Maria, que Hennaux desdobra em duas ideias, no seu artigo sobre o documento mariano do GD. O autor ressalta que a cooperação de Maria se dá no interior da cooperação da Igreja com a obra do seu Senhor, pois Deus se encarna para se unir à humanidade e salvá-la. Ao mesmo tempo, a cooperação da Igreja na obra da salvação tem seu modelo, seu tipo, na cooperação de Maria com essa mesma obra. “Disso resulta que a cooperação eclesial e a cooperação mariana são inseparáveis.”<sup>323</sup>

Maria, como membro da Igreja, realiza essa missão através de sua resposta livre e consciente ao chamado de Deus. Essa “dupla cooperação” que Hennaux destaca, tem seu fundamento na participação no sacerdócio de Cristo, abrangendo, portanto, toda a humanidade. Este é um argumento apto a esclarecer a questão para o diálogo ecumênico, uma vez que não restringe a cooperação a um privilégio mariano, mas é atributo da liberdade humana. Tal ideia encontra-se claramente explicitada neste trecho do Capítulo VIII da LG:

Nenhuma criatura jamais pode ser colocada no mesmo plano com o Verbo encarnado e Redentor. Mas como o sacerdócio de Cristo é participado de vários modos seja pelos ministros seja pelo povo fiel, e como a indivisa bondade de Deus é realmente difundida nas criaturas de modos diversos, assim também a única mediação do Redentor não exclui, mas suscita nas criaturas uma variegada cooperação que participa de uma única fonte.<sup>324</sup>

Dessa forma, a resposta de Maria ao chamado de Deus é o exemplo mais perfeito da resposta que cada pessoa deve dar, no seu próprio contexto de vida, pois o dom só pode se realizar se for acolhido. A Filha de Israel por excelência recebeu a vocação única da maternidade divina e a ela correspondeu, sendo justificada pela fé. Assim foram justificados seus antepassados, e cada fiel na

<sup>321</sup> MIRANDA, M. F. **A salvação de Jesus Cristo**: a doutrina da graça. São Paulo: Loyola, 2017, p. 109, 111.

<sup>322</sup> HILBERATH, B. J. Doutrina da graça, p. 45.

<sup>323</sup> HENNAUX, J.-M. Le document du Groupe des Dombes sur la Vierge Marie, p. 50.

<sup>324</sup> LG, n. 62.

Comunhão dos Santos continua a ser objeto dessa eleição pela graça divina, que o convida a responder em liberdade.

Na sua encíclica *Redemptoris Mater*, o Papa João Paulo II faz uma comparação entre a fé de Abraão e a fé de Maria, respectivamente início da antiga e da nova Alianças. Se considerarmos o texto também sob o ponto de vista escatológico, vemos nele o cumprimento da promessa do Senhor até a consumação dos tempos:

A fé de Maria pode ser *comparada com a de Abraão*, a quem o Apóstolo chama “nosso pai na fé” (cf. Rom 4,12). Na economia salvífica da Revelação divina, a fé de Abraão constitui o início da Antiga Aliança; a fé de Maria, na Anunciação, dá início à Nova Aliança. Assim como Abraão, “*esperando contra toda esperança*, ele firmou-se na fé e, assim, tornou-se pai de muitos povos” (cf. Rom 4,18), também Maria, no momento da Anunciação, depois de ter declarado a sua condição de virgem (“Como será isto, se eu não conheço homem?”), *acreditou* que pelo poder do Altíssimo, por obra do Espírito Santo, se tornaria a mãe do Filho de Deus segundo a revelação do anjo: “Por isso, aquele que vai nascer será chamado santo, Filho de Deus” (Lc 1,35).<sup>325</sup>

Dentro desse contexto, podemos estabelecer o ponto de contato entre as doutrinas da justificação por Jesus Cristo e a da cooperação de Maria, levando em conta que a cooperação de Maria na obra salvífica de seu Filho está subordinada à redenção que Ele nos oferece, como nosso único Salvador. O GD apresenta a cooperação de Maria como fruto da obra de Deus na sua “pequena serva”:

A “cooperação” de Maria é o fruto de uma iniciativa do Pai, que olha “a pequenez de sua serva” (Lc 1,48). Ela é também o fruto do “aniquilamento” do Filho que “se despojou e se abaixou” (Fl 2,7-8) para dar à humanidade a possibilidade de responder. Ela é enfim o fruto da ação do Espírito que dispõe seu coração à obediência. É o que se produz no momento do *fiat* de Maria.<sup>326</sup>

De acordo com o que acabamos de apresentar neste item, consideramos que as metodologias empregadas, respectivamente pela DC e pelo livro de Dombes, convergem na sua aplicação ao diálogo ecumênico. Mais do que isso, elas se complementam, a partir do ensinamento do Concílio Vaticano II sobre a hierarquia das verdades, utilizado pelo GD, e da reflexão sobre o consenso diferenciado, elaborado em ambiente luterano. A coincidência das datas de assinatura da DC com a primeira edição conjunta das duas partes do livro de Dombes, ambas em 1999, testemunha um clima favorável ao diálogo, que viria a repercutir em outras reflexões teológicas.

<sup>325</sup> JOÃO PAULO II, Papa. *Carta encíclica Redemptoris Mater sobre a bem-aventurada Virgem Maria na vida da Igreja que está a caminho*. Brasília: CNBB, 2016. n. 14.

<sup>326</sup> GRUPO DE DOMBES. *Maria no desígnio de Deus*, n. 215.

### 4.3. Algumas contribuições em chave pastoral para o diálogo ecumênico sobre Maria

A princípio, esta seção confronta questões teológico-pastorais contemporâneas, presentes no livro de Dombes e no Capítulo VIII da LG, com a abordagem da MC no seu n. 37, que trata da relevância de Maria para o nosso tempo. Em um segundo item, prosseguimos no ponto de vista sobre a figura humana de Maria, conforme descrita no livro de Dombes, abrindo essa perspectiva para enfoques pertinentes de outros autores.

Julgamos pertinente iniciar o desenvolvimento do nosso tema com uma proposta metodológica de Bertalot a respeito de “ecumenismo espacial” e “ecumenismo temporal”, segundo as expressões empregadas por ele. Esse ponto de vista do autor nos fornece o fundamento para o tema da presente seção, que se propõe traçar algumas perspectivas teológico-pastorais contemporâneas no diálogo sobre Maria.

Bertalot considera o ecumenismo espacial como uma espécie de “tentação” das Igrejas de estabelecer metodologias para comparar as respectivas posições doutrinárias, e acrescenta que essa busca de esclarecimento leva a um processo sem saída. Pelo contrário, Bertalot se mostra favorável ao ecumenismo temporal, conforme argumenta neste texto:

Em vez de um simples confronto direto, tenta-se voltar às Escrituras e à história. Assim, torna-se mais fácil entender e promover o estudo de termos comuns. Os elementos não teológicos da divisão das igrejas são assim destacados e somos forçados a reformular os conteúdos da fé cristã. O discurso sobre Maria pode tirar proveito dessas indicações de método.<sup>327</sup>

O pensamento desse autor confirma os critérios encontrados nos documentos sobre os quais desenvolvemos até aqui o nosso estudo, a saber: o livro do GD – *Maria no desígnio de Deus e a Comunhão dos Santos*, o Capítulo VIII da LG, o livro da ARCIC – *Maria: graça e esperança em Cristo* e a *Declaração Conjunta sobre a Doutrina da Justificação*, de católicos e luteranos. Em todos eles distinguimos grande apreço por uma volta às fontes da nossa fé comum, seja por meio da Sagrada Escritura, como por meio da história.

<sup>327</sup> BERTALOT, R. Maria e l'ecumenismo temporale. In: BERTALOT, R. **Ecco la Serva del Signore. Una voce protestante**. Roma: Edizioni Marianum, 2002. p. 33,40. Disponível em: <<http://www.latheotokos.it/modules.php?name=News&file=article&sid=356>>. Acesso em: 22 jul. 2017.

Portanto, já foi amplamente documentada neste nosso trabalho a utilização desse processo de volta ao passado, aplicado ao diálogo ecumênico, para esclarecer questões do presente e projetar luz sobre novas percepções que poderão se desdobrar no futuro. Além desse retorno ao passado, em busca de um consenso existente antes das divisões, Bertalot também encontra no ecumenismo temporal a chave para a renovação do papel de Maria nas Igrejas:

Se, em vez disso [do ecumenismo espacial], nos aventurarmos contra os atrasos da nossa era e as nossas inclinações tradicionais, para adotar um ecumenismo temporal, podemos também falar de Maria como um ponto de referência para a busca da unidade e a renovação das igrejas.<sup>328</sup>

Acreditamos que essa ideia se aplica tanto às questões teológicas quanto às pastorais relativas a Maria, motivo pelo qual elegemos esse enfoque temporal para tratar dos dois próximos itens.

#### **4.3.1. Propostas pastorais da *Lumen Gentium* em relação com a *Marialis Cultus***

Em etapas anteriores da nossa pesquisa, fizemos diversas referências e abordagens ao livro de Dombes, inclusive estabelecendo ligações entre as duas partes dessa obra e outros documentos, sobretudo no que se refere às “Lições da história” (Capítulo I), ao “Testemunho da Escritura e a confissão da fé” (Capítulo II, do qual tratamos do segundo e terceiro artigos, respectivamente “Maria, Mãe de Jesus, Cristo, Senhor e Filho de Deus” e “Maria na comunhão dos santos”). Finalmente, empregamos o mesmo procedimento em relação às “Questões controversas e a conversão das Igrejas” (Capítulos III e IV).

Nossa proposta para o desenvolvimento do presente item parte da Exortação Apostólica *Marialis Cultus*, justamente porque este documento, também citado pelo GD, aprofunda e desenvolve a doutrina formulada pelo Capítulo VIII da LG sobre a função materna de Maria no âmbito da história da salvação em favor dos homens, e abre novas perspectivas teológico-pastorais, dentre as quais pretendemos destacar algumas. Meo sublinha essa relação entre o Capítulo VIII da LG e a MC:

Para que o mistério da função materna de Maria no âmbito da história da salvação e da redenção conserve e exprima eficazmente, também para o mundo contemporâneo, a sua atualidade e interesse, é necessário relê-lo através das novas perspectivas que emergem do aprofundamento teológico do mistério da igreja, das instâncias da teologia antropológica, da exigência das ciências humanas e

<sup>328</sup> BERTALOT, R. Maria e l'ecumenismo temporale.

históricas do nosso tempo, já reunidas no capítulo VIII da LG e sobretudo explicitadas e interpretadas por Paulo VI na *Marialis cultus*.<sup>329</sup>

Extraímos a seguinte citação da MC, que comprova justamente esse contexto teológico-pastoral pós-conciliar durante o qual a exortação foi publicada, no ano de 1974:

A leitura das divinas Escrituras, feita sob o influxo do Espírito Santo e tendo presentes as aquisições das ciências humanas e as várias situações do mundo contemporâneo, levará a descobrir que Maria pode bem ser tomada como modelo naquilo por que anelam os homens do nosso tempo.<sup>330</sup>

Identificamos aqui o movimento de volta às fontes bíblicas, próprio do Concílio Vaticano II e muito caro ao diálogo ecumênico. A partir daí encontramos um esboço da figura de Maria mais fiel às suas origens e, por isso mesmo, inspiradora para as novas gerações. Meo resume claramente esse novo influxo inaugurado pelo Concílio:

Mais do que o privilégio e a singularidade de Maria, elementos que a mariologia pré-conciliar acentuava, o concílio quis sublinhar o elemento humano, próprio da sua condição criatural, o qual a torna modelo de todas as criaturas e expressão de cooperação humana no plano de Deus e na obra do Salvador.<sup>331</sup>

Esse processo passa a considerar o papel de Maria sob um novo ponto de vista, que Meo chama de “linha horizontal e humana”, voltado para o que ela experimentou na sua vida histórica, estando ativamente presente com o Filho na realização do plano salvífico de Deus.<sup>332</sup> Ela é, então, apresentada como alguém muito próxima de nós, ao mesmo tempo que um modelo a ser seguido.

Essa abordagem tem um forte apelo ecumênico, pois representa uma tendência atualmente bem acolhida entre os protestantes, no empenho das Igrejas oriundas da Reforma em se aproximarem de Maria. É o que afirma George: “Acho que precisamos voltar e recuperar algo da visão mais positiva dos reformadores sobre Maria, na medida em que ela é realmente bíblica. É realmente uma parte de nossa própria herança protestante.”<sup>333</sup>

<sup>329</sup> MEO, S. Mediadora. In: DE FIORES, S.; MEO, S. (Org.). **Dicionário de Mariologia**. São Paulo: Paulus, 1995, p. 872.

<sup>330</sup> MC, n. 37.

<sup>331</sup> MEO, S. Concílio Vaticano II, p. 300.

<sup>332</sup> MEO, S. Mediadora, p. 875.

<sup>333</sup> GEORGE, T. Recovering a protestant Mary. Interview. **Christian History & Biography**, n. 83, p. 13-15, Summer 2004. Disponível em: <<http://web.b.ebscohost.com/ehost/pdfviewer/pdfviewer?vid=72&sid=cd78271d-b073-4218-84c5-40fcfa89e6d2%40sessionmgr103>>. Acesso em: 14 fev. 2018, p. 13.

Quanto aos católicos, olhar Maria sob esse ângulo representa uma dimensão que complementa “a perspectiva vertical com finalidades salvíficas sobrenaturais, isto é referentes à aquisição, à impetração e à distribuição de todas as graças com vistas à escatologia do homem.” Acrescentam-se a isso os “termos afetivos e sentimentais de dedicação materna em face das necessidades e dificuldades individuais ou familiares dos homens.”<sup>334</sup>

Esclarecemos que não se pode jamais minimizar a importância do louvor e da invocação que os católicos dirigem a Maria, nem a sua relação devocional e afetiva com aquela que chamam de Mãe. Estas são dimensões, além das questões teológicas e doutrinárias, que fazem parte da tradição católica e sempre deverão ser levadas em conta no diálogo ecumênico. Todavia, em função da presente complementação temática do nosso trabalho e da metodologia de cunho temporal que nos propusemos seguir, continuaremos a nos fixar particularmente na “linha horizontal e humana” relativa a Maria.

Essa nova maneira de situar Maria proporciona um olhar pastoral à questão feminina, que a MC desenvolve a partir de diversos aspectos inspiradores para a mulher contemporânea. O n. 37 da MC é uma referência indispensável quando se trata do papel da mulher no mundo de hoje. Justifica-se, por isso, o tamanho da citação escolhida:

A mulher contemporânea, desejosa de participar com poder de decisão nas opções da comunidade, contemplará com íntima alegria a Virgem Santíssima, [...] que dá o seu consentimento ativo e responsável [...] para a Encarnação do Verbo; [...] a escolha do estado virginal [...] constituiu uma opção corajosa, feita para se consagrar totalmente ao amor de Deus; [...] longe de ser uma mulher passivamente submissa ou de uma religiosidade alienante, foi, sim, uma mulher que não duvidou em confiar que Deus é vingador dos humildes e dos oprimidos e derruba dos seus tronos os poderosos do mundo; [...] a primeira entre o humildes e os pobres do Senhor, uma mulher forte, que conheceu de perto a pobreza e o sofrimento, a fuga e o exílio; [...] aquela Mulher que, com a sua ação, favoreceu a fé da comunidade apostólica, em Cristo, e cuja função materna se dilatou, vindo a assumir no Calvário dimensões universais.<sup>335</sup>

A índole antropológica do texto nos coloca diante das questões ligadas ao papel da mulher, que já se delineavam na década posterior ao Concílio Vaticano II, e foram se desdobrando até os nossos dias. Meo interpreta com clareza esse contexto: “Embora o Vat. II tenha utilizado o critério antropológico para esclarecer o mistério de Maria, devemos à *Marialis cultus* de Paulo VI o fato de

<sup>334</sup> MEO, S. Mediadora, p. 875.

<sup>335</sup> MC, n. 37.

este critério ter sido explicitado e diretamente relacionado com as problemáticas femininas do mundo contemporâneo.”

O n. 37 da MC também reconhece o papel de Maria na sociedade do seu tempo, e apresenta esse modelo para o discípulo, que continua a trabalhar pela construção do Reino dentro das realidades temporais. Essa preocupação social tornou-se o ponto central de uma visão teológica que enfatiza a libertação humana das diversas formas de opressão e marginalização. Prosseguimos, assim, com a citação desse parágrafo da MC:

A figura da Virgem Santíssima não desilude algumas aspirações profundas dos homens do nosso tempo, e até lhes oferece o modelo acabado do discípulo do Senhor: obreiro da cidade terrena e temporal, e, simultaneamente, peregrino diligente também, em direção à cidade celeste e eterna; promotor da justiça que liberta o oprimido e da caridade que socorre o necessitado, mas, sobretudo, testemunha operosa do amor, que educa Cristo nos corações.<sup>336</sup>

Podemos somar a esse desenvolvimento do n. 37 da MC, uma chave de leitura para esse documento, que nos é apresentada por Sesboüé. Como primeiro aspecto do texto de Paulo VI, o autor destaca a necessidade de se fundamentar a devoção mariana na Sagrada Escritura, na qual sobressai o *Magnificat* como a “fórmula” dessa devoção, que é o louvor a Deus pela sua obra em Maria. Depois, o autor lembra que a devoção mariana deve conformar-se à Tradição da Igreja e à liturgia, pois esta previne contra os excessos subjetivos, conferindo à devoção mariana equilíbrio e autenticidade.<sup>337</sup>

Maria se fez presente na comunidade primitiva, e seria impossível restringir a sua participação ao âmbito eclesial. Tanto que ela se tornou modelo da Igreja, cuja atuação na caridade social é parte integrante da missão que o Senhor lhe confiou, bem como a promoção dos mais carentes e menosprezados, que ressoa no cântico do *Magnificat*: “[O Todo-poderoso] agiu com a força de seu braço, dispersou os homens de coração orgulhoso. Depôs poderosos de seus tronos, e a humildes exaltou. Cumulou de bens a famintos e despediu ricos de mãos vazias.” (Lc 1,51-53).

Uma vez apresentada a convergência das temáticas pastorais no Capítulo VIII da LG e no n. 37 da MC, passaremos a localizá-las no livro de Dombes, ao mesmo tempo que vamos expandi-las com citações de outras fontes.

<sup>336</sup> MC, n. 37.

<sup>337</sup> SESBOÜÉ, B. A servizio dell'unità della fede.

Prosseguimos, assim, com a pesquisa sobre alguns temas afins encontrados na literatura, que podem enriquecer o diálogo ecumênico.

#### **4.3.2. Propostas pastorais do livro de Dombes em relação com a *Marialis Cultus* e outras contribuições**

Na presente etapa, nossa finalidade é complementar o quadro que estamos traçando do papel de Maria no diálogo ecumênico, extraindo do livro de Dombes este tópico até agora pouco desenvolvido em nosso trabalho – “Maria, criatura, mulher e filha de Israel”. A menção a esta temática foi propositalmente deixada para esta etapa final, inclusive citada fora da sequência do livro de Dombes, que a situa como primeiro artigo no Capítulo II. O motivo encontra-se, justamente, no potencial que julgamos existir nesse tema para duas abordagens essenciais ao nosso propósito de um enfoque ecumênico de cunho temporal: a figura de Maria para o homem contemporâneo e a fecundidade ecumênica desse enfoque. Também estão contemplados aí enfoques pastorais que ainda não havíamos abordado.

A temática feminina, que descrevemos segundo o n. 37 da MC, é desenvolvida no livro de Dombes a partir da ênfase na “humanidade de Maria”: “Querendo realçar a humanidade de Maria, tomamos da Escritura tudo o que pode esclarecer as raízes humanas, culturais e religiosas que fazem de Maria uma ‘mulher de nosso mundo’, uma ‘filha de Israel’, uma ‘esposa’ e uma ‘mãe’.” Esses títulos propostos pelos ecumenistas de Dombes correspondem à preocupação de Paulo VI na MC de aprofundar as raízes bíblicas de Maria, para apresentá-la ao mundo de hoje.

Ao destacarmos as similaridades entre esses documentos, devemos registrar, também, a presença da influência protestante no livro de Dombes, fruto da finalidade ecumênica dos autores. Ela se faz sentir na preocupação em dirigir sempre o louvor a Deus pela obra que realizou na sua serva, afirmação, por outro lado, equilibrada com o reconhecimento da livre resposta dela. Encontramos esse exemplo no texto a seguir:

Esta é a profunda humanidade de Maria. Se ela exalta o Altíssimo “porque lançou seu olhar sobre sua humilde serva” (Lc 1,48), seu Magnificat não é sua própria glorificação mas o louvor do Senhor pelas maravilhas que ele realizou. Se Maria, mulher entre as mulheres, ocupa, não obstante, um lugar único na criação, este

lugar lhe vem pelo fato de que foi escolhida por Deus para ser a mãe de seu próprio Filho e de que ela consentiu sem reserva com esta escolha.<sup>338</sup>

Essa preocupação, no entanto, não impede que encontremos afinidades temáticas entre ambos os documentos, e também novas perspectivas para a relevância da figura de Maria na atualidade. Por outro lado, consideramos desnecessária uma comparação minuciosa entre o perfil de Maria esboçado na MC e aquele esboçado no livro de Dombes, uma vez que as semelhanças são evidentes. Por isso, prosseguiremos no desenvolvimento desta seção tomando por critério a divisão temática que o GD determina no seu livro, à qual já nos referimos e voltamos a citar: Maria é “uma mulher de nosso mundo”, “uma filha de Israel”, “uma esposa e uma mãe”.

### 1. *Uma mulher de nosso mundo*

A perspectiva sobre Maria na sua condição humana desdobra-se em ricos e variados aspectos. Sobressai neste tópico do GD a visão antropológica, da qual já tratamos em diversas etapas deste capítulo. Os autores do Grupo assim a destacam: “Muitos percebem na mãe de Jesus uma mulher ‘de nossa casa’, uma criatura de Deus que foi verdadeiramente do número dos pobres de Israel e cujo rosto tão humano continua a habitar a fé e a esperança dos humildes.”<sup>339</sup>

A visão sobre Maria como mulher determinada e consciente de sua opção, que dá o seu consentimento ativo e responsável ao plano de Deus (cf. LG n. 56 e MC n. 37), se encontra também no livro de Dombes, que não a retrata “como uma mulher separada dos humanos, nem como um modelo de passiva submissão que as outras mulheres deveriam, por sua vez, reproduzir diante dos homens.”<sup>340</sup>

Esse ponto de vista tem boa acolhida no diálogo ecumênico, para o qual contribuem perspectivas da teologia feminista, como podemos encontrar nesta citação do livro de E. Johnson, no qual a autora enfatiza a condição de Maria como nossa irmã. Trata-se de um recurso comum nessa perspectiva teológica, visando aproximar Maria das mulheres da nossa época:

Um modo profícuo de abordar a teologia de Maria, a mãe de Jesus, a *Theotokos* ou Mãe de Deus, é imaginá-la como uma mulher real de nossa história que caminhou com o Espírito. [...] Esta proposta tem como consequência imaginar seu mundo histórico e refletir nos vislumbres teológicos de sua vida na Escritura, para lembrá-

<sup>338</sup> GRUPO DE DOMBES. *Maria no desígnio de Deus*, n. 135.

<sup>339</sup> GRUPO DE DOMBES. *Maria no desígnio de Deus*, n. 125.

<sup>340</sup> GRUPO DE DOMBES. *Maria no desígnio de Deus*, n. 124.

la hoje como nossa irmã, ela mesma amiga de Deus e profeta na comunhão dos santos.<sup>341</sup>

Pedrosa-Pádua segue nessa linha, e também aborda Maria em chave antropológica, sublinhando a sua experiência de vida como fonte de força e alegria para nós:

Olhar para Maria, nossa irmã na humanidade, nos faz encher de esperança e confiança na graça de Deus. Faz-nos valorizar processos e dinamismos de vida, vividos na fragilidade e tantas vezes na obscuridade simples do dia a dia. No entanto, nesta fé e perseverança encontram-se a força e a alegria de Deus. Maria pode ser para nós a boa-nova da alegria: “alegra-te, cheia de graça”! (Lc 1,28).<sup>342</sup>

A leitura sobre Maria feita a partir da sua humanidade deve, necessariamente, situá-la no contexto histórico e social ao qual ela pertenceu, como “Filha de Israel”. Este é o próximo tópico do livro de Dombes.

## 2. *Uma filha de Israel*

Os ecumenistas do GD apresentam Maria como filha de Israel, acentuando a simplicidade e o anonimato de sua vida: “A humanidade de Maria implica sua pertença a um povo particular, o povo judeu. Como mulher, ela não tinha um lugar excepcional na vida social ou religiosa desse povo.”<sup>343</sup> Tal é o matiz presente em todo esse tópico, no qual os autores procuram assemelhar Maria às mulheres judias da época. Podemos confirmar isso até no título, que usa o pronome indefinido: *uma* filha de Israel.

Somente ao final desse tópico do livro de Dombes é que surgirá a menção à escolha de Maria para a missão única de ser Mãe do Filho de Deus: “Maria está em Israel, como Israel está em Maria; e, por isso mesmo, a aliança que Deus havia concluído com seu povo não é suprimida, mas se realiza de uma maneira nova na vinda do ‘Emanuel’ à terra da Judeia.”<sup>344</sup>

Ainda assim, o relato do livro sobre as tradições que cercam a inserção de Jesus na comunidade judaica nos situa em um contexto de conformidade com os costumes da época, sem alusão aos fatos excepcionais ligados ao milagre da sua concepção e nascimento. Fica manifesta a finalidade principal de situar Maria como uma mulher do seu povo, o que constitui uma aproximação do GD com o

<sup>341</sup> JOHNSON, E. A. **Nossa verdadeira irmã**: teologia de Maria na comunhão dos santos. São Paulo: Loyola, 2006, p. 13.

<sup>342</sup> PEDROSA-PÁDUA, L. Itinerários de Maria: inspiração para uma Igreja “em saída”. **Convergência**, a. L, n. 481, p. 321-335, maio 2015, p. 330.

<sup>343</sup> GRUPO DE DOMBES. **Maria no desígnio de Deus**, n. 126.

<sup>344</sup> GRUPO DE DOMBES. **Maria no desígnio de Deus**, n. 129.

pensamento protestante. Este nos remete às ideias de Lutero sobre as origens de Maria:

Maria não era filha de gente importante em Nazaré, sua cidade natal, mas de um cidadão simples e pobre. Não tinha nenhuma importância nem estima especial. Foi uma moça comum no meio dos vizinhos e suas filhas, que cuidava dos animais e dos trabalhos domésticos. Não era nada diferente de uma pobre doméstica de hoje, que faz o que é mandada.<sup>345</sup>

Embora esse texto possa parecer excessivamente radical para a sensibilidade católica, o seu conteúdo subordina-se à preocupação primordial do autor com a primazia da graça divina. Em outra passagem, essa ideia surge abrandada pela expressão poética do afeto de Lutero pela Mãe de Deus: “Toda a honra de Maria foi resumida numa única palavra: mãe de Deus. Ninguém pode dizer coisa mais nobre dela e para ela, mesmo que tivesse tantas línguas quanto existem folhas e ervas, estrelas no céu e areia no mar. [...] Maria também atribui isso totalmente à graça de Deus, não a seu mérito.”<sup>346</sup>

Essa tendência a apresentar Maria na sua condição social de humildade, sem ostentação nem destaque, também é típica de uma abordagem mais atual sobre ela, como encontramos neste texto de Temporelli:

A humilhação e insignificância social de Maria é uma manifestação da atuação de Deus na realidade humana concreta; e se converte no tipo de ser humano que representa uma verdadeira antropologia cristã. [...] Maria, como mãe de Deus, é um protótipo dinâmico, que exige uma ação coerente e ética na vida pessoal e coletiva, nas instituições e estruturas sociais e eclesiais.<sup>347</sup>

A esse respeito, C. Boff recomenda o método do confronto Maria-sociedade, pois argumenta que “a figura da Virgem não tem em absoluto um valor apenas individual, mas também coletivo, portanto, um valor de alcance social.”<sup>348</sup>

Vamos observar no terceiro e último tópico, que descreve Maria como esposa e mãe, a mesma tendência do GD nos tópicos anteriores.

### 3. *Uma esposa e uma mãe*

Nesta etapa do texto, o livro de Dombes seleciona e passa a comentar algumas descrições que os Evangelhos sinóticos fazem da vida de Maria. O critério dos autores é sempre destacar a experiência humana dela, que se manifesta

<sup>345</sup> MARTINHO LUTERO. *Magnificat*, p. 15.

<sup>346</sup> MARTINHO LUTERO. *Magnificat*, p. 43.

<sup>347</sup> TEMPORELLI, C. *Maria, mulher de Deus e dos pobres*, p. 55.

<sup>348</sup> BOFF, C. *Mariologia social*, p. 41.

nas tribulações pelas quais passou na dedicação total de sua vida ao Filho, desde a gravidez até o sofrimento no Calvário:

Foi através de seu itinerário humano que esta mulher se abriu à Palavra de Deus. Foi nesse caminho mesmo que ela foi chamada à fé e que aprendeu a se tornar discípula, de etapa em etapa, às vezes na luz e muitas vezes na escuridão, desde o *Fiat* da anunciação e da exultação do *Magnificat* até a angústia silenciosa do Calvário.<sup>349</sup>

Um aspecto a ser destacado é a referência que o texto faz ao *Magnificat*. Os autores de Dombes se fixam, primeiramente, no pressuposto de cunho protestante, segundo o qual Maria ocupa um lugar único entre as mulheres pela escolha de Deus para ser a Mãe de seu Filho. A seguir, complementam esse pressuposto reconhecendo o consentimento sem reserva de Maria, conforme uma visão predominantemente católica (cf. nota de rodapé n. 337).

Neste ponto, consideramos pertinente finalizar nossa pesquisa com uma abertura para outros olhares sobre o *Magnificat*, tanto em âmbito protestante como católico. Esse hino representa como que um compêndio de tudo o que Maria significa para a fé cristã, conforme já viemos desenvolvendo ao longo desta seção. A partir de algumas citações bastante atuais que passaremos a transcrever, voltadas para a interpretação do *Magnificat*, é interessante notar como sobressaem os enfoques antropológico-feminista e social-libertador.

Em âmbito protestante, selecionamos duas teólogas luteranas que, naturalmente, interpretam o Cântico de Maria a partir do comentário de Lutero. Começamos com o comentário de Eggert, que destaca o papel das mulheres:

Um texto como o texto bíblico da oração de Maria, pode ser lido a partir da herança das experiências das mulheres. À medida que mais e outras mulheres autorizarem-se a escrever e a falar sobre suas experiências, herdaremos outros modos de fazer teologia.<sup>350</sup>

A outra autora é Reimer, cujo trecho selecionado resume o papel de Maria na história da salvação, a partir de uma abordagem abrangente, segundo aspectos antropológicos, sociais, teológicos e pastorais. É no desempenho dessas missões que Maria se torna bem-aventurada:

<sup>349</sup> GRUPO DE DOMBES. *Maria no desígnio de Deus*, n. 134.

<sup>350</sup> EGGERT, E. Leitura do *Magnificat* de Lutero: apreciações com base na hermenêutica feminista para ver/ler Maria hoje. In: ANAIS DO CONGRESSO DE MARIOLOGIA: PIEDADE POPULAR, CULTURA E TEOLOGIA, 2017, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: EDIPUCRS, 2017. p. 99-104. Disponível em: <<http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/acessolivre/anais/congresso-de-mariologia/assets/edicoes/2017/arquivos/6.pdf>>. Acesso em: 27 nov. 2018, p. 103.

Para bem bendizer Maria, com base no Magnificat interpretado no Magnificat de Lutero, posso enfatizar e celebrar, numa perspectiva luterana ecumênica: sua alegria e seu louvor em resposta à ação misericordiosa de Deus; sua confissão da transformação inversiva da ação de Deus nas relações humanas; seu reconhecimento da centralidade dessa ação poderosa de Deus; sua disponibilidade e desapego na entrega total ao serviço que presta a Deus e à humanidade por meio de sua resposta positiva; sua atitude proativa e não auto-complacente; sua humildade ressignificada a partir da ação transformadora de Deus; sua inserção na história do passado, presente e futuro; sua ação e testemunho proféticos. Desta forma, Maria também será bem-aventurada, hoje e futuramente.<sup>351</sup>

Em âmbito católico, os textos citados a seguir também apontam para o cunho social contido nesse louvor de Maria. Voltamos ao pensamento do teólogo C. Boff, desta vez especificamente ligado à interpretação que o autor faz do *Magnificat*:

O fato de a Mãe do Senhor ser uma mulher pobre e insignificante aos olhos dos homens é de grande relevância na pastoral social. Revela a dignidade da grande massa do povo simples, que o mundo menospreza e que raramente aparece no grande cenário do mundo, mas é o verdadeiro protagonista da história, embora não reconhecido.<sup>352</sup>

Encontramos em Temporelli semelhanças com esse pensamento de C. Boff, quando a autora reconhece Maria não apenas como representante de Israel, mas de toda a humanidade: “O Magnificat é simultaneamente individual e coletivo. Ao universalizar sua experiência, Maria se identifica não apenas com Israel, mas com toda a humanidade, penetra até o fim do sofrimento e da injustiça da história, e do fundo dela canta a libertação (vv. 51-53).”<sup>353</sup>

Outra vertente fecunda para uma reflexão ecumênica, dentro do hino que Maria canta, é o testemunho sobre a misericórdia de Deus. Podemos partir do próprio comentário de Lutero ao trecho do *Magnificat*, no qual Maria louva a Deus que vem em socorro de seu servo Israel, “lembrado de sua misericórdia” (cf. Lc 1,54):

Deus não tem nada a observar que o tivesse comovido, a não ser o fato de ser misericordioso. Ele queria tornar conhecida esta misericórdia. [...] Ora, ele demorou muito em concedê-la. [...] Porém quando apareceu, ficou claro que não a havia esquecido. Havia pensado constantemente em cumpri-la.<sup>354</sup>

<sup>351</sup> REIMER, I. R. O magnificat de Maria no magnificat de Lutero. **Estudos de Religião**, v. 30, n. 2, p. 41-69, maio-ago. 2016. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/ER/article/viewFile/6845/5308>>. Acesso em: 27 nov. 2018, p. 67.

<sup>352</sup> BOFF, C. **Mariologia social**, p. 340.

<sup>353</sup> TEMPORELLI, C. La expresión de la kénosis en Maria. **Atualidade Teológica**, v. 22, n. 59, p. 424-449, mai./ago. 2018. Disponível em: <<https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/34496/34496.PDFXXvmi=>>>. Acesso em: 03 out. 2018, p. 438.

<sup>354</sup> MARTINHO LUTERO. **Magnificat**, p. 74.

Nesse tempo em que buscamos desenvolver e aprofundar o diálogo ecumênico, podemos tomar as palavras de Lutero para todos os cristãos. Deus lembra-se de sua misericórdia pelo seu povo, e podemos encontrar nessa misericórdia um elemento de unidade entre nós, como afirma Freitas Cardoso:

Os cristãos podem apoiar-se uns aos outros na busca do Deus misericordioso e no acolhimento de sua graça, que é preciosa e que compromete. Contemplarão juntos Jesus como o rosto da misericórdia do Pai. Aprofundarão as riquezas da misericórdia de Deus. [...] A missão dos cristãos no mundo levará a proclamar, por meio de palavras e obras, as misericórdias de Deus.<sup>355</sup>

Em Jesus, a misericórdia do Pai se manifestou para nós. Ele veio anunciar a bem-aventurança para os pobres de Israel, promessa que sua Mãe profetizara e que Ele cumpriu com a nossa salvação. A partir da leitura integrada das bem-aventuranças com o *Magnificat*, feita por Ratzinger, vemos como o Evangelho explicita o significado do louvor que Maria eleva a Deus, ao se reconhecer exultante de alegria e bendita, pelas obras do Todo-Poderoso em favor de sua serva:

Maria incorpora, por sua vez, a continuidade no silêncio e na fé, que se consuma nos pobres de Israel, naqueles a quem são dirigidas as bem-aventuranças: felizes são os pobres “em espírito”. As bem-aventuranças são, fundamentalmente, apenas uma variação da parte central do *Magnificat*: expulsou dos tronos os poderosos e elevou os humildes. Esse trecho central do *Magnificat* é, ao mesmo tempo, e acima de tudo, o centro da teologia bíblica do povo de Deus.<sup>356</sup>

É significativo que o texto do Evangelho registre pela boca de Maria a realização das promessas divinas. A serva pequena e humilde exerce uma função profética dentro da comunidade eclesial, pois proclama as maravilhas de Deus, não apenas em favor de si mesma, mas de todo o povo da Aliança. Ela é a testemunha primeira da renovação dessa Aliança, que se faz em seu seio pela geração do Filho de Deus. Pela cooperação de Maria, realiza-se o grande sinal da misericórdia divina sobre todos aqueles que esperam em seu amor, cumprimento da promessa feita aos antepassados e que se manterá para sempre em favor das gerações futuras.

Por ocasião do Jubileu da Misericórdia, celebrado entre 2015 e 2016, o Papa Francisco nos recordou que todas essas promessas se aplicam também a nós:

Escolhida para ser a Mãe do Filho de Deus, Maria foi preparada desde sempre, pelo amor do Pai, para ser Arca da Aliança entre Deus e os homens. Guardou, no seu

<sup>355</sup> FREITAS CARDOSO, M. T. de. Diálogo da misericórdia: estudo sobre um tema da Bula *Misericordiae Vultus*. *Atualidade Teológica*, v. 20, n. 54, p. 599-622, set./dez. 2016, p. 607.

<sup>356</sup> RATZINGER, J. *A Filha de Sião*, p. 23-24.

coração, a misericórdia divina em perfeita sintonia com o seu Filho Jesus. O seu cântico de louvor, no limiar da casa de Isabel, foi dedicado à misericórdia que se estende « de geração em geração » (Lc 1, 50). Também nós estávamos presentes naquelas palavras proféticas da Virgem Maria.<sup>357</sup>

Maria, portanto, foi escolhida para uma missão de unidade entre o povos da antiga e da nova Aliança, já a partir de sua própria condição de filha de Israel, que iria gerar aquele que inaugurou o novo povo de Deus. E sua missão materna prossegue até os nossos dias, pois o que nela se realizou é para todos os que seguem seu Filho, sem acepção de pessoas ou de comunidades e, ainda mais, para a humanidade inteira, pela qual Ele morreu na cruz e ressuscitou.

Tornamo-nos, assim, herdeiros da promessa escatológica de participação na glória do Cristo ressuscitado. Maria nos precedeu nesse caminho e, como membro proeminente da Comunhão dos Santos, continua sua missão de promover a unidade entre os filhos que o Senhor lhe confiou.

---

<sup>357</sup> FRANCISCO, Papa. *Misericordiae Vultus*, Bula de proclamação do Jubileu Extrordinário da Misericórdia, 11 abr. 2015. Disponível em: <[http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/bulls/documents/papa-francesco\\_bolla\\_20150411\\_misericordiae-vultus.html](http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/bulls/documents/papa-francesco_bolla_20150411_misericordiae-vultus.html)>. Acesso em: 26 nov. 2018, n. 24.

## 5 Conclusão

Ao término deste trabalho, vamos proceder a uma avaliação do quanto foi obtido, começando por enumerar as quatro questões principais que nortearam a nossa pesquisa, e para as quais buscamos subsídios na literatura consultada.

A primeira questão refere-se ao ecumenismo. Diante do desafio proposto pelas grandes mudanças no mundo contemporâneo, em todos os setores da sociedade, e pelo surgimento de novas denominações confessionais, constatamos a necessidade de revigorar o ideal de unidade.

Dentre as posições encontradas nos documentos do Magistério, no pensamento dos papas que vieram depois do Concílio Vaticano II e de autores atuais, inclusive dos ecumenistas de Dombes, sobressai como resposta a ênfase no ecumenismo espiritual. Este permanece como o caminho primordial para se buscar a unidade, uma vez que nos coloca sob a ação da graça divina, a única capaz de vencer os obstáculos a esse ideal.

A segunda questão, relativa a Maria, situa-se dentro do escopo específico do nosso tema. Observamos que existe um reconhecimento unânime, por parte das Igrejas, da presença dela em todas as etapas da vida de seu Filho, inclusive pela menção em episódios da Sagrada Escritura. O que nos levou a pesquisar foi o papel dessa presença na Comunhão dos Santos, desde a Igreja primitiva até os nossos dias, como fator de unidade entre os cristãos.

Verificamos que as Igrejas nascidas da Reforma experimentam a necessidade de reconhecer a presença da Maria na história da salvação e na comunidade dos cristãos, pois o silêncio sobre a primeira discípula do próprio Filho denuncia uma infidelidade à Palavra de Deus, uma vez que a Escritura não oculta Maria. Outro aspecto importante é o retorno às fontes do protestantismo, pois estas não justificam a ausência de Maria, conforme constatamos no pensamento dos pais da Reforma. Sem dúvida, um dos motivos que levaram ao despertar do interesse por Maria no protestantismo foi o movimento ecumênico.

A Igreja Católica, por sua vez, na fidelidade ao ensinamento do Concílio Vaticano II, busca um novo olhar sobre Maria através do retorno às fontes bíblicas. Nelas se encontra a identidade originária daquela que está unida ao próprio Filho e, ao mesmo tempo, é uma de nós. Sem descurar os ricos e variados

aspectos que envolvem a relação dos fiéis com a Mãe de Deus, o Magistério da Igreja se empenha em purificar essa relação, de modo que corresponda ao verdadeiro lugar de Maria no plano salvífico de Deus.

Uma terceira questão que nos propusemos investigar foi a relevância de Maria para as mulheres de hoje, e também para os homens, não apenas no papel de mãe e intercessora, mas também de modelo concreto a ser imitado.

Resguardando-se as diferenças de contextos históricos, sociais e culturais entre a nossa realidade e a da Igreja nascente, foi possível encontrar um marcante interesse na figura de Maria como referência para o mundo de hoje. A valorização das perspectivas teológicas contemporâneas, marcadas por vieses antropológicos e sociais, encontra em Maria uma exemplaridade significativa como mulher comprometida com a missão que lhe foi confiada, e também com a promoção social daqueles que são vítimas de toda forma de injustiça e opressão.

Colocamos como outra questão de nossa pesquisa os problemas relativos à devoção e à invocação marianas, aqui citados em quarto e último lugar por representarem os maiores obstáculos ao diálogo ecumênico. Evidentemente, existem ainda muitas divergências a esse respeito. No entanto, encontramos na literatura diversas menções à possibilidade, em alguns casos já realidade, de que protestantes e católicos possam se colocar de acordo quando reconhecem que é preciso honrar, respeitar e louvar a Virgem Maria, por tudo o que Deus realizou nela, conforme canta no *Magnificat*, e também que é preciso imitá-la como um exemplo, particularmente em razão da sua fé orante e comprometida.

Do ponto de vista metodológico, o desenvolvimento da temática escolhida para a nossa dissertação trouxe desafios e dificuldades, sobretudo ligados à sua ampla área de pesquisa, na qual foram associados dois tratados teológicos – o Ecumenismo e a Mariologia. Ambos são, frequentemente, considerados de difícil conciliação. Além disso, trabalhamos em um ambiente de pesquisa marcado por divergências entre as comunidades eclesiais envolvidas no processo. Nesse sentido, foi preciso buscar possibilidades de solução na literatura relativa ao tema, a qual, por sua vez, é bastante diversificada e dispersa.

Esses fatores exigiram um recorte de delimitação que mantivesse a pesquisa significativa dentro do seu escopo, de forma abrangente, cuidadosa e rigorosa. Além disso, nossa pesquisa não partiu de uma ideia, para a qual buscaríamos confirmação na literatura. Pelo contrário, ela nasceu a partir dos próprios textos

primários, dos quais extraímos as temáticas principais, a fim de estabelecermos confrontos com o restante da literatura pesquisada. Tratando-se de uma temática relativamente recente e ainda muito controversa, além de marcada por um forte subjetivismo emocional, por envolver a figura de Maria, adotamos este processo de comparação, em busca de consensos que pudessem firmar metodologias para a abordagem do tema. Isso condicionou a nossa opção por utilizar, ao longo de todo o trabalho, um grande número de citações, em sua maioria diretas, para resguardarem a força das opiniões emitidas pelos seus autores.

Nossas observações finais estão embasadas nos estudos que realizamos. Essas observações apresentam um aspecto positivo, no sentido de que, em meio aos avanços e pausas ocorridos depois do Concílio Vaticano II, prossegue a busca de comunhão entre os cristãos. Essa busca realiza-se a partir do empenho das Igrejas comprometidas com o diálogo ecumênico, inclusive na trajetória comum de retorno às tradições referentes a Maria, encontradas na Sagrada Escritura, na confissão de fé e nas definições dos primeiros concílios. Para os protestantes, acrescenta-se o reexame das posições dos pais da Reforma, às quais as Igrejas progressivamente renunciaram.

Tendo empregado o melhor de seus esforços neste trabalho, a autora considera-se recompensada pelo conhecimento obtido dentro de um campo desconhecido para ela até então, na sua característica específica de unir os dois tratados já citados. Entretanto, esta pesquisa não poderia ter a pretensão de esgotar o assunto. Consideramos que ela esboçou alguns pontos relevantes e contribuiu com o levantamento de subsídios pertinentes. Por outro lado, deixa aberto um caminho a ser percorrido em futuras pesquisas sobre o assunto, inclusive porque estamos diante de contenciosos ainda não resolvidos no que tange ao culto e às definições dogmáticas marianas. São áreas que convidam a um progresso no diálogo, como um desafio a ser assumido, com suas dificuldades e obstáculos, mas, por outro lado, indispensável e inevitável, se quisermos cumprir com fidelidade a oração que Jesus Cristo eleva ao Pai pelos seus discípulos: “Eu lhes dei a glória que me deste para que sejam um: eu neles e tu em mim, para que sejam perfeitos na unidade.” (Jo 17, 22-23).



## 6

### Referências bibliográficas

AGOSTINHO DE HIPONA. **Aquela que acreditou em virtude da fé, também pela fé concebeu** (Sermo 25,7-8: PL 46,937-938, séc.V). Disponível em: <<http://www.liturgiadas horas.org/oficiodasleituras/apresentacaoNS.html>>. Acesso em: 17 jun. 2018.

AMATO, A. La Donna dal cuore ecumenico. **Maria Ausiliatrice**, n.1, 2001. Disponível em:

<<http://www.latheotokos.it/modules.php?name=News&file=article&sid=236>>.

Acesso em: 22 jul. 2017.

ANGLICAN-ROMAN CATHOLIC JOINT PREPARATORY COMMISSION. **The Malta Report**. Malta, 1968. Disponível em:

<[http://www.vatican.va/roman\\_curia/pontifical\\_councils/chrstuni/angl-comm-docs/rc\\_pc\\_chrstuni\\_doc\\_19680102\\_malta-report\\_en.html](http://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_councils/chrstuni/angl-comm-docs/rc_pc_chrstuni_doc_19680102_malta-report_en.html)>. Acesso em: 03 mar. 2018.

ARAUJO, H. R. **História da Teologia no Brasil**. Rio de Janeiro: Teologia Contemporânea Editora, 2016.

ARCIC - Anglican Roman Catholic International Commission. In: **Anglican Communion:** official website. Disponível em:

<<http://www.anglicancommunion.org/relationships/ecumenical-dialogues/roman-catholic/arcic.aspx>>. Acesso em: 10 out. 2018.

BENTO XVI, Papa. **Discurso no Encontro e celebração das vésperas com os bispos do Brasil**, por ocasião da V Conferência Geral do Episcopado da América Latina e do Caribe, 11 maio 2007. Disponível em:

<[https://w2.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/speeches/2007/may/documents/hf\\_ben-xvi\\_spe\\_20070511\\_bishops-brazil.html](https://w2.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/speeches/2007/may/documents/hf_ben-xvi_spe_20070511_bishops-brazil.html)>. Acesso em: 19 nov. 2018.

BERTALOT, R. Ecumenismo in Italia: Protestantismo e Maria. In: BERTALOT, R. **Ecco la Serva del Signore. Una voce protestante**. Roma: Edizioni Marianum, 2002. p. 55-66. Disponível em:

<<http://www.latheotokos.it/modules.php?name=News&file=article&sid=452>>.

Acesso em: 22 jul. 2017.

BERTALOT, R. Maria e l'ecumenismo temporale. In: BERTALOT, R. **Ecco la Serva del Signore. Una voce protestante**. Roma: Edizioni Marianum, 2002. p. 33,40. Disponível em:

<<http://www.latheotokos.it/modules.php?name=News&file=article&sid=356>>.

Acesso em: 22 jul. 2017.

BERTALOT, R. Protestantes. In: DE FIORES, S.; MEO, S. (Org.). **Dicionário de Mariologia**. São Paulo: Paulus, 1995. p. 1087-1095.

BÍBLIA de Jerusalém. São Paulo: Paulus, 2016.

BINGEMER, M. C. L. O mês de Maria. **Jornal do Brasil**, 04 maio 2017.

Disponível em: <<http://www.jb.com.br/sociedade-aberta/noticias/2017/05/04/04-mes-de-maria/>>. Acesso em: 24 set. 2017.

BOFF, C. **Introdução à Mariologia**. Petrópolis: Vozes, 2012.

BOFF, C. **Mariologia social**. São Paulo: Paulus, 2006.

- BRUNI, G. **Mariologia ecumenica**: approcci, documenti, prospettive. Bologna: EDB, 2009.
- BURIGANA, R. Maria e o diálogo ecumênico. **L'Osservatore Romano**, 14 ago. 2010. Disponível em: <<https://noticias.cancaonova.com/mundo/maria-e-o-dialogo-ecumenico/>>. Acesso em: 14 fev. 2018.
- CABRAL, R. María en contexto ecuménico. **Theologica Xaveriana**, v. 58, n. 166, p.553-566, jul.-dic. 2008. Disponível em: <[file:///C:/Users/levec/Downloads/Maria%20en%20contexto%20ecumenico%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/levec/Downloads/Maria%20en%20contexto%20ecumenico%20(2).pdf)>. Acesso em: 20 mar. 2018.
- CELAM. **Documento de Aparecida**: Texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe, 2007, Aparecida. Brasília: Edições CNBB; São Paulo: Paulinas; Paulus, 2007.
- COMISSÃO INTERNACIONAL ANGLICANO-CATÓLICA ROMANA. **Maria: graça e esperança em Cristo**. São Paulo: Paulinas, 2005.
- COMISSÃO LUTERANA CATÓLICO-ROMANA PARA A UNIDADE. **Do conflito à comunhão**: comemoração conjunta católico-luterana da Reforma em 2017. Brasília: CNBB; São Leopoldo: Editora Sinodal, 2015.
- CONCÍLIO VATICANO II. Constituição dogmática *Lumen Gentium* sobre a Igreja. In: VIER, F. (Coord.). **Compêndio do Vaticano II**: constituições, decretos e declarações. Petrópolis: Vozes, 1986. p. 39-113.
- CONCÍLIO VATICANO II. Decreto *Unitatis Redintegratio* sobre o ecumenismo. In: VIER, F. (Coord.). **Compêndio do Vaticano II**: constituições, decretos e declarações. Petrópolis: Vozes, 1986. p. 309-332.
- CONNELLY, D. **Maria**: um modelo bíblico de espiritualidade. Viçosa: Ultimato; São Paulo: Editorial Press, 2002.
- CONSELHO PONTIFÍCIO PARA A PROMOÇÃO DA UNIDADE DOS CRISTÃOS. **Diretório para a aplicação dos princípios e normas sobre ecumenismo**. São Paulo: Paulinas, 1994.
- CORR, G. Anglicanos. In: DE FIORES, S.; MEO, S. (Org.). **Dicionário de Mariologia**. São Paulo: Paulus, 1995. p. 46-54.
- COSTA, A. J. A.; MIRANDA, M. F. (Orientador). **Justificação e batismo na obra de Wolfhart Pannenberg**: perspectivas para o diálogo ecumênico. 2007. Tese. Departamento de Teologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <[https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/10686/10686\\_4.PDF](https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/10686/10686_4.PDF)>. Acesso em: 12 out. 2018.
- DE FIORES, S. Figura bíblica de Maria e sua inculturação popular. **Atualidade Teológica**, a. 14, n. 36, p. 321-347, set./dez. 2010.
- DECLARAÇÃO CONJUNTA SOBRE A DOCTRINA DA JUSTIFICAÇÃO. Igreja Católica Romana; Federação Luterana Mundial, 1999. Disponível em: <[http://www.vatican.va/roman\\_curia/pontifical\\_councils/chrstuni/documents/rc\\_p\\_c\\_chrstuni\\_doc\\_31101999\\_cath-luth-joint-declaration\\_po.html](http://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_councils/chrstuni/documents/rc_p_c_chrstuni_doc_31101999_cath-luth-joint-declaration_po.html)>. Acesso em 12 ago. 2018.
- DREHER, M. N. Apresentação. In: MARTINHO LUTERO. **Magnificat**: o louvor de Maria. Aparecida: Santuário, 2015. p. 7.
- EGGERT, E. Leitura do Magnificat de Lutero: apreciações com base na hermenêutica feminista para ver/ler Maria hoje. In: ANAIS DO CONGRESSO DE MARIOLOGIA: PIEDADE POPULAR, CULTURA E TEOLOGIA, 2017, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2017. p. 99-104. Disponível em: <<http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/acessolivre/anais/congresso-de-mariologia/assets/edicoes/2017/arquivos/6.pdf>>. Acesso em: 27 nov. 2018.

- FAMERÉE, J. Marie à l'épreuve de l'œcuménisme. Un document pionnier du Groupe des Dombes. **Revue Théologique de Louvain**, a. 27, n. 4, p. 506-518, 1998. Disponível em: <[https://www.persee.fr/doc/thlou\\_0080-2654\\_1998\\_num\\_29\\_4\\_2977](https://www.persee.fr/doc/thlou_0080-2654_1998_num_29_4_2977)>. Acesso em: 07 abr 2018.
- FRANCISCO, Papa. **Alocução introdutória à procissão das velas na peregrinação a Fátima**, 13 de maio de 2017. Disponível em: <<http://www.papa2017.fatima.pt/pt/news/papa-diz-que-cristaos-devem-ser-marianos>>. Acesso em: 07 ago. 2017.
- FRANCISCO, Papa. **Alocução no Dia pela Unidade Cristã**, Phoenix Convention Center (USA), 25 de maio de 2015. Disponível em: <[http://www.radiovaticana.va/proxy/portuguese/noticiario/2015\\_05\\_24.html#Art\\_1146427](http://www.radiovaticana.va/proxy/portuguese/noticiario/2015_05_24.html#Art_1146427)>. Acesso em: 06 jul. 2018.
- FRANCISCO, Papa. **Exortação apostólica *Evangelii Gaudium* sobre o anúncio do evangelho no mundo atual**. São Paulo: Paulinas, 2013.
- FRANCISCO, Papa. **Homilia durante a oração ecumênica na catedral luterana de Lund** (viagem apostólica à Suécia). Lund: Conselho Pontifício para a Promoção da Unidade dos Cristãos; Federação Luterana Mundial, 31 out. 2016. Disponível em: <[http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/homilies/2016/documents/papa-francesco\\_20161031\\_omelia-svezia-lund.html](http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/homilies/2016/documents/papa-francesco_20161031_omelia-svezia-lund.html)>. Acesso em: 28 ago. 2017.
- FRANCISCO, Papa. ***Misericordiae Vultus***, Bula de proclamação do Jubileu Extrordinário da Misericórdia, 11 abr. 2015. Disponível em: <[http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/bulls/documents/papa-francesco\\_bolla\\_20150411\\_misericordiae-vultus.html](http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/bulls/documents/papa-francesco_bolla_20150411_misericordiae-vultus.html)>. Acesso em: 26 nov. 2018.
- FREITAS CARDOSO, M. T. de. A perspectiva ecumênica do Documento de Aparecida. **Encontros Teológicos**, n. 57, a. 25 (n. 3), p. 67-80, 2010.
- FREITAS CARDOSO, M. T. de. Diálogo da misericórdia: estudo sobre um tema da Bula *Misericordiae Vultus*. **Atualidade Teológica**, v. 20, n. 54, p. 599-622, set./dez. 2016.
- GARRAPUCHO, F. R.; MAÇANEIRO, M. La conmemoración de los 500 años de la Reforma: Su sentido para la Iglesia católica. **Revista Pistis & Praxis**, v. 9, n. 2, p. 405-425, maio-ago. 2017. Disponível em: <<https://periodicos.pucpr.br/index.php/pistispraxis/article/view/14450/17901>>. Acesso em: 22 maio 2018.
- GEORGE, T. Recovering a protestant Mary. Interview. **Christian History & Biography**, n. 83, p. 13-15, Summer 2004. Disponível em: <<http://web.b.ebscohost.com/ehost/pdfviewer/pdfviewer?vid=72&sid=cd78271d-b073-4218-84c5-40fcfa89e6d2%40sessionmgr103>>. Acesso em: 14 fev. 2018.
- GESTEIRA, M. Reforma. In: DE FIORES, S.; MEO, S. (Org.). **Dicionário de Mariologia**. São Paulo: Paulus, 1995. p. 1121-1136.
- GONZALEZ, J. **Desafios do século 21 para o pensamento cristão: esboços teológicos**. São Paulo: Hagnos, 2014.
- GONZÁLEZ MONTES, A. Prólogo para una lectura católica y ecuménica del acuerdo sobre María del Grupo de les Dombes. **Diálogo Ecuménico**, t. 35, n. 113, p. 403-413, 2000. Disponível em: <<http://summa.upsa.es/pdf.vm?id=0000002201&page=1#?>>. Acesso em: 17 fev. 2018.
- GROSPERRIN, R. **Marie dans le dessein de Dieu (groupe des Dombes)**. Paris, Les Augustins de l'Assomption. Disponível em:

- <<https://www.assomption.org/fr/spiritualite/saint-augustin/revue-itineraires-augustiniens/sainte-marie/iv-augustin-aujourd-hui/marie-dans-le-dessein-de-dieu-groupe-des-dombes-par-regis-grosperin>>. Acesso em: 07 abr. 2018.
- GROUPE DES DOMBES. **Pour la conversion des Eglises: Identité et changement dans la dynamique de communion**. Paris: Le Centurion, 1991.
- GROUPE DES DOMBES. **Site officiel**. Disponível em: <<http://www.groupedesdombes.org>>. Acesso em 11 jun. 2017.
- GRUPO DE DOMBES. **Maria no desígnio de Deus e a Comunhão dos Santos**. Aparecida, Santuário. 2005.
- HAMMANN, G. La conversion des Églises. Une audace herméneutique. **Unité des Chrétiens**, n. 164, oct. 2011. Disponível em: <<http://groupedesdombes.eu/49-2/>>. Acesso em: 22 jul. 2018.
- HENNAUX, J.-M. Le document du Groupe des Dombes sur la Vierge Marie. **Nouvelle Revue Théologique**, n. 121/1, p. 41-58, 1999. Disponível em: <<http://www.nrt.be/docs/articles/1999/121-1/239-Le+Document+du+Groupe+des+Dombes+sur+la+Vierge+Marie.pdf>>. Acesso em: 07 abr. 2018.
- HILBERATH, B. J. Doutrina da graça. In: SCHNEIDER, T. (Org.). **Manual de dogmática**. Petrópolis: Vozes, 2000. v. 2, p. 13-49.
- IWASHITA, P. K. Maria no Vaticano II: renovação na mariologia. **Atualidade Teológica**, v. 48, p. 554-571, set./dez. 2014. Disponível em: <<https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/24501/24501.PDF>>. Acesso em: 22 jul. 2017.
- IZQUIERDO, C. La jerarquía de verdades: su recepción en el ecumenismo y en la teología.(Cincuenta años de concilio Vaticano II). **Scripta Theologica**, v. 44, n. 2, p.433(29), Aug. 2012. Disponível em: <<https://www.unav.edu/publicaciones/revistas/index.php/scripta-theologica/article/view/1304>>. Acesso em: 14 fev. 2018.
- JOÃO PAULO II, Papa. **Carta encíclica *Redemptoris Mater* sobre a bem-aventurada Virgem Maria na vida da Igreja que está a caminho**. Brasília: CNBB, 2016.
- JOÃO PAULO II, Papa. **Carta encíclica *Ut Unum Sint* sobre o empenho ecumênico**. São Paulo: Paulus, 1995.
- JOÃO PAULO II, Papa. **Oração no Santuário de Nossa Senhora do Monte Claro**. Częstochowa, 4 jun. 1997. Disponível em: <<http://www.jp2.org.br/joao-paulo-ii-e-a-devocao-filial-a-vmg-maria.html>>. Acesso em: 29 abr. 2018.
- JOHNSON, E. A. **Nossa verdadeira irmã: teologia de Maria na comunhão dos santos**. São Paulo: Loyola, 2006.
- KASPER, W. **Martín Lutero: una perspectiva ecuménica**. 2.ed. Bilbao: Sal Terrae, 2016.
- KASPER, W. **Que todas sejam uma: o chamado à unidade hoje**. São Paulo: Loyola, 2008.
- LADDS, R. Devozione popolare alla Beate Vergine Maria in Inghilterra. In: SIMPOSIO DEVOZIONE POPOLARE ALLA VERGINE MARIA NELLA CHIESA ANGLICANA, 2008, Nettuno. Disponível em: <<http://www.latheotokos.it/modules.php?name=News&file=article&sid=911>>. Acesso em: 22 jul. 2017.
- LAURENTIN, R. Maria como tipo original e modelar da Igreja. In: FEINER, J.; LOEHNER, M. (Ed.). **Mysterium Salutis: compêndio de dogmática histórico-**

- salvífica. Petrópolis: Vozes, 1977. (v. IV/6 – A Igreja – Vida e estruturas na Igreja). p. 6-23.
- LEAHY, B. **O princípio mariano na Igreja**. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 2010.
- MARCHIORI, O.; Maçaneiro, M. O diálogo inter-confessional às vésperas da V Conferência. **Revista Eletrônica Espaço Teológico**, n. 1, p. 40-44, 2007. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br//index.php/reveleto/article/view/6733#?>>. Acesso em: 16 jun. 2018.
- MARTINHO LUTERO. **Magnificat**: o louvor de Maria. Aparecida: Santuário; São Leopoldo: Sinodal, 2015.
- MEO, S. Concílio Vaticano II. In: DE FIORES, S.; MEO, S. (Org.). **Dicionário de Mariologia**. São Paulo: Paulus, 1995. p. 296-306.
- MEO, S. Mediadora. In: DE FIORES, S.; MEO, S. (Org.). **Dicionário de Mariologia**. São Paulo: Paulus, 1995. p. 865-876.
- MEYER, H. Ecumenical consensus. Our Quest for and the Emerging Structures of Consensus. **Gregorianum**, n. 77, p. 213-225, 1996.
- MIRANDA, M. F. **A salvação de Jesus Cristo**: a doutrina da graça. São Paulo: Loyola, 2017.
- MÜLLER, A. O lugar de Maria e sua cooperação no evento Cristo. In: FEINER, J.; LOEHNER, M. (Ed.). **Mysterium Salutis**: compêndio de dogmática histórico-salvífica. Petrópolis: Vozes, 1974. (v. III/7 – O evento Cristo – Atuação salvífica de Deus em Cristo). p. 71-181.
- MÜLLER, A.; SATTLER, D. Mariologia. In: SCHNEIDER, T. (Org.). **Manual de dogmática**. Petrópolis: Vozes, 2000. v. 2, p.143-170.
- MURAD, A. **Maria, toda de Deus e tão humana**: compêndio de mariologia. São Paulo: Paulinas: Santuário, 2012.
- NAPIÓRKOWSKI, S.C. Ecumenismo. In: DE FIORES, S.; MEO, S. (Org.). **Dicionário de Mariologia**. São Paulo: Paulus, 1995. p. 433-440.
- PATRIARCHI, G. **La Riforma anglicana**. Storia ed evoluzione della chiesa d'Inghilterra e della Comunione anglicana. Torino: Claudiana, 2006.
- PAULO VI, Papa. **Discurso na clausura da terceira sessão do Concílio Ecumênico Vaticano II**, 21 de Novembro de 1964. Disponível em: <[https://w2.vatican.va/content/paul-vi/pt/speeches/1964/documents/hf\\_p-vi\\_spe\\_19641121\\_conclusions-iii-sessions.html](https://w2.vatican.va/content/paul-vi/pt/speeches/1964/documents/hf_p-vi_spe_19641121_conclusions-iii-sessions.html)>. Acesso em: 06 out. 2018.
- PAULO VI, Papa. **Exortação apostólica *Marialis Cultus* para a reta ordenação e desenvolvimento do culto à bem-aventurada Virgem Maria**. Brasília: CNBB, 2016.
- PEDROSA-PÁDUA, L. Itinerários de Maria: inspiração para uma Igreja “em saída”. **Convergência**, a. L, n. 481, p. 321-335, maio 2015.
- PERRELLA, S. M. Ecumenismo: i nodi mariologico-mariani da affrontare e scioglieri. In: PERRELLA, S. M. **Anglicani i cattolici «...con Maria la Madre di Gesù»(At 1,14). Saggio di mariologia ecumenica**. San Paolo: Cinisello Balsamo, 2009. p.76-93. Disponível em: <<http://www.latheotokos.it/modules.php?name=News&file=article&sid=965>>. Acesso em: 22 jul. 2017.
- PERRELLA, S. M. **Maria vergine e madre** : la verginità feconda di Maria tra fede, storia e teologia. Milano: San Paolo, 2003.
- PERRY, T. Evangelicals and Mary. **Theology Today**, v. 65, n. 2, p. 226-238, 2008. Disponível em:

- <<http://journals.sagepub.com.ez370.periodicos.capes.gov.br/doi/pdf/10.1177/004057360806500208#page=3&zoom=auto,-71,84>>. Acesso em: 14 fev. 2018.
- RATZINGER, J. **A Filha de Sião**. São Paulo: Paulus, 2013.
- RATZINGER, J. Comentário teológico. In: CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ. **A mensagem de Fátima**. Disponível em: <[http://www.vatican.va/roman\\_curia/congregations/cfaith/documents/rc\\_con\\_cfaith\\_doc\\_20000626\\_message-fatima\\_po.html](http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_con_cfaith_doc_20000626_message-fatima_po.html)>. Acesso em: 26 jul. 2017.
- RATZINGER, J. **Les principes de la théologie catholique**. Paris: Téqui, 1985.
- REIMER, I. R. O magnificat de Maria no magnificat de Lutero. **Estudos de Religião**, v. 30, n. 2, p. 41-69, maio-ago. 2016. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/ER/article/viewFile/6845/5308>>. Acesso em: 27 nov. 2018.
- SAGOVSKY, N. Address about the Global Launch of ARCIC Document on Mary. **Anglican Communion News Service**, 27 May 2005. Disponível em: <<http://www.anglicannews.org/news/2005/05/global-launch-of-arcic-document-on-mary.aspx>>. Acesso em: 31 jul. 2018.
- SCAMPINI, J. O. **La conversión de las Iglesias, una necesidad y una urgencia de la fe: la experiencia del Groupe des Dombes como desarrollo de un método ecuménico eclesial (1937-1997)**. Fribourg, Editions Universitaires Fribourg Suisse, 2003. Disponível em: <[https://books.google.com.br/books?id=QsP0kZehWPYC&pg=PA654&lpg=PA654&dq=SCAMPINI,+J.+O.+La+conversi%C3%B3n+de+las+Iglesias,+una+necesidad+y+una+urgencia+de+la+fe:&source=bl&ots=9cx5Azn02C&sig=\\_Qlu8g01qY\\_GLR1N4zTSJT33M\\_M&hl=pt-BR&sa=X&ved=2ahUKEwj0wOeg187cAhXBipAKHdp5B1MQ6AEwAHoECAQQAQ#v=onepage&q=SCAMPINI%2C%20J.%20O.%20La%20conversi%C3%B3n%20de%20las%20Iglesias%2C%20una%20necesidad%20y%20una%20urgencia%20de%20la%20fe%3A&f=false](https://books.google.com.br/books?id=QsP0kZehWPYC&pg=PA654&lpg=PA654&dq=SCAMPINI,+J.+O.+La+conversi%C3%B3n+de+las+Iglesias,+una+necesidad+y+una+urgencia+de+la+fe:&source=bl&ots=9cx5Azn02C&sig=_Qlu8g01qY_GLR1N4zTSJT33M_M&hl=pt-BR&sa=X&ved=2ahUKEwj0wOeg187cAhXBipAKHdp5B1MQ6AEwAHoECAQQAQ#v=onepage&q=SCAMPINI%2C%20J.%20O.%20La%20conversi%C3%B3n%20de%20las%20Iglesias%2C%20una%20necesidad%20y%20una%20urgencia%20de%20la%20fe%3A&f=false)>. Acesso em: 24 jul. 2018.
- SCHMIDT, E. Maria no ecumenismo (2) A polêmica da veneração a Maria. In: GRZYWACZ, J. **Mariologia Popular: curso básico de mariologia**. Disponível em: <<https://mariologiapopular.blogspot.com.br/2015/04/maria-no-ecumenismo-2-polemica-da.html>>. Acesso em: 22 jul. 2017.
- SERRA, A. Bíblia. In: DE FIORES, S.; MEO, S. (Dir.). **Dicionário de Mariologia**. São Paulo: Paulus, 1995. p. 200-261.
- SESBOUÉ, B. A servizio dell'unità della fede: intervista a Vincenzo Vitale. **Madre di Dio**, n. 3, 2008. Disponível em: <<http://www.latheotokos.it/modules.php?name=News&file=article&sid=455>>. Acesso em: 22 jul. 2017.
- SESBOUÉ, B. **Pour une théologie oecumenique: église et sacrements, eucharistie et ministères, la Vierge Marie**. Paris: Du Cerf, 1990.
- SIRCHIA, M. Pregare con Maria Theotòkos per l'unità dei cristiani. In: GRASSO, A. (Ed.). **La Theotokos: Portale di Mariologia**. 2008. Disponível em: <<http://www.latheotokos.it/modules.php?name=News&file=article&sid=360>>. Acesso em: 22 jul. 2017.
- TARTIER, J. Un regard protestant sur Marie. **Marianum-Ephemerides Mariologiae**, n. 159-160, p. 521s., 2001. Disponível em: <<http://www.groupedesdombes.org/bibliographie.html>>. Acesso em: 28 jun. 2018.
- TEMPORELLI, C. La expresión de la kénosis en Maria. **Atualidade Teológica**, v. 22, n. 59, p. 424-449, mai./ago. 2018. Disponível em:

<<https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/34496/34496.PDFXXvmi=>>. Acesso em: 03 out. 2018.

TEMPORELLI, C. **Maria, mulher de Deus e dos pobres**: releitura dos dogmas marianos. São Paulo: Paulus, 2009.

TURNER, R. C. Mary in the ecumenical movement. In: LOSSKY, N. (Ed.). **Dictionary of the Ecumenical Movement**. Geneva: WCC Publications; Grand Rapids: W.B. Eerdmans Publ. Co., 1991. p. 662-665.

VENTURINI, N. Maria, madre d'unità. **Popoli**, maio 2008. Disponível em: <<http://www.latheotokos.it/modules.php?name=News&file=article&sid=359>> . Acesso em: 22 jul. 2017.

VENTURINI, N. et al. Maria nel disegno di Dio e nella Comunione dei Santi: analisi e valutazione del Documento ecumenico di Dombes (1997/1998). In: GRASSO, A. (Ed.). **La Theotokos**: Portale di Mariologia. 2009. Disponível em: <<http://www.latheotokos.it/modules.php?name=News&file=article&sid=30>>.

Acesso em: 22 jul. 2017.

VILLAR, J. R. Dimension ecumenica del Vaticano II. **Scripta Theologica**, v. 46, n. 1, p. 91(12). Disponível em: <<http://dadun.unav.edu/bitstream/10171/42571/1/06.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2018.

WOLFF, E. A Reforma de Lutero: uma releitura ecumênica. **Theologica Xaveriana**, v. 67, n. 183, p. 237-268, jan-jun. 2017. Disponível em: <[http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0120-36492017000100237&lng=en&tlng=en#?>](http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0120-36492017000100237&lng=en&tlng=en#?>). Acesso em: 18 fev. 2018.

WOLFF, E. Igrejas e ecumenismo: uma relação identitária. **Estudos teológicos**, v. 45, n. 2, p. 18-30, 2005. Disponível em: <[http://www3.est.edu.br/publicacoes/estudos\\_teologicos/vol4502\\_2005/et2005-2b\\_ewolff.pdf](http://www3.est.edu.br/publicacoes/estudos_teologicos/vol4502_2005/et2005-2b_ewolff.pdf) >. Acesso em: 22 jul. 2017.